

ENADE

COMENTADO

SERVIÇO SOCIAL

3
2016

**GLENY TEREZINHA DURO GUIMARÃES
MARLÚBIA CORRÊA DE PAULA
(Organizadoras)**



ENADE

COMENTADO

SERVIÇO SOCIAL

3

2016



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

CHANCELER

Dom Jaime Spengler

REITOR

Evilázio Teixeira

VICE-REITOR

Jaderson Costa da Costa

CONSELHO EDITORIAL

Carla Denise Bonan | **PRESIDENTE**

Luciano Aronne de Abreu | **EDITOR-CHEFE**

Antonio Carlos Hohlfeldt

Augusto Mussi Alvim

Cláudia Musa Fay

Gleny T. Duro Guimarães

Helder Gordim da Silveira

Lívia Haygert Pithan

Lucia Maria Martins Giraffa

Maria Eunice Moreira

Maria Martha Campos

Nythamar de Oliveira

Walter F. de Azevedo Jr.

ENADE

COMENTADO

SERVIÇO SOCIAL

2016

**GLENY TEREZINHA DURO GUIMARÃES
MARLÚBIA CORRÊA DE PAULA
(Organizadoras)**



© EDIPUCRS, 2018

DESIGN GRÁFICO [CAPA] Rodrigo Braga

DESIGN GRÁFICO [DIAGRAMAÇÃO] Camila Provenzi

REVISÃO DE TEXTO Patrícia Aragão

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



EDIPUCRS – Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone/fax: (51) 3320 3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br – www.pucrs.br/edipucrs

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E56 ENADE comentado [recurso eletrônico] : serviço social 2016 /
 organizadores Gleny Terezinha Duro Guimarães, Marlúbia
 Corrêa de Paula. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre :
 EDIPUCRS, 2018.
 Recurso on-line (114 p.)

 Modo de acesso: <<http://www.pucrs.br/edipucrs>>
 ISBN 978-85-397-1084-3

 1. Serviço social – Ensino – Avaliação. 2. Ensino superior –
 Brasil. 3. Serviço social. I. Guimarães, Gleny Terezinha Duro. II.
 Paula, Marlúbia Corrêa de.

CDD 23. ed. 361

Clarissa Jesinska Selbach – CRB-10/2051

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do *Código Penal*), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
QUESTÃO 1	9
Inclusão de Pessoa com Deficiência - Kelvin Henrique Bernardo Curtis	
QUESTÃO 2.....	12
Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação - Marlúbia Corrêa de Paula	
QUESTÃO 3.....	15
Inovação Tecnológica; Política Pública de Ciência, Tecnologia e Inovação - Ana Lúcia Suárez Maciel	
QUESTÃO 4.....	18
Plágio na vida acadêmica, autoria e pastiche - Marlúbia Corrêa de Paula	
QUESTÃO 5.....	21
Questões sociais e ambientais - Marina Caetano	
QUESTÃO 6.....	23
Mercado de trabalho com pessoas com deficiência - Kelvin Henrique Bernardo Curtis	
QUESTÃO 7.....	26
Articulação indígena-quilombola na regulamentação de terras - Cássia Aline Bulsing Maia, Lucas Antunes Machado e Maria Inês Nunes Barcelos	
QUESTÃO 8.....	29
Teatro popular de bonecos - Cássia Pilar Salgado	
QUESTÃO 9.....	32
Instrumentalidade do Serviço Social, dimensão técnico-operativa do Serviço Social - Caroline Lafuente	
QUESTÃO 10	34
Relação Estado e sociedade em Gramsci - Joana das Flores Duarte	
QUESTÃO 11.....	36
Formação histórico-social brasileira - Alexander Chagas Leitão	
QUESTÃO 12	39
Pensamento social brasileiro - Alexander Chagas Leitão	

Sumário

QUESTÃO 13	42
Política de Assistência Social - Daniela da Silva Champe e Marlene Rosa de Oliveira Fiorotti	
QUESTÃO 14	46
Programa de Braços Abertos - Daniela Ferrugem	
QUESTÃO 15	48
SUS - Carmem Lucia Nunes da Cunha	
QUESTÃO 16	51
Indicador Social - Marlene de Oliveira Fiorotti	
QUESTÃO 17	55
Serviço Social e relações sociais no capitalismo - Evelise Lazzari e Luiza Barreto Eidt	
QUESTÃO 18	58
Serviço Social Sociojurídico - Franciele Machado dos Santos e Roberta Pauletto	
QUESTÃO 19	62
Questões sociais e ambientais - Marina Caetano e Marlene Rosa de Oliveira Fiorotti	
QUESTÃO 20	65
Políticas sociais e Neoliberalismo - Ana Claudia Storchi Carlos	
QUESTÃO 21	67
Judicialização da questão social associado a criminalização da pobreza - Aline Mattos Fuzinatto	
QUESTÃO 22	69
Estudo Social - Adriele Martins, Gissele Carraro, Solange Emilene Berwig	
QUESTÃO 23	72
Serviços socioassistenciais - Marlene Rosa de Oliveira Fiorotti	
QUESTÃO 24	78
Violência Contra as Mulheres - Clarissa da Silva de Paula e Maria Inês Nunes Barcelos	
QUESTÃO 25	81
Código de ética profissional - Nadianna Rosa Marques	

Sumário

QUESTÃO 26	84
Projeto profissional do Serviço Social - Betina Ahlert	
QUESTÃO 27	87
Violência contra a população LGBTQT e determinações sócio-históricas - Guilherme Gomes Ferreira	
QUESTÃO 28	90
Gênero, raça e mercado de trabalho - Patrícia Krieger Grossi e João Vitor Bitencourt	
QUESTÃO 29	94
Projeto ético Político - Emilene Oliveira de Bairro	
QUESTÃO 30	97
Assessoria aos gestores das políticas públicas e aos movimentos sociais - Géssica Cristina Ozelame	
QUESTÃO 31	100
Currículo e Formação Profissional em Serviço Social - Charles Machado Hoepner	
QUESTÃO 32	104
Direitos humanos fundamentais e Estatuto da Criança e do Adolescente - Vanelise de Paula Aloraldo	
QUESTÃO 33	108
Pluralismo e Serviço Social; Projeto Ético-Político do Serviço Social, Princípios Ético-Políticos do Serviço Social - Rochele Pedrosa de Moraes	
QUESTÃO 34	110
Reestruturação Produtiva - Ana Claudia Storchi Carlos	
QUESTÃO 35	112
Produção do conhecimento e Serviço Social - Gissele Carraro, Inez Rocha Zacarias, Jane Cruz Prates	

APRESENTAÇÃO

O curso de graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades ampliará a Série Institucional Enade Comentado com a publicação do quarto volume do Enade em Serviço Social 2016.

Vale lembrar que o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade é um mecanismo de avaliação instituído pelo Ministério da Educação desde 2004, com o objetivo de avaliar os conteúdos desenvolvidos pelos cursos de graduação em nível nacional, aplicado aos alunos ingressantes e concluintes. Ocorre trienalmente por área do conhecimento e no Serviço Social o primeiro exame ocorreu em 2007, o segundo em 2010, o terceiro em 2013 e o quarto em 2016.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, que já possui excelência de ensino, principalmente no Serviço Social, tem tradicionalmente adquirido avaliação de 5 estrelas no Guia dos Estudantes, bem como nota 6 na pós-graduação pela Capes.

Atenta ao processo de avaliação institucional, a PUCRS tem disponibilizado publicações que servem como instrumento pedagógico, em que as respostas às questões são comentadas e explicadas, trazendo o motivo de serem consideradas certas ou erradas. Todas as edições anteriores estão disponíveis em forma de e-book gratuito no site da EDIPUCRS.

A autoria das respostas às questões do Enade 2016 conta com a participação de alunos de pós-graduação, graduação e recém-formados, além da contribuição de alguns docentes do Curso.

Esperamos que esta publicação possa servir como um guia de estudo para todos os interessados na formação em Serviço Social, podendo ser utilizado para os próximos exames do Enade, para concursos em Serviço Social e para a atualização do debate que se expressa nessa área do conhecimento.

Prof. Dr. Francisco Arseli Kern

Coordenador do Curso de Serviço Social da Escola de Humanidades – PUCRS

COMPONENTES ESPECÍFICOS QUESTÕES OBJETIVAS

QUESTÃO 1

Em janeiro de 2016, entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), instrumento que garante mais direitos às pessoas com deficiência e prevê punições para atos de discriminação. A Lei destaca a importância de estratégias de inclusão e de superação de barreiras oriundas de deficiência. Um exemplo de superação e inclusão é a atuação do atleta paralímpico Daniel Dias. O nadador, que nasceu no dia 24 de maio de 1988, sem partes de alguns membros, conquistou, aos 28 anos de idade, sua 24ª medalha, das quais 14 de ouro, sendo nove conquistadas nas Paralímpiadas do Rio de Janeiro. Orgulho para os brasileiros.



Considerando o texto apresentado, avalie as afirmações a seguir, relativas à inclusão de pessoas com deficiência.

- I. O esporte, para ser inclusivo, requer prática orientada para cada tipo de deficiência.
- II. Na prática esportiva orientada, metas e objetivos são estabelecidos como ferramentas motivacionais, a fim de promover ganhos motores e cognitivos à pessoa com deficiência.
- III. A LBI foi fundamental para a inclusão de Daniel Dias, que se tornou o melhor nadador paralímpico da história.

É correto o que se afirma em

- A. II, apenas.
- B. III, apenas.
- C. I e II, apenas.
- D. I e III, apenas.
- E. I, II e III.

Gabarito: alternativa C

Tipo de questão: escolha combinada, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Inclusão de Pessoa com Deficiência

Autor: Kelvin Henrique Bernardo Curtis

COMENTÁRIO

A alternativa I está correta, pois o esporte, para ser inclusivo, requer uma prática orientada, no sentido de contemplar as diferenças de cada tipo de deficiência e adequada às condições de cada sujeito, preservando-se a prática de esporte de forma saudável, no intuito de obter a plena participação social das pessoas com deficiência (LBI, 2015, p. 39). A inclusão das pessoas em práticas esportivas consiste ainda em eliminar todas as barreiras que não são oriundas da deficiência, e sim das atitudes e do ambiente social constituído historicamente, que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades, o que envolve a disponibilidade de um ambiente social acessível e serviços especializados que acolham todos os sujeitos em suas diferenças.

A alternativa II está correta. A prática esportiva, como qualquer outra atividade que motive a promoção de ganhos motores e cognitivos à pessoa com deficiência, deve ser orientada a partir da organização, de serviços, técnicas e recursos que atendam às características de cada pessoa com deficiência. Buscando-se o desenvolvimento de suas aptidões, em termos de políticas públicas, os serviços do SUS (Sistema Único de Saúde) deverão promover ações articuladas para garantir à pessoa com deficiência e a sua família a aquisição de informações e orientações e formas de acesso às políticas públicas disponíveis, com a finalidade de propiciar sua plena participação social.

A alternativa III está incorreta. Não somente a LBI (2015) é fundamental para a inclusão, como também representa uma grande conquista da sociedade civil em termos de ordenamento jurídico, no campo da garantia de direitos das pessoas com deficiência, e torna-se instrumento essencial na inclusão em âmbito nacional. O processo de inclusão de Daniel Dias no esporte representa o ganho de espaços, políticas públicas, controle social da luta de movimentos sociais, e não a representação isolada de uma lei específica. O que firma a inclusão das pessoas com deficiência no esporte como um direito constitui-se pelos ganhos históricos do próprio movimento de garantia de direitos, juntamente a conquistas jurídicas anteriores, como, por exemplo, a Lei de Acessibilidade de 2000, entre outras, e isso representa um substrato de reconhecimento legal desses direitos, até então negados. São instrumentos legítimos garantidos e reconhecidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 13.146/2015*. Estatuto da pessoa com deficiência – Lei Brasileira de Inclusão. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02/04/2017.

BRASIL. *Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991*. Reserva de Cargos em Empresas privadas. Disponível em: <http://ong.portoweb.com.br/rspara/default.php?reg=14&p_secao=108>. Acesso em: 03 abr. 2017.

BRASIL. *Inclusão social da pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença* – Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Rio de Janeiro: IBDD, 2008. Disponível em: <<http://www.ibdd.org.br/arquivos/inclusaosocial.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

QUESTÃO 2

Inserir-se na sociedade da informação não significa apenas ter acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), mas, principalmente, saber utilizar essas tecnologias para a busca e a seleção de informações que permitam a cada pessoa resolver problemas do cotidiano, compreender o mundo e atuar na transformação de seu contexto. Assim, o uso das TIC com vistas à criação de uma rede de conhecimentos favorece a democratização do acesso à informação, a troca de informações e de experiências, a compreensão crítica da realidade e o desenvolvimento humano, social, cultural e educacional.

Disponível em: <www.portal.mec.gov.br>.
Acesso em: 30 jul. 2016 (adaptado).

Com base no texto apresentado, conclui-se que

- A. a inserção de um indivíduo nas relações sociais e virtuais contemporâneas exige mais que inclusão digital técnica.
- B. o domínio de recursos tecnológicos de acesso à internet assegura ao indivíduo compreender a informação e desenvolver a capacidade de tomar decisões.
- C. a solução para se democratizar o acesso à informação no Brasil consiste em estendê-lo a todo o território, disponibilizando microcomputadores nos domicílios brasileiros.
- D. o compartilhamento de informações e experiências mediado pelas TIC baseia-se no pressuposto de que o indivíduo resida em centros urbanos.
- E. os avanços das TIC vêm-se refletindo globalmente, de modo uniforme, haja vista a possibilidade de comunicação em tempo real entre indivíduos de diferentes regiões.

Gabarito: alternativa A

Tipo de questão: escolha simples, com indicação da alternativa correta

Conteúdo avaliado: Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação

Autora: Marlúbia Corrêa de Paula

COMENTÁRIO

Ao tratar do uso de tecnologias, especialmente no que se refere às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a questão aborda um aspecto referente à inserção na sociedade da informação, ressaltando algo que é essencial, pois reunir em um contexto “o sujeito à sociedade” não é o mesmo que apenas prepará-lo para que possa acessar às TIC. O bom uso, ou o uso, que agrega qualidade formal e política, como nos diz Demo (1996; 2007), em relação às atitudes que promovem inserções sociais nas salas de aula e que estendemos à vida diária, requer saberes para a busca e a seleção de “informações úteis”. A validade se apoia em sabermos realizar a crítica do que está disponível e assim termos filtros pessoais. Além disso, a mesma questão nos faz refletir sobre a ideia da democratização do acesso à informação pela diversidade das realidades de vida e características de cada região geográfica. Precisamos considerar que incluir e excluir são faces da mesma moeda. Assim, não se pode considerar o uso como solução se antes não forem otimizadas as políticas públicas, que tornam este uso acessível a todos, de fato. Não sendo assim, falar em democratização de acesso, troca de informações e de experiências, compreensão crítica da realidade e desenvolvimento humano, social, cultural e educacional aliado às TIC será uma intenção altruísta. A época de acreditarmos que o uso das tecnologias promoveria todas as soluções já foi ultrapassada. As panaceias, como diversas vezes foram enumeradas em Lévy (1996; 1998a; 1998b; 1999; 2008), precisam ser superadas rapidamente. As realidades precisam ser, além de mapeadas, ampliadas para que todos possam usufruir da qualidade enunciada por essas tecnologias. De fato, elas podem promover uma formação das redes de conhecimento. No entanto, há de se ter cuidado em verificar se não estamos operando a construção de uma rede de segregação das pessoas ao conhecimento, pois, se as políticas não chegam até as diferentes regiões, tão pouco as conexões poderão lá estar; e se lá chegarem, ainda assim, essas pessoas estarão em diferentes condições de fazer uso adequado destas mídias, em algumas localidades do planeta. Se são muitos os que as utilizam, são outros tantos que são ignorados. Por isso, quando Castells (1999; 2003) enunciou ideias sobre a Galáxia Internet, fez abordagens chamando a atenção de que as relações sociais que temos e os modos como as operamos são levadas adiante, nos modos como ocorrem as atuações, com o uso de tecnologias. Por isso, o uso do computador, implícito ao uso das TIC, dependerá sempre das decisões humanas de sua forma de uso, conforme Valente (1999) apontou.

A alternativa A está correta porque, de fato, “a inserção de um indivíduo nas relações sociais e virtuais contemporâneas exige mais que inclusão digital técnica”. Seria ilusório pronunciarmos que uma leitura de alguns usos, que não repercutem o todo, pode nos proporcionar a inserção dos indivíduos num contexto social que tem múltiplas faces. Principalmente por questão de políticas públicas que precisam ser geridas, em setores como educação e saúde, por exemplo. Sem essa base social, a inserção está, na sua mais íntima natureza, comprometida. A realidade a que todos estamos submetidos impõe uma qualidade ou não às demais instâncias, que a esta, se sobrepõe. Não basta que o indivíduo absorva o modo de uso dessas tecnologias. É preciso uma ação de vida efetiva sobre essas. E esse ponto encontra fundamentação em outros campos de realizações e, obviamente, de discussões.

A alternativa B está errada porque se admitirmos que o domínio de recursos tecnológicos de acesso à internet assegura ao indivíduo compreender a informação e desenvolver a capacidade de tomar decisões estaremos considerando que a técnica dá conta de resolver problemas por si mesma. E, bem sabemos que as decisões são, reflexos potenciais, de atitudes. Até mesmo, o próprio computador como constructo em que se apoiam as relações sociais e virtuais, neste viés, é uma mera reprodução limitada dos processos humanos do pensamento, conforme nos ensinou e demonstrou Vannevar Bush (1890-1974) com a publicação de seu ensaio “As We Way Think”, em 1945.

A alternativa C está errada porque a solução para se democratizar o acesso à informação no Brasil, não consiste em estendê-lo a todo o território, disponibilizando microcomputadores nos domicílios brasi-

leiros. Pois há carências em regiões geográficas as quais a virtualidade não pode suprir. São carências básicas de infraestrutura até mesmo, em relação a oferta de energia elétrica.

A alternativa D está errada porque o compartilhamento de informações e experiências mediado pelas TIC não se baseia no pressuposto de que o indivíduo resida em centros urbanos. Para manter contato, basta ter acesso à rede mundial, estando o indivíduo em qualquer lugar do planeta, em que exista uma estrutura para isto.

A alternativa E está errada porque os avanços das TIC não vêm refletindo globalmente, de modo uniforme, mesmo que ocorra uma possibilidade de comunicação em tempo real entre indivíduos de diferentes regiões. A uniformidade da igualdade de condições implicaria uma distribuição de recursos homogêneas entre regiões ou países. Embora muito se trate de utilizar as ideias que advêm do uso das TIC como possibilidades de conectar todos, em todo tempo, há ainda muito o que investir em recursos para que as condições básicas de acesso a um computador possam ser oferecidas à população. As desigualdades sociais atuam na mão contrária a essa questão do uso igual por iguais.

REFERÊNCIAS

BUSH, Vannevar. As We May Think. *Revista Atlantic Monthly*, v. 176, n. 1, p. 101-08, July 1945.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 1996.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. *A máquina universo*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

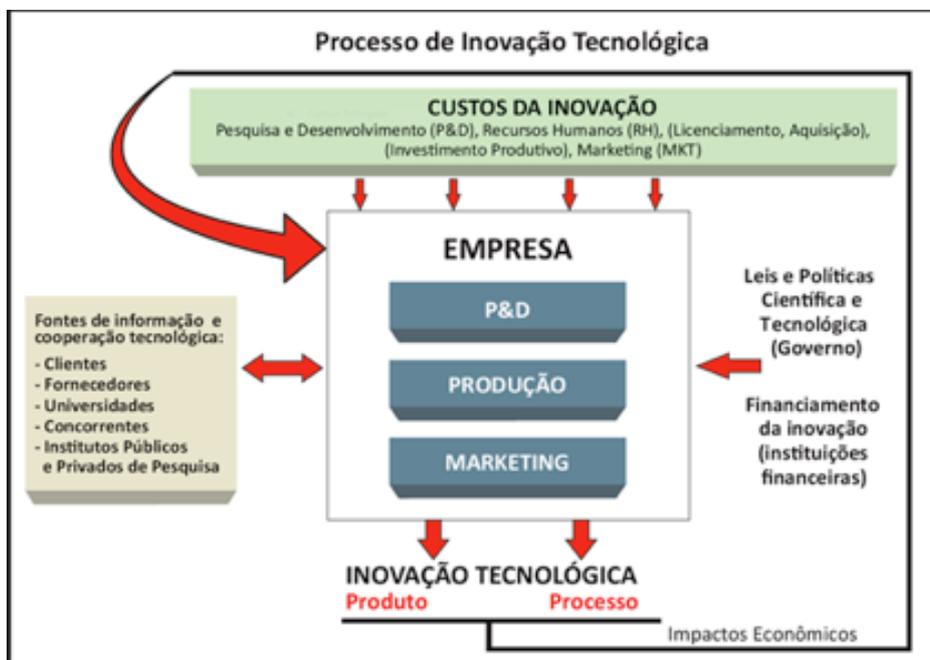
LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Trad. Irineu Carlos da Rosa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2008.

VALENTE, José Armando (org.). *O computador na sociedade do conhecimento*. Campinas: UNICAMP/NIED, 1999.

QUESTÃO 3

A inovação tecnológica pode ser caracterizada como um processo multifacetado que envolve a integração de várias funções da empresa e de atores externos, conforme ilustra o diagrama a seguir.



ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Manual de Oslo*: Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. Brasília: FINEP, 2006.

Com base nas relações estabelecidas no diagrama, avalie as afirmações a seguir, concernentes ao processo de inovação tecnológica.

- I. A inovação tecnológica é alicerçada por atividades realizadas nas empresas, tais como esforços de P&D, contratação de mão de obra qualificada, licenciamento e aquisição de tecnologias, investimento produtivo e ações de marketing.
- II. A empresa deve interagir com fontes externas de informação e cooperação tecnológica, tais como clientes, fornecedores, universidades, concorrentes e institutos públicos e privados de pesquisa.
- III. Cabe à empresa não só propor a implantação de leis e políticas científicas e tecnológicas, mas também buscar financiamento específico para processos inovadores nas instituições financeiras.

- IV. A geração de resultados efetivos de inovação tecnológica, tanto de produto quanto de processo, impacta economicamente a própria capacidade de uma empresa para futuras inovações.

É correto apenas o que se afirma em

- A. I e IV.
- B. II e III.
- C. III e IV.
- D. I, II e III.
- E. I, II e IV.

Gabarito: alternativa E

Tipo de questão: escolha combinada, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Inovação Tecnológica; Política Pública de Ciência, Tecnologia e Inovação

Autora: Ana Lúcia Suárez Maciel

COMENTÁRIO

A questão da inovação tecnológica vem sendo incorporada no debate da sociedade nacional e internacional, fruto da emergência da atuação de novos atores nesse processo, pois, historicamente, se entendia que só ocorria no âmbito das empresas e pela progressiva participação do Estado e das Instituições de Ensino Superior (IES), no seu fomento e desenvolvimento.

A noção vigente de inovação tem suas bases no *Manual de Oslo* (1990), editado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que orienta e padroniza conceitos, metodologias, estatísticas, indicadores de pesquisa e desenvolvimento de países. Nele encontramos a definição de quatro tipos de inovações que encerram um amplo conjunto de mudanças nas atividades das empresas: inovações de produto, processo, organizacionais e de marketing (http://download.finep.gov.br/imprensa/manual_de_oslo.pdf), bem como indicam que podem ocorrer em qualquer ambiente.

Os processos de inovação se articulam, portanto, aos processos necessários para fomentar o desenvolvimento que, na atual fase do sistema capitalista, se constitui em um dos principais diferenciais competitivos das organizações. Do ponto de vista econômico, eles são fundamentais, visto que, segundo Schumpeter (1984), para que a economia saia de um estado de equilíbrio e entre em um *boom* (processo de expansão), é necessário o surgimento de alguma inovação, do ponto de vista econômico, que altere consideravelmente as condições prévias de equilíbrio.

Exemplos de inovações que alteram o estado de equilíbrio são: a introdução de um novo bem no mercado, a descoberta de um novo método de produção ou de comercialização de mercadorias; a conquista de novas fontes de matérias-primas, ou mesmo a alteração da estrutura de mercado vigente, como a quebra de um monopólio, por exemplo. A introdução de uma inovação no sistema econômico é chamada por Schumpeter (1984) de “ato empreendedor”, visando a obtenção de lucro, que, segundo o autor, é o motor de toda a atividade empreendedora da economia.

Nessa direção, para que uma inovação seja realizada, é necessário um esforço conjunto de atores que a induzam e fomentem, o que inclui o mercado, o Estado e as instituições de ensino superior. No

Brasil, a atual política de ciência, tecnologia e inovação se ancora nas formulações do Plano Nacional de CTI, mais conhecido como o Livro Azul, que preconiza a necessidade de o Estado fomentar a mesma, a partir de um conjunto de ações que podem ser resumidas na formulação de legislações que tornem o ambiente do país propício para a pesquisa e o desenvolvimento da inovação que ocorre, portanto, no âmbito das empresas, das instituições de ensino superior e da sociedade. Assim, ao articularmos estes comentários com as alternativas de resposta à questão formulada, podemos afirmar com relação às alternativas:

- A está errada porque NÃO contempla a alternativa II.
 - B está errada porque INCLUI a única alternativa errada que é a III.
 - C está errada porque INCLUI a única alternativa errada que é a III. Acerca dela, temos a sublinhar que, conforme o argumento desenvolvido no comentário, NÃO cabe, unicamente, à empresa a formulação de políticas que fomentem a inovação, mas ao Estado, que é o ator responsável pela condução estratégica das políticas públicas, inclusive as de ciência, tecnologia e inovação.
 - D está errada porque INCLUI a alternativa III, cujo comentário foi feito na seção anterior.
- Logo, a alternativa E é a resposta certa.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA. *Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/publicacoes/livroazul.php>>.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Manual de Oslo*. Disponível em: <http://download.finep.gov.br/imprensa/manual_de_oslo.pdf>.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *A teoria do desenvolvimento econômico*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1984.

QUESTÃO 4

O plágio é daqueles fenômenos da vida acadêmica a respeito dos quais todo escritor conhece um caso, sobre os quais há rumores permanentes entre as comunidades de pesquisa e com os quais o jovem estudante é confrontado em seus primeiros escritos. Trata-se de uma apropriação indevida de criação literária, que viola o direito de reconhecimento do autor e a expectativa de ineditismo do leitor. Como regra, o plágio desrespeita a norma de atribuição de autoria na comunicação científica, viola essencialmente a identidade da autoria e o direito individual de ser publicamente reconhecido por uma criação. Por isso, apresenta-se como uma ofensa à honestidade intelectual e deve ser uma prática enfrentada no campo da ética. Na comunicação científica, o pastiche é a forma mais ardilosa de plágio, aquela que se autodenuncia pela tentativa de encobrimento da cópia. O copista é alguém que repete literalmente o que admira. O pasticheiro, por sua vez, é um enganador, aquele que se debruça diante de uma obra e a adultera para, perversamente, aprisioná-la em sua pretensa autoria. Como o copista, o pasticheiro não tem voz própria, mas dissimula as vozes de suas influências para fazê-las parecer suas.

DINIZ, D.; MUNHOZ, A. T. M. Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica. *Argumentum*, Vitória (ES), ano 3, v. 1, n.3, p.11-28, jan./jun. 2011 (adaptado)

Considerando o texto apresentado, assinale a opção correta.

- A.** O plágio é uma espécie de crime e, portanto, deve ser enfrentado judicialmente pela comunidade acadêmica.
- B.** A expectativa de que todo escritor acadêmico reconheça a anterioridade criativa de suas fontes é rompida na prática do plágio.
- C.** A transcrição de textos acadêmicos, caso não seja autorizada pelo autor, evidencia desonestidade intelectual.
- D.** Pesquisadores e escritores acadêmicos devem ser capazes de construir, sozinhos, sua voz autoral, a fim de evitar a imitação e a repetição que caracterizam o plágio.
- E.** O pastiche se caracteriza por modificações vocabulares em textos acadêmicos, desde que preservadas suas ideias originais, bem como sua autoria.

Gabarito: alternativa C

Tipo de questão: escolha simples, com indicação da alternativa correta

Conteúdo avaliado: Plágio na vida acadêmica, autoria e pastiche

Autora: Marlúbia Corrêa de Paula

COMENTÁRIO

No que se refere a trabalhos de jovens estudantes ou resultantes da comunidade científica, o plágio é uma ocorrência que coloca tais produções em confronto com as suas próprias autorias.

Corroboramos com a questão em seu texto inicial, pois, vez por outra, passamos a saber de algo que trouxe discussões sobre a questão da cópia de textos de autores de modo indevido. Não reconhecer que determinada obra, seja ela qual for, pertence ao seu criador é um ato que, embora muitas vezes não seja devidamente esclarecido, perturba o meio, quer acadêmico, quer de jovens estudantes em suas escolas, de modo a tornar a pesquisa um ato que por vezes não percorre o trajeto que deveria ser próprio a sua construção. O termo *pesquisa*, segundo os mais tradicionais dicionários, apresenta como sinônimo *verificar*. Assim, se, nesta busca, o autor de determinado texto, por exemplo, não fez as devidas verificações, o fruto de seu esforço não deveria ser tratado como pesquisa.

Quanto à violação dos direitos do autor, utilizamos como texto condutor um artigo produzido na última década, que abordou alguns dos pontos que envolvem a questão do plágio. Yocomizo (2008) encontrou um modo de chamar a atenção para este recorrente problema. Nesse artigo, o autor trata dos problemas relacionados às cobranças pela produção de quantidade ao invés de qualidade, o que é um fator potencializador para o problema aqui abordado. Nesse texto de referência, o autor chama a atenção para os vários aspectos que envolvem a ética, tratando não só dos autores que podem romper com esse compromisso. Assim, afirma que essa prática de plágio envolve todos os que participam do processo, tais como editores e revisores. Quer seja copiando para produzir textos, quer seja como pasticheiro, que retira do autor a sua obra, atribuindo a si mesmo a capacidade de produção original em substituição ao ato que lhe pertence de pura cópia. Ambos os indivíduos apresentam um erro de origem. Esse erro pode estar vinculado ao começo da vida estudantil, quando a própria pesquisa fora compreendida como o ato de “abrir livros” e copiar determinada página para entregar a um professor e assim obter determinada nota.

Trabalhos não identificados como resultantes de plágio por serem aceitos como originais terminam passando despercebidos e se transformam num incentivo para que o estudante entenda que o plágio é um caminho possível, em sua performance escolar. Isso poderá estender-se como um modo de realizar pesquisas em nível acadêmico. Em relação a esses aspectos, que disputam entre si, textos de defesas e justificativas, para que o ato de pura cópia seja pelo menos reduzido verificamos que a legislação para tratar do plágio, realizou ajustes em relação à proteção da produção intelectual.

E isso se refere ao que se encontra na Lei mencionada a seguir, em justificativa à alternativa A.

A alternativa C está correta porque, de fato, “A transcrição de textos acadêmicos, caso não seja autorizada pelo autor, evidencia desonestidade intelectual”. Esse ato de produção de textos requer cuidado de todos os envolvidos na fase que antecede a sua publicação, para que assim sejam preservados os empenhos realizados pelos reais autores.

A alternativa A está errada porque, se admitirmos que “O plágio é uma espécie de crime e, portanto, deve ser enfrentado judicialmente pela comunidade acadêmica”, estaremos colocando a comunidade acadêmica envolvida em um prejuízo, o qual ela mesma precisa administrar durante os seus processos

e com os seus pares. Essa complexa abordagem levou as instituições de ensino a elaborarem manuais que têm sido adotados com a finalidade de alertar os seus acadêmicos sobre esse problema. A exemplo disso, encontramos referências em Nery et al. (2009). Há também informações sobre as questões legais em diversos artigos, dos quais destacamos Simões (2017). Para melhores esclarecimentos, deve ser consultado o artigo 184, da Lei nº 10.695, alterado no ano de 2003, com a finalidade de acolher as questões do direito autoral e da propriedade intelectual.

A alternativa B está errada porque não é sensato dizer que “A expectativa de que todo escritor acadêmico reconheça a anterioridade criativa de suas fontes é rompida na prática do plágio”. A quebra de expectativa ocorre sobre quem diz ser o criador de alguma ideia e não o é. Todos os demais escritores acadêmicos que o fazem estão protegidos pelas normas de publicação, quanto as suas autorias e às autorias dos pares que substanciam as suas produções. Logo, não é por não reconhecer a anterioridade, mas sim por não declarar esse reconhecimento à intelectualidade alheia, que há uma quebra de expectativas.

A alternativa D está errada porque não é correto afirmar que “Pesquisadores e escritores acadêmicos devem ser capazes de construir, sozinhos, sua voz autoral, a fim de evitar a imitação e a repetição que caracterizam o plágio”. Pesquisadores e escritores devem ser capazes de construir sozinhos sua voz autoral. Mas esta individualidade tem limites éticos sob os quais se deve respeitar toda produção já existente nas pesquisas acadêmicas. Reconhecer nos pares de pesquisa as contribuições já realizadas e sobre estas realizar novas interlocuções é o que se espera de uma autêntica voz autoral.

A alternativa E está errada porque é incorreto afirmar que “O pastiche se caracteriza por modificações vocabulares em textos acadêmicos, desde que preservadas suas ideias originais, bem como sua autoria”. A ideia de pastiche tem definição comum em dicionários da Língua Portuguesa, como a imitação de um estilo. Nisso não se insere a questão de planejar copiar algo e obter reconhecimento, subtraindo-se desta cópia as reais fontes de obtenção do trabalho realizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10695. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.695.htm#art1art184>. Acesso em: 25 maio 2017.

DICIONÁRIO AURÉLIO. *Dicionário on-line de Língua Portuguesa*. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/pastiche>>. Acesso em: 25 maio 2017.

NERY, Guilherme; BRAGAGLIA, Ana Paula; CLEMENTE, Flávia et al. *Nem tudo que parece é: Entenda o que é plágio*. Departamento de Comunicação Social – Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.noticias.uff.br/arquivos/cartilha-sobre-plagio-academico.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2017.

SIMÕES, Alexandre Gazeta. O crime de plágio e suas variações no ambiente acadêmico. *Revista de Âmbito Jurídico*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11057>. Acesso em: 25 maio 2017.

YOCOMIZO, Cezar Akyra. Desvios de conduta na pesquisa acadêmico-científica. In: XXII EnANPAD (ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO), Rio de Janeiro, 2008, p. 1-18. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ-A3140.pdf>>.

QUESTÃO 5



Disponível em: <https://desenvolvimentoambiental.wordpress.com>. Acesso em: 9 set. 2016.

A partir das ideias sugeridas pela charge, avalie asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. A adoção de posturas de consumo sustentável, com descarte correto dos resíduos gerados, favorece a preservação da diversidade biológica.

PORQUE

- II. Refletir sobre os problemas socioambientais resulta em melhoria da qualidade de vida.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A.** As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B.** As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C.** A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D.** A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E.** As asserções I e II são proposições falsas.

Gabarito: Alternativa C

Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Questões sociais e ambientais

Autora: Marina Caetano

COMENTÁRIO

A imagem apresentada nesta questão aponta claramente para questão ambiental. Uma ilha tomada por resíduos sólidos, os quais foram descartados. A imagem relaciona-se com o apontamento de Ortiz (1994, apud NOAL, 2012) afirmando que a esfera do consumo está relacionada às escolhas individuais, no que diz respeito aos bens necessários a subsistência humana.

QUESTÃO 6

A Lei n. 8.213/1991 assegura a contratação de pessoas com deficiência tanto no serviço público como em empresas privadas que empreguem cem trabalhadores ou mais. Todavia, ainda não é tão simples a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, como ilustra a figura abaixo.



Disponível em: <www.multiplicandocidadania.com.br>.
Acesso em: 30 jul. 2016.

A respeito da inserção, no mercado de trabalho, de pessoas com deficiência, avalie as afirmações a seguir.

- I. Assegurada por lei, a contratação de profissionais com deficiência é cada vez mais frequente no serviço público, contudo a regulamentação de cotas para esses profissionais não abrange as empresas privadas.
- II. As pessoas com deficiência passaram a ter mais chances de inserção no mercado de trabalho, mas, em geral, elas ainda enfrentam preconceito nos locais de trabalho.

- III. Um dos maiores empecilhos para a inserção de profissionais com deficiência no mercado de trabalho é de natureza cultural e envolve estereótipos e discriminação.

É correto o que se afirma em:

- A. I, apenas.
- B. II, apenas.
- C. I e III, apenas.
- D. II e III, apenas.
- E. I, II e III.

Gabarito: alternativa D

Tipo de questão: escolha combinada, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Mercado de trabalho com pessoas com deficiência

Autor: Kelvin Henrique Bernardo Curtis

COMENTÁRIO

A alternativa I está incorreta. A contratação de profissionais com deficiência é sim assegurada por lei. A Lei nº 8.213/1991, no seu Art. 93, dispõe que as empresas com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas. O Ministério do Trabalho e da Previdência Social ainda tem a função de transparecer os dados estatísticos sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitado, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados. No entanto, as cotas representam um avanço na inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mas essa realidade está muito longe da efetivação plena de uma eliminação de barreiras para inserção desses sujeitos no mercado de trabalho (Lei nº 8.213/1991).

A alternativa II está correta, pois afirma que a garantia do acesso ao direito do trabalho através das cotas às pessoas com deficiência se constitui em uma ampliação dessa inserção no mercado de trabalho. Mas a questão das barreiras atitudinais e ambientais, como preconceito, não acessibilidade, ou seja, impedimentos ao acesso dessas pessoas a direitos fundamentais, ainda se fazem presentes no cotidiano das pessoas com deficiência; cabem, então, a diminuição e a eliminação dessas barreiras como defesa do acesso universal como direito humano (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2012, p. 22).

A alternativa III está correta. No que se refere aos empecilhos para a inserção dos profissionais com deficiência no mercado, a estruturação histórica cultural de segregação desse seguimento é reflexo, pela via dos padrões socialmente produzidos, colocam a discriminação como um dos pontos centrais a participação desses sujeitos em diversos espaços. Os padrões sociais se fundam na incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (IBDD, 2008, p. 122).

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Estatuto da pessoa com deficiência* – Lei Brasileira de Inclusão. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Lei nº 13.146/2015. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

BRASIL. *Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991*. Reserva de Cargos em Empresas privadas. Disponível em: <http://ong.portoweb.com.br/rspara/default.php?reg=14&p_secao=108>. Acesso em: 03 abr. 2017.

BRASIL. *Inclusão social da pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença* – Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Rio de Janeiro: IBDD, 2008. Disponível em: <<http://www.ibdd.org.br/arquivos/inclusaosocial.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

QUESTÃO 7

A articulação indígena-quilombola vem-se consolidando em Oriximiná, no Pará, desde 2012, com o objetivo de incentivar a parceria entre índios e quilombolas frente a novos desafios comuns.

A aliança possibilitou, em 2015, a reaproximação entre índios da Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana e os quilombolas da Terra Quilombola Cachoeira Porteira, cujas relações, no processo de regularização de suas terras, haviam assumido áreas de conflito. Reunidos no Quilombo Abuí, escolhido como local neutro e livre de influências externas, em maio de 2015, lideranças indígenas e quilombolas de ambas as terras, com a mediação de lideranças quilombolas de outras comunidades, acordaram os limites territoriais para fins de regularização fundiária. O acordo foi oficializado junto ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual.

Disponível em: <<http://www.quilombo.org.br>>.
Acesso em: 29 ago. 2016 (adaptado)

A análise dessa situação evidencia a importância da

- A. autodeterminação dos povos tradicionais na definição de seus limites territoriais.
- B. intervenção prévia do Estado em situações de potencial conflito entre povos tradicionais.
- C. urgência de regularização das terras quilombolas e indígenas, priorizando-se áreas isentas de conflitos.
- D. definição, por atores externos, dos desafios comuns a serem enfrentados pelos povos tradicionais.
- E. participação do Ministério Público nas negociações de limites territoriais entre quilombolas e indígenas.

Gabarito: alternativa A

Tipo de questão: escolha simples, com indicação de alternativa correta

Conteúdo avaliado: Articulação indígena-quilombola na regulamentação de terras

Autores: Cássia Aline Bulsing Maia, Lucas Antunes Machado e Maria Inês Nunes Barcelos

COMENTÁRIO

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a discussão a respeito da regulamentação de terras em comunidades tradicionais vem ganhando visibilidade, sobretudo nos âmbitos políticos e culturais (PEREIRA, 2014). Parte-se do princípio aqui de que tanto comunidades quilombolas quanto comunidades indígenas possuem o direito a terra garantido por meio da Constituição Federal. Nessa perspectiva, a literatura vem apontando para a legitimidade do direito a delimitação territorial para essas comunidades tradicionais (BRASIL, 1988; SCHIMDT; TURATTI; CARVALHO, 2002; MARQUES; GOMES, 2013).

A alternativa A está correta, ao passo que coloca a definição dos limites territoriais no plano da autodeterminação dos povos, princípio presente no artigo 4º da Constituição Federal de 1988, que, dentre outros, também aponta para a solução pacífica dos conflitos, o que se mostra evidente na situação relatada no enunciado da questão.

No que concerne à autodeterminação, Alves (2015) considera que “o direito à autodeterminação se assenta no princípio da igualdade entre todas as pessoas e povos (que se opõe às ideias de superioridade/hierarquia racial ou étnica), o que afasta qualquer direito de assimilação ou subjugação”, salientando que “o direito à autodeterminação não se sobrepõe às demais dimensões dos direitos humanos”. Dessa forma, torna-se possível, através do diálogo, a solução pacífica do conflito relatado em total consonância com o princípio da autodeterminação, tendo resguardado o direito a terra, respeitando os modos de vida e organização no território para ambos os povos como comunidades tradicionais, o que corrobora a afirmação proposta pela alternativa A.

De acordo com Faleiro (2014), o Estado pode ser considerado a instituição que abriga a administração de um país, o que lhe confere, dentre outros, o direito de exercer domínio sobre seus habitantes e territórios. Adverte o autor que a autonomia política conquistada pelos povos indígenas não se deu sem embate e que os povos indígenas conseguiram converter as formas de controle estatal em meios de vida e subsistência a partir da colaboração de parceiros. A partir do exposto, a alternativa B pode ser considerada incorreta, tendo em vista que a intervenção estatal não estaria de acordo com o pressuposto defendido no próprio texto gerador, que considera que a conciliação entre indígenas e quilombolas deve se dar sem influências externas, pautado no princípio da autodeterminação.

Conforme salientado no livro *Entre Águas Bravas e Mansas: índios & quilombolas em Oriximiná*, que traz uma série de artigos acerca do contexto relatado no enunciado da questão, “índios e quilombolas se organizam em torno de um modo de vida comum” (GRUPIONI; ANDRADE, 2015 p. 15), o que se apresenta como fruto do processo de aproximação destas comunidades que, inicialmente, “mantiveram uma convivência, ora de troca, ora conflituosa, que trouxe aprendizados mútuos, influenciando profundamente tanto o modo de vida indígena quanto o das comunidades afro-amazônicas que ali se constituíram” (GRUPIONI; ANDRADE, 2015 p. 10). Isso posto, entende-se que a alternativa C estaria incorreta, pois, ainda que trate da urgência da regularização das terras, coloca como uma problemática os elementos naturalmente presentes na construção de acordos entre povos nesse sentido, que, em prol de um processo de conciliação, põem em diálogo sua forma de organização no território em que se desenvolvem, individual e mutuamente, seus modos de vida.

No contexto apresentado, a conciliação entre indígenas e quilombolas “em local neutro e sem influências externas”, considerando seus modos de vida e a forma com que se organizam no território, possibilita a definição dos limites territoriais para a regularização fundiária. Nessa perspectiva, levando também em consideração a discussão até aqui apresentada acerca do processo de conciliação entre estas comunidades, a alternativa D mostra-se incorreta, no momento em que sugere não a construção coletiva, mas a intervenção externa como forma de definição dos desafios a serem enfrentados pelos povos em questão. É o mesmo caso o da alternativa E, pois, na situação relatada, o Ministério Público

não intervém de forma direta no processo de conciliação, mostrando-se atuante somente na oficialização do acordo já firmado entre indígenas e quilombolas. Nesse sentido, prevalece o processo de acordo firmado pelos representantes das duas comunidades de povos tradicionais envolvidas, tendo respeitado assim o princípio da autodeterminação dos povos, presente na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 4º, inciso III, conforme citado anteriormente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rodrigo Vitorino Souza. Diversidade cultural e o direito à autodeterminação dos povos indígenas. *Revista Jurídica da Presidência*, [s.l.], v. 16, n. 110, p.725-749, 28 jan. 2015. Biblioteca da Presidência da República. <http://dx.doi.org/10.20499/2236-3645.rjp2015v16e110-54>. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/viewFile/54/45>>. Acesso em: 03 maio 2017.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

FALEIRO, R. P. Intervenções estatais: terras indígenas, agenda ambiental e representação indígena. *Revista de Estudos em Relações Interétnicas*, v. 18, n. 1. p. 1-12, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/prof-10/Downloads/12364-39784-1-PB.pdf>>. Acesso em: 04 de maio 2017.

GRUPIONI, D. F.; DE ANDRADE, L. M. M. (Org.). *Entre Águas Bravas e Mansas: Índios & Quilombolas em Oriximiná*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2015. 321p. Disponível em: <<http://cpisp.org.br/flipbook/EntreAguasBravaseMansas/#p=320>>. Acesso em: 04 maio 2017.

MARQUES, C. E.; GOMES, L. A constituição de 1988 e a resignificação dos quilombos contemporâneos limites e potencialidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, p. 137-153, 2013.

PEREIRA, C. S. *Política de regularização de terras quilombolas: identidades e territorialidades negras em Porto Alegre – RN*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRN, Natal, 2014.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente e Sociedade*, nº 10, jan./jun. 2002. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 03 maio 2017.

QUESTÃO 8

A figura a seguir ilustra a apresentação do teatro de bonecos do grupo Riso do Povo, do mestre Zé Divina, de Pernambuco. Esse tipo de teatro, denominado mamulengo, está intimamente ligado ao contexto histórico, cultural, social, político, econômico, religioso e educativo da região Nordeste do Brasil.

Apresentado em praças, feiras e ruas, em linguagem provocativa e irreverente, com repertórios inspirados diretamente nos fatos do cotidiano popular, o mamulengo ganha existência nos palcos por meio do movimento das mãos dos atores que manipulam os bonecos, narram as histórias e transcendem a realidade, metamorfoseando o real em momentos de magia e sedução.



Disponível em: <<https://en.wikipedia.org>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

A partir dessas informações, avalie as afirmações a seguir.

- I. O mamulengo dá vida ao objeto e à matéria e permite jogo cênico divertido em que os atores de carne e osso cedem às formas animadas o lugar central da comunicação teatral.
- II. No mamulengo, os bonecos são os próprios agentes da ação dramática, e não simples adereços cenográficos.
- III. No mamulengo, os atores interagem com o público de forma a transportá-lo para a mágica representação cênica.

É correto o que se afirma em

- A. I, apenas.
- B. III, apenas.
- C. I e II, apenas.
- D. II e III, apenas.
- E. I, II e III.

Gabarito: alternativa E

Tipo de questão: escolha combinada, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Teatro popular de bonecos

Autora: Cássia Pilar Salgado

COMENTÁRIO

A questão 8 do Enade remete ao teatro popular de bonecos da região nordeste do Brasil, constituído em meio a tradições e histórias e considerado um dos patrimônios históricos culturais do país. No Estado de Pernambuco e no Distrito Federal, os bonecos são conhecidos principalmente por mamulengos. Já no Rio Grande do Norte costumam ser chamados de João Redondo ou Calunga. No Piauí e no Ceará, por Cassimiro Coco, e na Paraíba, por Babau (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2015).

O Grupo Riso do Povo compõe-se por um conjunto de artistas, como os forrozeiros, e em outros momentos por bonequeiros e bonequeiras, que dão vida a objetos inanimados a partir de diferentes figuras do mamulengo. A organização do grupo divide-se em mestre, contramestre, intermediador, tocadores e/ou folgazões e ajudantes. O mestre Zé de Vina detém a coleção de bonecos e outros materiais necessários para o desenvolvimento da peça. Já o contramestre manuseia os mamulengos ao desenvolver cenas sozinho ou acompanhado. O intermediador tem como papel fazer a mediação na relação cena-boneco-público. Os tocadores e/ou folgazões configuram o conjunto de uma orquestra e desenvolvem a parte musical em todas as partes necessárias da cena. Por fim, os ajudantes contribuem quando há necessidade de manejar os bonecos (RIBEIRO, 2010).

O roteiro é criado a partir de histórias contadas e/ou inventadas pelo povo, e por meio de recortes baseados em livros. Os mamulengos são instrumentos de trabalho confeccionados por meio de marionetes de mão, fio, bem como bonecos de luva e/ou vara que se parecem com fantoches (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2015).

Dado o breve resgate sobre o teatro popular de bonecos mamulengos do Nordeste, faz-se necessário discorrer sobre as afirmativas abaixo.

A afirmação I está correta, uma vez que o ato de apresentar é compreendido pelo termo 'brincadeira' e a atuação ou presença de palco por 'brincar'. Esse tipo de manifestação artística era utilizada pelos povos africanos em momentos de tristeza, uma vez que o intuito artístico vem a ser improvisação, riso, brincadeiras e também críticas. O mamulengo, enquanto instrumento de trabalho e cerne da comunicação teatral, desenvolve-se por meio de atrizes e atores que promovem a interação com o público (RIBEIRO, 2010).

A afirmação II está correta, pois os bonecos que atuam envolvem-se diretamente e indiretamente com a plateia. Nesse sentido, são compreendidos para além de sua forma enquanto objeto inanimado. As atrizes e os atores de carne e osso servem como suporte, pois a visibilidade e a comunicação entre personagens, bem como com a plateia, são apresentadas por meio dos mamulengos (RIBEIRO, 2010).

A afirmação III está correta tendo em vista que as atrizes e os atores têm como papel fundamental envolver a plateia nos enredos e nas representações cênicas. As histórias dos mamulengos são reflexos da sociedade, assim, para que a plateia possa interagir e fazer parte do enredo, é necessário transportá-la de forma que esta vivencie e se reconheça na história. De tal modo que, há um intermediador que contribui neste envolvimento entre cena-boneco-público.

Portanto, todas as alternativas estão corretas. Considera-se que o teatro de mamulengos, ao cultivar a tradição nordestina, faz a relação entre arte e cultura popular. Evidencia-se que o teatro de bonecos costuma retratar a realidade brasileira ao envolver em suas peças o contexto histórico, político, econômico, cultural e social, além de buscar garantir o envolvimento da plateia. Desse modo, promove arte democrática e educativa, uma vez que costuma ser apresentado em espaços públicos da cidade no qual todas e todos têm acesso, bem como trazer novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Registro do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste/Mamulengo, Cassimiro Coco, Babau e João Redondo*. Coordenação Geral Mônia Silvestrin. Roteiro Ellen Krohn e Walter Cedro. Direção Ellen Krohn. Ministério da Cultura, 2015. (7 min e 44 s), son. color.

RIBEIRO, Kaise Helena Teixeira. *A dialogicidade no mamulengo Riso do Povo: interações construtivas da performance*. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

QUESTÃO 9

Baseando-se em uma perspectiva analítica, histórica e teórica, o significado sócio-histórico do instrumental técnico-operativo do Serviço Social é compreendido como parte da intervenção do Serviço Social nas relações sociais, e não apenas como um arsenal de instrumentos e técnicas aplicáveis.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. *Revista Temporalis*, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, p. 26-27, 2002 (adaptado).

Considerando que, para a efetivação de sua ação, o/a assistente social aciona um instrumental técnico-operativo, avalie as afirmações a seguir.

- I. A dimensão teórico-metodológica da formação desse profissional tem prioridade sobre a dimensão técnico-operativa, pois fundamenta a prática profissional, seguida pela dimensão ético-política, que analisa e investiga novas demandas.
- II. A instrumentalidade do Serviço Social sofre as determinações da dinâmica social, da qual emanam as demandas para as instituições nas quais a/o assistente social atua.
- III. Os instrumentos e técnicas utilizados pelas/pelos assistentes sociais colaboram para uma atuação que pode reforçar tanto as ideias dominantes da burguesia, quanto o poder de reivindicação da classe trabalhadora, a depender de seus posicionamentos ético-políticos e teórico-metodológicos.

É correto o que se afirma em

- A. I, apenas.
- B. III, apenas.
- C. I e II, apenas.
- D. II e III, apenas.
- E. I, II e III.

Gabarito: alternativa D

Tipo de questão: escolha combinada, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Instrumentalidade do Serviço Social, dimensão técnico-operativa do Serviço Social

Autora: Caroline Lafuente

COMENTÁRIO

A afirmação I está errada, pois concede uma centralidade à dimensão teórico-metodológica, seguida pela dimensão ético-política. Embora se tenha a compreensão de que o conhecimento teórico é considerado pela categoria como a primeira ferramenta de trabalho do(a) assistente social, ele não é o único, nem o de maior importância.

Considera Faermann (2014, p. 22) que o(a) assistente social deve dispor de um conjunto de competências que, articuladas entre si e não isoladas, lhe possibilite analisar criticamente a realidade social e intervir. Essas competências às quais a autora se refere dizem respeito aos conhecimentos teóricos, políticos e técnicos no âmbito do Serviço Social.

O currículo de 1996 é um dos documentos que sinaliza para a necessidade de articulação entre as três competências.

As competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho (p.13)

Compreende-se para Faermann (2014, p. 35) os conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos são responsáveis pela qualidade do trabalho do assistente social e, por isso, todos merecem igualmente atenção.

A alternativa II e III estão corretas, pois quando Trindade (2002) se refere as técnicas, indica que elas possuem capacidade de atingir determinados resultados, pois são movimentadas pela capacidade teleológica dos sujeitos, ou seja, capacidade dos indivíduos de pôr finalidade de acordo com a necessidade presente na realidade concreta, da qual necessita de transformação. Contudo, afirma que há uma direção social e um conteúdo que não possibilitam considerar que existe uma neutralidade no uso de técnicas.

Acerca dos instrumentos e técnicas do Serviço Social, Trindade (2002) adverte que estamos falando de práticas humanas, das quais se voltam a transformações de determinadas atitudes humanas. Por isso considera que a instrumentalidade do Serviço Social sofre determinações da dinâmica social, principalmente por serem instrumentos e técnicas elaboradas e organizadas por diferentes disciplinas no âmbito das ciências sociais, sendo usados por diferentes práticas sociais para transformar, racionalizar e até atender à interesses distintos dos homens.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

FAERMANN, Lindamar Alves. *O uso dos instrumentos e das técnicas no Serviço Social na perspectiva crítico-dialética: mediações necessárias*. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC-SP, 2014.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. *Revista Temporalis*, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, p. 26-27, 2002.

QUESTÃO 10

A partir da análise da relação Estado/sociedade civil em Gramsci, pode-se afirmar que o controle social [...] é contraditório.

CORREIA, M. V. C. Controle Social na Saúde. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, v. 1, p. 111-138, 2006.

A partir do fragmento do texto apresentado, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. O controle social pode ocorrer via políticas públicas e, na perspectiva das classes subalternas, envolve sua capacidade de interferir na gestão pública, mediante disputa pela construção da hegemonia.

PORQUE

- II. Segundo a perspectiva gramsciana, o controle social é balizado por uma correlação de forças contraditórias e exercido, de um lado, pelo Estado e, por outro lado, pela sociedade civil.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E. As asserções I e II são proposições falsas.

Gabarito: alternativa C

Tipo de questão: escolha combinada, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Relação Estado e sociedade em Gramsci

Autora: Joana das Flores Duarte

COMENTÁRIO

O conceito de Controle Social Democrático, no Brasil, foi inaugurado a partir da Constituição Federal de 1988, cujo controle público é exercido pela sociedade sob o Estado. Foi também com a CF de

1988 que as relações entre esfera política e institucional, no fomento e na implementação das políticas sociais públicas, passaram a ser mediadas via participação dos setores organizados da sociedade civil, trabalhadores/as e segmentos populares. Nesse contexto, os sujeitos sociais demandam o direito à participação política, sustentando, assim, o ingresso ativo da Sociedade Civil enquanto um direito constitucional na definição do funcionamento do Estado e na gestão das ações estatais, bem como na construção e gestão das políticas sociais, abrindo a presença de novos sujeitos e demandas.

Nessa esteira, o controle social é democrático porque visa a consolidação do Estado Democrático de Direito, ancorado na participação popular. Importa destacar essa diferenciação, pois o controle social pode ser também exercido de forma autoritária e verticalizada, como, por exemplo, em regimes ditatoriais. Na perspectiva do controle social de base popular, as mediações entre Estado e Sociedade Civil são constituídas no bojo da luta de classes, em que pese a luta pela universalização das políticas sociais, a ampliação dos direitos, a socialização da política e a redistribuição dos recursos do fundo público.

Todavia, essa construção horizontalizada na garantia e exigibilidade do direito humano à proteção social implica à Sociedade Civil a participação no campo da gestão e do planejamento das políticas sociais. Portanto, são novas requisições nos marcos da democratização e descentralização na decisão da gestão e do poder do espaço público, bem como do espaço Estatal e Civil da sociedade brasileira. Segundo Mézáros (2011), o planejamento social deve ser abrangente, cujas decisões sejam compartilhadas, em que cabem à Sociedade Civil o exercício do controle social democrático e o monitoramento do sistema de planejamento e orçamento público.

No entanto, é preciso levar em consideração que essa relação entre Sociedade Civil e Estado se dá no bojo da sociedade capitalista, em que pese a constituição do Estado “num tipo privilegiado de organização dentro e a serviço da sociedade capitalista que o criou e o mantém. Não sendo possível pensar um sem o outro, um independente do outro” (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 143).

Segundo Duriguetto e Montañó (2011, p. 43), o Estado se amplia em Sociedade Civil e Sociedade Política, e, embora haja socialização da política respondendo às novas funções das lutas sociais de classes, o Estado ampliado, ainda assim, preserva a função de coerção. Este, por sua vez, encarregado das relações de produção e reprodução, “é muito mais do que um aparelho repressivo da burguesia; o Estado inclui a hegemonia da burguesia na superestrutura”, demarcando sua institucionalidade pelo “predomínio ideológico das classes dominantes para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados” (CARNOY, 2013, p. 98).

Sendo assim, a consolidação desse processo democrático e de base popular implica a realidade conjuntural e as ações da Sociedade Política, tendo portanto o conceito de Estado ampliado em Gramsci. Contudo, Gramsci não somente amplia o Estado como avista na classe trabalhadora condições reais de desenvolver o processo de autoconsciência, pois, para o autor, o que mantém as relações de dominação são as instituições situadas na sociedade civil, que funcionam como instrumentos de alienação e consenso. São essas instituições também responsáveis tanto pelas rupturas quanto pela manutenção da ordem burguesa.

REFERÊNCIAS

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Tradução Instituto de Letras da PUC-Campinas. 17.ed. Campinas/São Paulo: Papyrus, 2013.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. *Estado, classe e movimento social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v.5.)

MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história*. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho.)

QUESTÃO 11

A formação histórico-social do Brasil revela posição periférica em relação ao desenvolvimento dos países de economia central, o que lhe atribui patamar desigual e, ao mesmo tempo, combinado das forças produtivas, porque o arcaico e o moderno convivem numa aliança de dominação burguesa para a (super)exploração e apropriação da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora.

FERNANDES, F. A *Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006 (adaptado).

Considerando o texto acima, uma das particularidades do capitalismo brasileiro consiste

- A. na adesão ao modelo universal da democracia tipicamente burguesa.
- B. na transição do modelo urbano-industrial para o chamado agronegócio.
- C. na adoção do capitalismo como principal resultado dos movimentos populares.
- D. na dissociação entre o desenvolvimento capitalista e a adoção do regime democrático.
- E. no caráter revolucionário da burguesia brasileira em relação a outros países europeus

Gabarito: alternativa D

Tipo de questão: escolha simples, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Formação histórico-social brasileira

Autora: Alexander Chagas Leitão

COMENTÁRIO

A questão de nº 11 se refere ao capitalismo no Brasil, a seu desenvolvimento na sociedade brasileira e ao papel da burguesia enquanto classe social.

A letra A não está correta porque a burguesia no Brasil foi condicionada pelos requisitos ideais e legais da ordem social competitiva. Definiu-se frente a fatores econômicos, sociais e políticos, como se fosse uma burguesia revolucionária e democrática. Todavia, a burguesia brasileira mostrou-se mais reacionária e conservadora do que se poderia imaginar, dentro da melhor tradição oligárquica.

As representações ideais da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado. Mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e de civilização. (FERNANDES, 2006, p. 242)

Cabe ressaltar que os elementos político-ideológicos e a estrutura econômica que constituíram os contornos e o conteúdo do Estado nacional brasileiro são próprios de formações sociais capitalistas de extração colonial.

Segundo Mazzeo (1989), desde a formação, o Estado nacional brasileiro tinha duas características essenciais que compuseram sua superestrutura, “de um lado, elementos ideológicos comuns às formações sociais que vivenciaram situações tardias de desenvolvimento capitalista, de outro, aspectos específicos inerentes à situação de particularidade escravista e latifundiária” (MAZZEO, 1989, p. 91-92). Dessa forma, não houve uma adesão do capitalismo a um provável modelo democrático, pois a burguesia brasileira tinha um espírito modernizador de característica empresarial, com uma política singular e não coletiva, se enquadrando numa ordem social competitiva.

A opção B também não é a correta porque o padrão de desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira do período era de uma economia competitiva e duplamente articulada, ou seja, internamente, através da transição do setor arcaico ao setor moderno, ou urbano-comercial, com uma característica progressiva para o urbano-industrial, e externamente, a articulação do complexo econômico agrário-exportador às economias capitalistas centrais. Na acepção do conceito, “a Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (FERNANDES, 2006, p. 239). Foi o conflito de interesses ou convergentes que consolidou a conservadora dominação burguesa no Brasil. A oligarquia agrária e a moderna, de transações comerciais-financeiros e industriais, usufruíram da possibilidade de moldar a mentalidade burguesa e o padrão de dominação. Além disso, o agronegócio no Brasil se desenvolveria mais tarde, devido à alta demanda da agroindústria, que funde a produção agropecuária com a indústria, através da interdependência de diversos ramos a partir de embalagens, insumos agrícolas, irrigação, máquinas e implementos, ganhando força principalmente no final da segunda metade do século XX.

A opção C não está correta porque definitivamente o capitalismo brasileiro não foi uma produção dos movimentos populares. Nesse caso, esteve mais para uma organização voltada para seu benefício próprio. O modo de produção capitalista, na economia brasileira, incorporou conteúdo próprio da sociedade burguesa, como por exemplo o individualismo e a competitividade, num segundo momento, com o Liberalismo.

O desenvolvimento capitalista no Brasil significou coisas distintas, com fases que marcam a evolução interna desse sistema. Houve uma condição estrutural permanente de acordo com a evolução do capitalismo nas Nações que exerceram algum tipo de dominação imperialista sobre a América Latina. Ou seja, Fernandes (2006) indica que o desenvolvimento capitalista no Brasil sempre foi percebido socialmente pelas classes dominantes.

segundo comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas, que ele se tornou compatível com (quando não exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não possuidora do mercado e do sistema de produção especificamente capitalistas (FERNANDES, 2006, p. 262).

A dependência e o subdesenvolvimento foram correspondentes assim da evolução externa e interna do capitalismo, em que as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento que pretendiam.

A opção E não é correta porque a burguesia brasileira estava alicerçada em uma lógica de dependência pelo capitalismo estrangeiro. Requeria uma política justamente contrária, ideologicamente, considerada como a nossa “Revolução Burguesa” nos círculos hegemônicos das classes dominantes (FERNANDES, 2006). O significado desse processo foi compreendido por trabalhadores europeus devido a uma maior politização.

Anarquistas, socialistas e (mais tarde) comunistas, eles não se iludiram quanto ao tipo de dominação burguesa com que se defrontavam. Pintaram-na como ela realmente era, elaborando uma verdadeira contra ideologia (e não, apenas, recompondo ideologias revolucionárias, transplantadas prontas e acabadas de fora...) (FERNANDES, 2006, p. 248).

Outro fator importante a ser considerado sobre essa questão foi a desconexão histórica das necessidades de expansão de nosso mercado e a revolução nacional. Essa redução do campo de atuação histórica da burguesia mostrou uma realidade específica, “a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da ‘revolução nacional e democrática’, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe” (FERNANDES, 2006, p. 251); dessa forma, não é possível considerar um protagonismo revolucionário da burguesia brasileira com relação aos países europeus naquele período histórico.

A alternativa D é a correta porque a dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia foi resultado da política de acumulação de capital nos quadros do capitalismo periférico e dependente. Essa desarticulação do conceito burguês de desenvolvimento capitalista mostrou ser um modelo que se valeu de elementos arcaicos, ou ainda,

um privatismo tosco, rigidamente particularista e fundamentalmente autocrático, como se o “burguês moderno” renascesse das cinzas do “senhor antigo”. Em outras palavras, ela engendra uma ordem social em que, além da desigualdade das classes, conta poderosamente o privilegiamento dos privilegiados na universalização da competição como relação e processo sociais (FERNANDES, 2006, p. 200).

A burguesia não fomentava a igualdade, e sim estabelecia um sistema de privilégios. Caberia ao proletariado a tarefa histórica de realização efetiva da democracia, além da superação do próprio capitalismo. Enfim, a questão democrática da oposição entre o moderno e o atraso vai demonstrar que a revolução burguesa fora mais conservadora a partir de uma coalizão entre as elites modernas e as tradicionais.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

MAZZEO, A. C. *Estado e Burguesia no Brasil: Origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

QUESTÃO 12

A formação histórico-social do Brasil revela posição periférica em relação ao desenvolvimento dos países de economia central, o que lhe atribui patamar desigual e, ao mesmo tempo, combinado das forças produtivas, porque o arcaico e o moderno convivem numa aliança de dominação burguesa para a (super) exploração e apropriação da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006 (adaptado).

De acordo com a linha de pensamento social brasileiro exposta no texto, assinale a alternativa correta.

- A. A modernização das estruturas arcaicas não interfere no desenvolvimento brasileiro frente à mundialização da economia.
- B. No âmbito do desenvolvimento desigual e combinado, a classe trabalhadora sustenta-se por relações de estabilidade e valorização crescente de sua força de trabalho.
- C. O desenvolvimento histórico característico dos países latino-americanos é uma fase constitutiva do padrão de desenvolvimento contemporâneo dos países centrais.
- D. A colonização e a dependência externa são características que marcaram a história do Brasil até os anos 1960, quando então, o país rompeu com o ciclo de exploração característico das velhas classes dominantes.
- E. No Brasil, o desenvolvimento desigual e combinado é um dos fatores da concentração de riqueza no país, por isso sua manutenção é funcional às classes dominantes, historicamente conservadoras e autocráticas.

Gabarito: alternativa E

Tipo de questão: escolha simples, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Pensamento social brasileiro

Autor: Alexander Chagas Leitão

COMENTÁRIO

A questão de nº 12 se refere ao pensamento social brasileiro e às relações de classe no Brasil do século XX. A opção letra A não está correta porque o processo de modernização impactou diretamente o desenvolvimento da economia brasileira. A conciliação surgida entre o arcaico e o moderno apenas sedimentou o desenvolvimento econômico no país. Ou seja, a partir da modernização da infraestrutura e de instituições, o setor agrário arcaico foi articulado com a economia internacional, a consolidação do capitalismo dependente (FERNANDES, 2006). Superlativamente em toda a América Latina, esse capitalismo dependente iniciou-se pela simbiose entre o arcaico e o moderno, com a sobreposição do subdesenvolvimento à ordem social competitiva.

A coexistência, no Brasil, de diversas formas econômicas mistas, combinando elementos das relações de produção velhas e novas, a convivência do impulso renovador com as estruturas arcaicas resistentes à mudança [...] com o crescimento da riqueza de uma estrutura em que as relações monetárias ganhavam destaque, apresenta como realizadas as premissas necessárias ao aparecimento e desenvolvimento do capitalismo (SODRÉ, 1990, p. 113).

Para Fernandes (2006) esse processo é relativizado por uma visão conservadora, que utiliza como “senhor”. Nesse caso, o realismo econômico levaria a uma percepção secularizada e racional, pelo senhor, da competição, com o equilíbrio do mercado, mas com uma visão conturbada das forças econômicas. Ou seja, seria uma espécie de “iniciativa privada ‘moderna’ que podia florescer numa sociedade de castas e estamental” (FERNANDES, 2006, p. 186).

Essas forças econômicas estariam em um estágio de acomodação, tornando a economia capitalista brasileira diferenciada, mas periférica, desencadeando um fluxo permanente de renda que favoreceu o incremento e a dinamização do uso do excedente econômico nas duas direções concomitantemente, o “ultramoderno” com o “ultra-arcaico” (FERNANDES, 2006), entrelaçados por um elo estrutural e dinâmico, numa coexistência destes elementos.

A opção B não é a correta, uma vez que a classe trabalhadora esteve atrelada ao e dependente do capitalismo com desvalorização do seu trabalho, com a exacerbação das desigualdades sociais e econômicas e instabilidade política. A luta de classes ganharia proeminência enquanto essa relação política delimitava a revolução burguesa, relação esta composta por pela dominação da burguesia, no âmbito político, e modelo de transformação capitalista, no âmbito econômico.

Outro fato que contribuiu com o processo de precarização do proletariado neste período foi a “industrialização intensiva, bem como a metropolização dos grandes centros humanos e a eclosão do capitalismo monopolista, resultando na exacerbação de conflitos e de antagonismos sociais” (FERNANDES, 2006, p. 374). Logo, se buscou preservar a ordem burguesa existente, mas as massas trabalhadoras marginalizadas, excluídas e destituídas tornaram-se um empecilho ao poderio econômico burguês.

Assim, essa hegemonia burguesa se preocupou em conter o proletariado, com ações repressivas, bem como artifícios a que se amoldava uma legislação pretensamente trabalhista. A massa trabalhadora ficou subordinada ao trabalho e às condições que o Estado burguês impôs.

Sobre a opção C, o padrão de desenvolvimento histórico do Brasil sempre esteve numa condição de dependência em relação às nações hegemônicas capitalistas. Em toda a América Latina, o capitalismo dependente iniciou-se pela simbiose entre o arcaico e o moderno.

As impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço (FERNANDES, 2006, p. 238).

Outra questão a ser considerada é ao subimperialismo (SODRÉ, 1990), uma vez que estava em curso um processo de funcionamento dos segmentos de capitalismo monopolista de Estado de um lado

e a presença dos investimentos estrangeiros no país e a cobertura privilegiada que lhes era concedida de outro, pelo menos até onde era conveniente ao capital estrangeiro. Os países da América Latina, principalmente os que nasceram sob a égide colonial, o Terceiro Mundo, foram marcados na verdade pelo subdesenvolvimento e atraso econômico, como um problema estrutural.

A opção D não é correta pelo fato de ter havido um continuísmo de exploração clássica burguesa. “Havia um confronto direto da presente ‘época da industrialização’ com a pretérita ‘época da emancipação nacional’” (FERNANDES, 2006, p. 347). O resultado teórico do confronto revelaria que, sob a situação de dependência, tanto sob a dominação neocolonial quanto sob a dominação imperialista, as classes sociais dominantes e sua elite não possuíam autonomia para conduzir e completar a revolução nacional, gravitando historicamente, portanto, de um beco sem saída para outro (FERNANDES, 2006); o Brasil estava submetido a uma ordem social própria do atraso e senhorial.

O que define o surgimento das relações capitalistas aqui e depois o seu desenvolvimento e o fato de ocorrer na fase pré-imperialista e depois plenamente imperialista. É esse capitalismo que vai encontrar desde o seu alvorecer grandes obstáculos que se concretizavam particularmente na associação do imperialismo a nossa acumulação (SODRÉ, 1990, p. 95).

Conforme explica Sodr  (1990), o pa s carregava o peso das crises c clicas, cujos efeitos eram sempre transferidos das  reas origin rias e do capitalismo plenamente desenvolvido  s  reas de capitalismo dependente, como o Brasil.

A op o E   a correta, porque o que configurou a domina o da burguesia no Brasil foi justamente   alian a com uma oligarquia moderna. A concentra o de riquezas se processou   custa dos setores assalariados e destitu dos da popula o, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropria o e sobre-expropria o capitalistas (FERNANDES, 2006).

Uma das caracter sticas mais importantes da reestrutura o de poder foi a associa o do padr o burgu s de domina o com os procedimentos autocr ticos e conservadores da oligarquia, que tornou o regime imperme vel   instaura o de mecanismos democr ticos de participa o pol tica. Essa oligarquia dispunha de poder em toda a extens o da sociedade brasileira, “onde o desenvolvimento desigual n o afetava o seu controle do poder, apenas estimulava a sua universaliza o” (FERNANDES, 2006, p. 247).

Havia, conforme um acordo entre as elites para manter essa autocracia, e isso significava a nega o de qualquer possibilidade de tornar o Estado numa institui o democr tica e nacional, tal qual era pregado pela ideologia burguesa.

As premissas necess rias para definir as rela es capitalistas existiam agora: concentra o de riqueza monet ria, de um lado, e concentra o da massa proletarizada de produtores “livres”, de outro lado. A etapa, como as anteriores, apesar de tudo, assinala um avan o irregular daquelas rela es, lento e atrasado (SODR , 1990, p. 100).

Assim, a domina o burguesa teve de ajustar-se estruturalmente a um tipo de transforma o capitalista da sociedade no qual o desenvolvimento desigual interno e a domina o imperialista externa formataram os requisitos da acumula o capitalista e de sua intensifica o.

REFER NCIAS

FERNANDES, F. *A Revolu o Burguesa no Brasil: ensaio de interpreta o sociol gica*. 5 ed. S o Paulo: Globo, 2006.

SODR , N. W. *Capitalismo e Revolu o Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

QUESTÃO 13

Leia as seguintes competências.

- aprovar a Política Nacional de Assistência Social;
- normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social;
- acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de assistência social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;
- estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

De acordo com a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências, as competências elencadas são exclusivas

- A. da União (Art. 12).
- B. dos Estados (Art. 13).
- C. dos Municípios (Art. 15).
- D. do Conselho Nacional de Assistência Social (Art. 18).
- E. do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social (Art. 19).

Gabarito: alternativa D

Tipo de questão: escolha simples, com indicação da alternativa correta

Conteúdo avaliado: Política de Assistência Social

Autoras: Daniela da Silva Champe e Marlene Rosa de Oliveira Fiorotti

COMENTÁRIO

A alternativa D está correta, pois as competências citadas referem-se a funções do Conselho Nacional de Assistência Social na condição de cogestor da política nacional de assistência social, assim,

aprova a política nacional, fiscaliza a sua execução, delibera sobre os recursos do Fundo Nacional de Assistência social, regulamenta a prestação de serviços socioassistenciais entre outras. Vale destacar que o Conselho Nacional de Assistência Social, o estadual e o municipal são instâncias de controle social, têm caráter permanente e deliberativo, com composição paritária entre governo e sociedade civil – com proporcionalidade dos três segmentos que compõem a sociedade civil: organizações e entidades de assistência social, de trabalhadores do setor e de usuários (BRASIL, 1993).

São os Conselhos os dispositivos que têm o objetivo de viabilizar a interlocução pública – governos e cidadãos – no que diz respeito à gestão das políticas públicas. Nesse sentido, visam estabelecer mecanismos de debate, negociação e pactuação para exercer o controle socializado sob a atuação governamental (RAICHELIS, 2006).

Tal participação dos Conselhos é resultado do processo de democratização do Estado brasileiro, legitimada na Constituição Federal de 1988. De acordo com Bravo (2009), os três níveis dos Conselhos (nacional, estaduais e municipais) foram criados no início da década de 1990 com as Leis Orgânicas das diversas políticas sociais, na contramão de um contexto de redução dos direitos sociais de ótica neoliberal. Portanto, os Conselhos podem se efetivar tanto para fortalecer a gestão democrática quanto burocratizar a gestão das políticas sociais ou, ainda, amenizar os conflitos (GOHN, 2001, apud BRAVO, 2009).

Dessa forma, na esfera da política de Assistência Social, competem ao Conselho Nacional de Assistência Social as atribuições a seguir descritas na íntegra, conforme o Art. 18 da Lei 8.742 de 1993:

I – aprovar a Política Nacional de Assistência Social;

II – normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social;

III – acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de assistência social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

IV – apreciar relatório anual que conterá a relação de entidades e organizações de assistência social certificadas como beneficentes e encaminhá-lo para conhecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Estados, Municípios e do Distrito Federal;

V – zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

VI – a partir da realização da II Conferência Nacional de Assistência Social em 1997, convocar ordinariamente a cada quatro anos a Conferência Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

VII – (Vetado.)

VIII – apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social;

IX – aprovar critérios de transferência de recursos para os Estados, Municípios e Distrito Federal, considerando, para tanto, indicadores que informem sua regionalização mais equitativa, tais como: população, renda per capita, mortalidade infantil e concentração de renda, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

X – acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XI – estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS);

XII – indicar o representante do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) junto ao Conselho Nacional da Seguridade Social;

XIII – elaborar e aprovar seu regimento interno;

XIV – divulgar, no Diário Oficial da União, todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e os respectivos pareceres emitidos (BRASIL, 1993).

A alternativa A está errada porque compete à União atribuições voltadas ao cofinanciamento, conforme Art. 12. da Lei 8.742 de 1993, dos serviços, dos programas e dos projetos de assistência social em âmbito nacional, bem como à concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada, ao aprimoramento da gestão municipal e estadual da assistência social, além de realizar o monitoramento e a avaliação dessa política, entre outras.

A alternativa B está errada porque compete aos Estados atribuições voltadas ao âmbito regional e local, conforme Art. 13. da Lei 8.742 de 1993: cofinanciar os benefícios eventuais dos municípios; cofinanciar o aprimoramento da gestão da política de assistência social, apoiar técnica e financeiramente as associações e os consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social; prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado; e realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento (BRASIL, 1993).

A alternativa C está errada, pois compete aos Municípios, executar a política em âmbito local, conforme Art. 15. da Lei 8.742 de 1993, quais sejam: destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais; efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral; executar os projetos de enfrentamento da pobreza; atender às ações assistenciais de caráter de emergência; prestar os serviços assistenciais de que trata o Art. 23 da LOAS; cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local e realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito (BRASIL, 1993).

A alternativa E está errada, visto que o órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, conforme Art. 19. da Lei 8.742 de 1993, tem a competência de coordenar e articular as ações no campo da assistência social; propor ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Política Nacional de Assistência Social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridade e de elegibilidade, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos; prover recursos para o pagamento dos benefícios de prestação continuada definidos nesta lei; elaborar e encaminhar a proposta orçamentária da assistência social; propor os critérios de transferência dos recursos de que trata esta lei, bem como proceder aos repasses previstos nesta lei; encaminhar à apreciação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) relatórios de atividades e de realização financeira dos recursos; prestar assessoramento técnico aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades e organizações de assistência social; formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social; desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar as análises de necessidades e formulação de proposições para a área; coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal; articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como com os demais responsáveis pelas políticas socioeconômicas setoriais, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas; expedir os atos normativos necessários

à gestão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS); elaborar e submeter ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do FNAS (BRASIL, 1993).

Vale destacar alguns desafios em relação ao controle social no âmbito dos Conselhos de Assistência Social: a participação efetiva da população usuária dos serviços socioassistenciais nos Conselhos, visto que na representação da sociedade civil é frequente encontrar mais a participação das instituições que ofertam os serviços, do que aqueles que utilizam o serviço. Outro desafio é em relação à capacitação continuada a ser garantida junto aos conselheiros, em especial os da sociedade civil. Estes, por vezes, necessitam deliberar questões complexas que exigem um conhecimento prévio, como, por exemplo, temas sobre financiamento e plano plurianual, mas não recebem a capacitação adequada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei Federal nº 8.742*, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá providências. Brasília, DF, 1993.

BRAVO, Maria Inês Souza. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

QUESTÃO 14

Pesquisa realizada pela Open Society Foundations sobre o programa De Braços Abertos, voltado para recuperação de usuários de crack, revela a situação vivenciada por mulheres dependentes de crack e outras drogas, que se encontram, ou não, em situação de rua. O problema tem demandado o posicionamento do Estado, sobretudo das maternidades públicas do país, visto que é no momento do nascimento das crianças que se revela a tensão entre a normativa legal que assegura o direito das crianças e a realidade dessas mães, que muitas vezes perdem a guarda dos filhos em razão da dependência das drogas.

Disponível em: <<http://oglobo.globo.com>>. Acesso em: 13 jul. 2016 (adaptado).

Em face das expressões da questão social como a abordada na pesquisa, a/o assistente social deve

- A.** pautar-se sempre pela defesa dos direitos da criança, por serem respaldados pelo ECA, em detrimento dos direitos das mulheres, visto que são adultas em condições de enfrentar suas responsabilidades perante os órgãos dos poderes Executivo e Judiciário.
- B.** considerar que a colocação das crianças nascidas de mães usuárias de drogas em família substituta deve ocorrer em caráter excepcional, cabendo ao poder público assegurar o direito da criança de ser criada no seio de sua família biológica, disponibilizando acesso aos serviços de saúde, assistência social e outros direitos sociais.
- C.** assegurar, nos relatórios enviados ao sistema judiciário, o conjunto das informações obtidas a respeito das mulheres gestantes ou mães usuárias de drogas para garantir a proteção à criança e sua colocação em família substituta, em ambiente livre de pessoas dependentes de qualquer droga.
- D.** sistematizar as informações acerca do cotidiano dessas mulheres e buscar o trabalho conjunto com os órgãos de gestão e de justiça para garantir a proteção integral à criança, colocando-a de imediato em família substituta, uma vez que a criança, por não poder falar por si, deve ser o sujeito a ser considerado nessa questão.
- E.** buscar, a partir do princípio de que o direito da criança não concorre com o direito da mãe, mas são complementares, articular a rede de serviços para viabilizar o acolhimento imediato da criança em abrigos até que seja comprovada a total abstinência da mãe em relação ao uso das drogas.

Gabarito: alternativa B

Tipo de questão: escolha simples, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Programa de Braços Abertos

Autora: Daniela Ferrugem

COMENTÁRIO

A pesquisa desenvolvida pela Open Society Foundations indica que muitas pessoas que vivem no território do centro onde o programa de Braços Abertos é desenvolvido “carregam longos históricos de exclusão social e sofreram violações antes de usar drogas ilícitas” (2017, p. 23), ou seja, a vulnerabilidade social dessas mulheres é anterior ao uso de drogas. Nesse caso abstinência ao uso de drogas pode não ser uma meta possível em curto prazo, há que se considerar a perspectiva da redução de danos e riscos à saúde como uma possibilidade de cuidado e acesso a direitos sociais dessas gestantes.

Considerando as alternativas para a questão, identificamos que a alternativa A está incorreta, pois não é possível estabelecer uma hierarquização dos direitos sociais entre os direitos da criança e os da mãe, ambos os direitos devem ser garantidos. A alternativa B é a correta, por atender ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no que tange ao direito à convivência familiar e comunitária, assumindo a excepcionalidade da colocação da criança em família substituta. Neste caso, a garantia do direito da criança em ser criada no seio familiar só será possível mediante o compromisso do Poder Público em oferecer o acesso a políticas sociais de saúde, assistência social, trabalho e renda para a mãe. A garantia de acesso será o suporte necessário para a convivência da mãe e o bebê, rompendo assim com o ciclo de exclusão e violação a que essas mulheres foram submetidas ao longo das suas vidas.

A alternativa C está errada, embora o ECA determine em seu artigo 19 que toda criança deva ser criada e educada em ambiente livre da presença de “pessoas dependentes de substâncias entorpecentes” (BRASIL, 2015), o mesmo artigo indica o direito a ser criado e educado no seio da família. Nesse sentido a primazia de proteção da criança pode e deve ser através da garantia dos direitos da mãe ao acesso a políticas sociais que auxiliem a superação da exclusão social e o tratamento para dependência química, condições necessárias para o exercício dessa mulher na maternagem.

A alternativa D está errada, pois considerar a criança enquanto sujeito de direitos não significa desconsiderar a mãe, o bebê e a mulher são sujeitos detentores de direitos e devem ser considerados no encaminhamento da questão.

A alternativa E também está errada. Embora seja correto estabelecer uma relação não concorrencial entre os direitos da mãe e partir de uma compreensão de que para a garantia desses direitos seja fundamental a articulação da rede de serviços, isso deve ser feito numa perspectiva de garantir a convivência com a família biológica, o acolhimento da criança em abrigo deve ocorrer em caso de excepcionalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acessado em: 2 maio 2017.

FOUNDATIONS, Open Society. *Crack: Reduzir Danos*, 2017. Disponível em: <<https://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/crack-reduzir-danos-20170129.pdf>>. Acessado em: 02 maio 2017.

QUESTÃO 15

Vários pacientes e seus familiares, tanto da capital quanto do interior do estado, têm passado a noite em frente à recepção de um hospital universitário para tentar conseguir uma ficha para a realização de exames. Segundo eles, essa situação decorre da redução do número de atendimentos e da entrega de senhas pelo hospital. Além da noite desconfortável, as pessoas que dependem do Sistema Único de Saúde também precisam enfrentar o medo e a insegurança ao dormir ao relento. E o pior: muitas delas não conseguem a vaga tão esperada [...]. “Além disso tudo que nós passamos, alguns atendentes, quando acabam as fichas, ficam debochando de nós. Isso é revoltante, não basta o sofrimento, também passamos por humilhações”, desabafa um paciente que preferiu não ser identificado.

Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com>>. Acesso em: 10 jul.2016 (adaptado).

Considerando as variadas situações com que a/o assistente social se depara, avalie as afirmações a seguir.

- I. A/O assistente social deve contribuir para a criação de mecanismos que possam desburocratizar a relação das instituições com as/os usuárias/os.
- II. A/O assistente social deve acatar as determinações institucionais, mesmo que a decisão tomada fira os princípios e diretrizes do Código de Ética da/do Assistente Social.
- III. A/O assistente social deve integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais em que trabalha, de modo a avaliar condutas profissionais e políticas institucionais.
- IV. A/O assistente social deve ser solidário com outros profissionais, respeitando normas e quaisquer condutas das outras profissões, eximindo-se de denunciar atos que firam direitos sociais.
- V. A/O assistente social deve garantir às/aos usuárias/os do serviço social informação e promover discussão a respeito das situações adversas apresentadas, respeitando democraticamente as decisões tomadas.

É correto apenas o que se afirma em:

- A. I, II e IV.
- B. I, III e V.
- C. I, IV e V.
- D. II, III e IV.
- E. II, III e V.

Gabarito: alternativa B

Tipo de questão: escolha combinada, com indicação de resposta correta

Conteúdo avaliado: SUS

Autora: Carmem Lucia Nunes da Cunha

COMENTÁRIO

A questão 15 descreve uma situação vivenciada pelos usuários no acesso aos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde para problematizar, à luz do Código de Ética dos Assistentes Sociais, Lei 8.662/93, os direitos, os deveres e a responsabilidade dos Assistentes Sociais em relação aos usuários, outros profissionais e Instituições empregadoras. Pretende avaliar o conhecimento sobre o Código de Ética, instrumento normativo formulado para dar sustentação legal ao exercício profissional, fortalecendo e respaldando suas ações. O Código reafirma os princípios e valores expressos no Projeto Ético-Político da categoria na direção de um projeto profissional em defesa dos interesses da classe trabalhadora, assumindo como princípio fundamental o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

A afirmativa I está correta porque é dever do Assistente Social “contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados” (CFESS, 2011, p. 30). O profissional deve esforçar-se no sentido de democratizar e desburocratizar os programas e informações institucionais e o acesso a eles, “além de buscar estratégias coletivas para tornar públicas as condições de inviabilização do trabalho profissional e de obtenção de direitos, por parte dos usuários” (BARROCO, 2012, p. 81).

A alternativa II está errada porque embora o Assistente Social seja um profissional que, assim como os demais trabalhadores assalariados, vende sua força de trabalho em troca de uma remuneração, ele não pode se omitir frente a falhas nos regulamentos, normas e programas da Instituição empregadora que estiverem ferindo os princípios e as diretrizes do Código de Ética, devendo denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, através de comunicação fundamentada, qualquer infração aos princípios e diretrizes estabelecidos no Código.

A afirmativa III está correta porque no que diz respeito ao exercício do trabalho profissional é um direito do Assistente Social, em sua relação com as Instituições empregadoras, “integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do/a profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais” (CFESS, 2011, p. 31), comprometendo-se com uma ética que busca viabilizar o atendimento das necessidades dos usuários.

A alternativa IV está errada porque o Código de Ética normatiza que o Assistente Social deve ser solidário em suas relações com os outros profissionais, repassando ao seu substituto informações necessárias à continuidade do trabalho, incentivando a prática profissional interdisciplinar, “sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código” que baliza suas ações e intervenções profissionais.

A alternativa V está correta porque é dever do Assistente Social nas suas relações com os usuários “garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e crenças individuais dos/as profissionais” (Ibidem, p. 29). O Código indica que o profissional não precisa concordar com as escolhas do usuário, mas precisa respeitá-las, “trata-se de uma questão de consciência ética vinculada à liberdade e à equidade” (BARROCO, 2012, p. 78), pois o usuário tem direito a uma escolha que diverge da orientação do profissional.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Código de Ética do/a Assistente Social comentado*. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de Ética do/a Assistente Social*. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. Aprovado em 13 de março de 1993. Com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94, 333/96 e 594/11. 9. ed. revista e atualizada. Brasília: CFESS, 2011.

QUESTÃO 16

Um indicador social é uma medida, em geral quantitativa, dotada de um significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas).

JANUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil*. Campinas: Alínea Editora, 2006 (adaptado).

Com relação ao trabalho da/do assistente social como gestor/a social, avalie as afirmações a seguir.

- I. A utilização de indicadores sociais permite o monitoramento da realidade social para fins de formulação e reformulação de políticas públicas.
- II. Os indicadores sociais contribuem para o trabalho de planejamento, implementação, execução e avaliação dos programas, projetos e serviços sociais.
- III. Os indicadores sociais constituem objetos de controle, contrapondo-se à gestão democrática.

É correto o que se afirma

- A. II, apenas.
- B. III, apenas.
- C. I e II, apenas.
- D. I e III,
- E. I, II e III.

Gabarito: alternativa C

Tipo de questão: escolha combinada, com indicação de resposta correta

Conteúdo avaliado: Indicador Social

Autora: Marlene de Oliveira Fiorotti

COMENTÁRIO

A Questão 16 avalia o conhecimento a respeito de indicadores sociais, sendo que as respostas I e II estão corretas, pois os indicadores são uma forma de entendermos a realidade, analisando e avaliando os aspectos desejados do fenômeno em questão a partir de medidas que tenham significância, que agreguem informações importantes, para análise e planejamento, mas não podem transformar-se em objetos de controle que contraponha-se à democracia, pois ao assumirem esse caráter negam sua gênese e função.

Breve histórico do uso de indicadores

Conforme o Ministério de planejamento, Orçamento e Gestão da União (2010), na década de 20 iniciou-se a construção de medidas para análise da realidade social, quando os Estados Unidos criaram um comitê presidencial voltado a produzir um relatório denominado “Tendências Sociais Recentes”. No pós-guerra (2ª Guerra Mundial), entendeu-se necessário medir a situação econômica, então os indicadores econômicos foram elaborados para assim medir a situação econômica do país (EUA, Europa e Japão), pois “acreditava-se que o nível de produção evidenciava o grau de desenvolvimento de um país” (SANTAGADA, 2007).

Em 1960 houve uma mudança também nos EUA, pois observou-se que os índices de desenvolvimento econômico, tais como o PIB *per capita*, não explicavam as lacunas existentes no processo de desenvolvimento social. Em 1966 nasceu a obra coletiva organizada por Raymond Bauer, “Indicadores Sociais”, cuja finalidade era avaliar as mudanças socioeconômicas na sociedade americana.

Em 1970 os organismos nacionais e internacionais (ONU, OCDE, PNUD, OMS e outros) divulgaram os índices regionais, nacionais e supranacionais, oportunizando comparação das condições de vida entre os países. Em 1980, a crise fiscal e a visão de um Estado mínimo economicamente eficiente, adotada principalmente na Inglaterra e nos EUA, levaram a um certo desprezo pelos indicadores sociais, enquanto na década de 1990 os indicadores sociais e ambientais assumiram um papel de destaque quando novos temas como desigualdade social, qualidade de vida, direitos humanos, liberdades políticas, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e biodiversidade passaram a compor a pauta de governo da maioria das nações.

Arriscamos afirmar que a partir de 2004, com a Política Nacional de Assistência Social, houve uma provocação nacional para que a Política Pública de Assistência Social assumisse no seu fazer cotidiano a utilização de indicadores sociais, para que estes estivessem a serviço da leitura da realidade, a serviço do entendimento da realidade, do planejamento para implantação e implementação de serviços. Com certeza, antes dessa data, existia o uso dos indicadores pela Política de Assistência Social, em alguns lugares, mas muitas vezes restritos a universidades que estudam a realidade e que prestam serviços a municípios, estados e federação.

Trabalhar com indicadores é uma novidade que desafia os trabalhadores do SUAS a conhecer este instrumento, a entender e a contribuir para a produção/sistematização de indicadores a partir do seu fazer cotidiano, coletando e sistematizando informações do seu trabalho e do território em que atuam.

Os indicadores sociais são medidas usadas para transformar conceitos abstratos em algo possível de ser medido, que possa ser analisado e quantificado, uma vez que os indicadores transformam aspectos da realidade em números, taxas e razões, seja essa uma realidade dada (situação social) ou construída (decorrente da intervenção governamental), tornando possível sua observação e avaliação. Proporção de pobres, taxa de analfabetismo, rendimento médio do trabalho, taxas de mortalidade infantil, taxas de desemprego, índice de Gini, proporção de crianças matriculadas em escolas (CEGOV, 2013).

Januzzi (2009) refere que os indicadores servem para subsidiar e facilitar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo; monitorar e avaliar

os resultados das ações governamentais sobre as condições de vida e bem-estar da população, alimentando o processo decisório com informações qualificadas; aprofundar a investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais, mas também alerta para que não se confunda dado (estatística pública) com indicador, pois Estatística pública é o dado social em sua forma bruta, sem estar embasado numa Teoria Social e sem finalidade programática. Esses dados são levantados nos censos demográficos, pesquisas amostrais ou por registros administrativos e servem para a construção de indicadores. Exemplo: número de óbitos, número de nascimentos, número de alunos, número de professores. Já os indicadores são expressos em números, médias, razões, proporções, taxas, incidência ou prevalência. Cada um tem uma lógica própria de construção: taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos), incidência de novos casos de tuberculose em 2012, razão entre o número de mulheres e homens beneficiários do Bolsa-Família.

As estatísticas sociais, econômicas e demográficas utilizadas para a construção de indicadores são produzidas e disseminadas por diferentes agências, situadas em âmbito federal, estadual ou municipal. No país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é quem coordena o Sistema Estatístico Nacional, produzindo dados primários, compilando informações provenientes de órgãos públicos e disseminando estatísticas.

Alguns ministérios federais inclusive detêm órgãos encarregados da produção ou organização de seus dados, tais como o DataSus, do Ministério da Saúde, e a própria SAGI-MDS. No âmbito estadual, agências estatais, como a Fundação de Economia e Estatística (FEE-RS), também podem exercer essa função. No exercício de suas atividades rotineiras, ainda, instituições públicas variadas – como unidades de saúde, escolas, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e outras unidades de prestação de serviços públicos.

Algumas fontes de indicadores sociais estão dispostas no quadro a seguir.

DATASUS	INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA	PDET– PROGRAMA DE DISSEMINAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO TRABALHO
<p>Responsável: Ministério da Saúde.</p> <p>Objetivo: disponibiliza informações que podem servir para subsidiar análises objetivas da situação sanitária, tomadas de decisão baseadas em evidências e elaboração de programas de ações de saúde</p>	<p>Responsável: Ministério da Educação.</p> <p>Objetivo: disponibiliza informações sobre o sistema educacional brasileiro, qualidade do ensino, reprovação e evasão escolar</p>	<p>Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego.</p> <p>Objetivo: disponibilizar dados e informações sobre as características básicas dos empregados, como sexo, idade, escolaridade, salário, funções exercidas, e dos estabelecimentos, como setor de atividade, número de admissões e desligamentos</p>
<p>Atlas do Desenvolvimento Humano/Índice de Desenvolvimento Humano</p>	<p>Data Social – Dados e indicadores sociais e de programas do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário</p>	<p>Matriz de Informação Social – MI SOCIAL (SAGI/MDSA)</p>

DATASUS	INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA	PDET– PROGRAMA DE DISSEMINAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO TRABALHO
<p>Responsável: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fundação João Pinheiro e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.</p> <p>Objetivo: oferecer um panorama do desenvolvimento humano dos municípios e da desigualdade entre eles em vários aspectos do bem-estar. Sua relevância vem justamente da capacidade de fornecer informações sobre a unidade político-administrativa mais próxima do cotidiano dos cidadãos: o município</p>	<p>Ferramenta de diagnóstico social q pode ser acessado na página da SAGI/MDSA. Permite conhecer panorama social, perfil econômico e estrutura de municípios e estados brasileiros e obter informações sobre as ações e público-alvo dos programas do MDSA</p>	<p>Sistema de monitoramento gerencial dos programas/ações/ serviços conduzidos pelo MDSA. Permite a visualização de informações físico-financeiras e indicadores sociais em tabelas, gráficos e mapas</p>
<p>Identificação de localidades e famílias em situação de vulnerabilidade social – IDV (SAGI/MDSA)</p>	<p>RI – Relatório de informações Sociais</p>	<p>Tab Social – tabulador de microdados sociais</p>
<p>Trabalha com dados do censo IBGE 2000, 2010, e dados do Cadastro Único de programas sociais, possibilitando o dimensionamento e localização de áreas de pobreza e/ ou vulnerabilidade</p>	<p>Resume em forma de relatório os dados e indicadores relativos aos programas e serviços da política de desenvolvimento assistência social em nível municipal, estadual e distrito federal</p>	<p>Reúne um conjunto de aplicativos que permite produzir tabulação simples e cruzadas das principais bases de dados de pesquisa do MDSA como o Censo SUAS, o Cadastro Único de programas sociais, entre outros</p>

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Indicadores de programas*. Guia metodológico, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e CEGOV. *Caderno de Estudos do Curso de Indicadores para Diagnóstico do SUAS e do Plano Brasil sem Miséria*. Brasília/DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.

JANNUZZI, P. M. *Indicadores socioeconômicos na gestão pública*. Florianópolis: UFSC, Departamento de Ciências da Administração; Brasília: Capes, UAB, 2009.

SANTAGADA, S. Indicadores Sociais: uma primeira abordagem social e histórica. *Pensamento Plural*, Pelotas, 2007.

QUESTÃO 17

O Serviço Social situa-se como uma profissão que participa da reprodução das relações de classe e do relacionamento contraditório entre elas [...]. Dentro da referência analítica adotada, cabe reafirmar que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias-primas). A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas, também, os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, por meio das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 71-72 (adaptado).

Com base no texto apresentado e na direção ético-política hegemônica da profissão na contemporaneidade, avalie as afirmações a seguir.

- I. O Serviço Social responde às demandas igualitárias das classes nas relações de produção, em conformidade com as diretrizes da globalização.
- II. O Serviço Social define estratégias profissionais e políticas com o propósito de reforçar os interesses sociais da classe trabalhadora, para além das necessidades materiais.
- III. O Serviço Social contribui com a divulgação das formas de consciência social vinculadas à produção espiritual que se ancora em concepções religiosas.
- IV. O Serviço Social constrói alternativas profissionais de reprodução dos meios de produção direta, no sentido de englobar mercadorias, consumo e distribuição.

É correto apenas o que se afirma em:

- A. I.
- B. II.
- C. I e III.
- D. II e IV.
- E. III e IV.

Gabarito: alternativa B

Tipo de questão: escolha combinada, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Serviço Social e relações sociais no capitalismo

Autoras: Evelise Lazzari e Luiza Barreto Eidt

COMENTÁRIO

É preciso fazer um esforço para aprender o significado social que envolve o Serviço Social no âmbito da sociedade capitalista, a partir do contexto histórico que o envolve. Nesse sentido somente a alternativa B está totalmente correta, uma vez que o próprio Serviço Social se constitui enquanto especialização do trabalho inscrito na divisão sociotécnica do trabalho dentro da sociedade capitalista moderna. Ou seja, o assistente social pertence também à classe trabalhadora e com ela deve aliar-se na defesa de seus interesses coletivos. A articulação com outras categorias profissionais e com a luta geral dos trabalhadores configura-se inclusive como um dos princípios estruturantes da profissão, expressa em seu Código de Ética. Neste documento também se encontra expressa a opção “por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, inciso VIII). E é exatamente porque “participa da reprodução da própria vida social é que o Serviço Social pode definir estratégias profissionais e políticas no sentido de reforçar os interesses da população com a qual trabalha” (YAZBEK, 2009, p. 129).

É verdade que o Serviço Social “participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho” (YAZBEK, 2009, p. 128). Isso porque uma só existe na contraposição à outra. Assim, a alternativa A é incorreta, pois as demandas das classes não são de nenhuma forma igualitárias. A mundialização da economia, a revolução tecnológica, o capital financeiro, as privatizações, as reforças e os ajustes fiscais são aspectos da globalização, associados à reestruturação do processo de produção e as consequentes mudanças no mundo do trabalho. O que se observa é a reinauguração de “um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta de extração da mais-valia” (ANTUNES, 2001, p. 56). A superexploração do trabalho nega aos trabalhadores as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho, causando seu esgotamento prematuro e, inclusive, diminuindo sua vida útil. O crescimento acentuado do desemprego estrutural, a ascensão de diferentes formas de precarização do trabalho, o desmonte da Seguridade Social e da Proteção Social, o agravamento da questão social, o crescimento acirrado da pobreza e das desigualdades sociais e a regressão das políticas sociais públicas num todo demonstram que não há igualdade nas relações de produção centro do capitalismo.

As alternativas C e E são incorretas pois se apoiam na afirmação de que “O Serviço Social contribui com a divulgação das formas de consciência social vinculadas à produção espiritual que se ancora em concepções religiosas”. Em sua origem, o Serviço Social brasileiro fundamentou a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, absorvendo os ensinamentos das experiências europeias, cuja base filosófica está apoiada no pensamento de São Tomás, do qual destaca-se a visão de pessoa humana, conceito de sociedade e bem-comum e a questão ética, que permearam a formação e intervenção dos assistentes sociais. No entanto, esse viés religioso foi motivo de questionamento pelo Serviço Social que, a partir da década de 1960, passa por um movimento interno de reconceituação e busca por novas perspectivas teórico-metodológicas que sejam capazes de embasar a leitura de realidade de forma mais dialética e crítica. A divulgação das formas de consciência social com as quais contribui também seguem esse viés.

A afirmação IV é inverídica, fazendo com que as alternativas D e E sejam incorretas. Isso porque o Serviço Social não tem como objetivo construir alternativas de “reprodução dos meios de produção direta, no sentido de englobar mercadorias, consumo e distribuição”. Tem como objeto de sua intervenção a questão social, compreendida como “expressão ampliada da exploração do trabalho e das desigualdades sociais e lutas sociais dela decorrentes: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2010, p. 162). A existência da questão social e de suas variadas expressões é que legitima e justifica a existência do Serviço Social como profissão que integra a divisão social do trabalho. As alternativas profissionais que constrói são no sentido de responder às demandas impostas pelo processo contraditório entre capital e trabalho, envolvendo por um lado o trabalho cada vez mais coletivo e, por outro lado, a apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

CFESS. Resolução CFESS nº 273/93. *Código de Ética dos Assistentes Social*, Brasília, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em Tempo de Capital*. Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*, 2009.

QUESTÃO 18

E assim, mas não sem muitas dificuldades, as seis trajetórias individuais foram conduzindo as trajetórias de atuação dos vários profissionais nelas envolvidos em algum momento, de modo a construir disponibilidades e articulações em favor de práticas interdisciplinares e intersetoriais, que impulsionaram análises e encaminhamentos conjuntos.

Chegava-se, ou tentava-se chegar, a um consenso sobre a necessidade de subsidiar os processos judiciais não apenas com considerações técnicas sobre o exercício das curatelas em vigor, mas, essencialmente, sobre a urgência em se proporcionar as intervenções recomendadas à proteção dos interditados, assim como de suas famílias, pelo conjunto dos profissionais que já os acompanhavam.

Dessa forma, lançou-se mão de novas construções coletivas, nas quais entravam em cena os promotores de justiça e os magistrados, capazes de legitimar as recomendações propostas ao convertê-las em decisões judiciais, também responsáveis por manter em curso, pelo tempo necessário, os processos em questão.

Mas, como não bastavam apenas as garantias legais à viabilização dos direitos, obstaculizados ou suprimidos aos interditados, iniciava-se a construção de uma nova história: a de composições coletivas entre os profissionais do Judiciário (incluindo os operadores do direito), os da assistência social e da saúde, e os familiares, curadores e interditados.

E assim, mesmo longe do fim das muitas histórias existentes em cada uma destas aqui reunidas, já éramos todos, em algumas cenas e em determinados momentos, protagonistas. Parecia, então, que não eram mais seis. Talvez agora fôssemos muitos.

FERRARI, Anne Karoline; TAVARES, Gilead Marchezi. A aposta na tessitura de redes como inovação do trabalho no campo sociojurídico. *Serviço Social*, São Paulo, n. 125, jan./abr. 2016 (adaptado).

Do relato infere-se que as autoras defendem a ideia da

- A.** manutenção de práticas autocentradas, para avaliar a construção de ações próprias dos assistentes sociais.
- B.** desvinculação dos serviços sociais do Judiciário, para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados.
- C.** necessidade de o Judiciário criar regras disciplinadoras e moralizantes, para a atuação dos assistentes sociais.
- D.** criação de um novo modelo nacional de gestão das políticas públicas, para possibilitar a superação da fragmentação e do paralelismo de ações.
- E.** superação de divergências sobre a atuação de cada participante, no contexto, para fortalecer o sujeito alvo da atenção das políticas públicas.

Gabarito: alternativa E

Tipo de questão: escolha simples, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Serviço Social Sociojurídico

Autoras: Franciele Machado dos Santos e Roberta Pauletto

COMENTÁRIO

A questão 18 traz a perspectiva da natureza institucional do espaço sociojurídico que, devido a sua estruturação normativa, contribui para a realização do atendimento às demandas de maneira centrada nos processos fiscalizatórios, não interventivos e fragmentados. Sendo assim, a problematização do trabalho do assistente social no sociojurídico requer a clareza no entendimento do que representa o direito positivado no jurídico, compreendendo este aparato como um “aparelho de justiça burguês”, no qual predomina a lógica da defesa da classe dominante em detrimento da classe dominada, pois:

se fora da produção pode imperar a ideologia jurídica, dentro dela impera a servidão, a desigualdade. Mas o lugar da produção é a fábrica. Assim, a função institucional que cumprem a casa de trabalho, primeiro, e a prisão, como se verá depois é o aprendizado, por parte do proletariado, da disciplina de fábrica (MELOSSI, 2004, p. 134, apud CFESS, 2014, p. 18).

Dessa forma, faz-se necessária a apreensão das relações contraditórias, de dominação e coerção contidas na forma jurídico-institucional em que as expressões da questão social são tratadas. Inclusive, a inserção do profissional do Serviço Social pode fomentar a discussão acerca dos sistemas que compõem o Judiciário e seus processos de organização, incentivando o debate público sobre a própria identidade, rígida e disciplinadora, construída historicamente por esses espaços. Para além disso, estar presente nesse espaço significa reforçar e garantir que seja um espaço sócio-ocupacional do assistente enquanto profissional que possa trabalhar de forma mais ampla e articulada com a rede local, objetivando fortalecer o posicionamento crítico e propositivo nesse contexto, lembrando que “nosso papel não é o de ‘decidir’, mas o de criar conhecimentos desalienantes sobre a realidade, a ser analisada para se deliberar sobre a vida das pessoas” (BORGIANNI, 2012, p. 64).

A alternativa A está errada, pois o assistente social, munido de um saber teórico-prático, dever ter consciência da indigência de práticas descentralizadas que conferem a realidade dos usuários atendidos nesse espaço sócio-ocupacional. Existe a necessidade de o Assistente Social criar resistências para constituir e legitimar o Serviço Social no sociojurídico, mas deve propor práticas que reivindiquem atuações no coletivo da instituição, pois se não o profissional estará reproduzindo as atividades dos outros profissionais inseridos nesse espaço, que por sua tradição histórica pulverizam as ações. Conforme as orientações do *Informativo da atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão*, compreende-se que

Dessa maneira, é que a ‘área’ ou ‘campo’ sociojurídico apresenta, no tempo presente, uma perspectiva singular para a atuação profissional, que percebe o direito como um complexo carregado de contradições. Possibilita, então, a ação em busca de novos sentidos para as relações sociais, na direção da realidade emancipatória e diferente da pura reprodução da ordem estabelecida (CFESS, 2014, p. 18).

A alternativa B está errada, pois o Serviço Social, no decorrer dos processos históricos de inserção no âmbito judiciário, superou a perspectiva de legitimação das variadas formas de opressão e dominação, através das sanções impostas pelos aparatos jurídicos, ignorando as determinações sociais que contribuem para que essas situações aconteçam (CFESS, 2014). Além disso, é necessária a interlocução entre os serviços das políticas públicas requerendo a interdisciplinaridade, pois os profissionais são das mais diversas especializações, tais como: professores, pedagogos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, administrativos, entre outros, e o trabalho que é incrementado diariamente possibilita um trabalho conjunto, pois poderá trazer aos usuários da cidade informações sobre os serviços e os processos de funcionamento. Conforme Nascimento,

A incorporação da intersetorialidade nas políticas públicas trouxe a articulação de saberes técnicos, já que os especialistas em determinada área passaram a integrar agendas coletivas e compartilhar objetivos comuns. Nesta perspectiva, a intersetorialidade pode trazer ganhos para a população, para a organização logística das ações definidas, bem como para a organização das políticas públicas centradas em determinados territórios. Ao mesmo tempo, abrem-se novos problemas e desafios relacionados à superação da fragmentação e à articulação das políticas públicas, sobretudo se considerarmos a cultura clientelista e localista que ainda vigora na administração pública (NASCIMENTO, 2010, p. 96).

Transita assim da visão fragmentada para atuação na defesa da sociedade, assumindo o compromisso em defesa da democracia em virtude das garantias constitucionais.

A alternativa C está errada, pois quando se faz um breve resgate histórico a respeito do Serviço Social inserido na esfera jurídica, identifica-se a presença desse profissional como um trabalho incorporado a essa instituição na perspectiva de tentar manter o controle almejado pelo Estado sobre a pobreza que se aprofundava no espaço urbano (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, apud CFESS, 2014, p. 13). Nesse sentido, o jurídico mostra-se inicialmente apenas como uma estrutura de controle, conformação e manutenção do *status quo*. Entretanto, a partir da Constituição Federal de 1988, o Serviço Social alinha-se com uma perspectiva revisitada e reelaborada, adquirindo uma roupagem de defesa de direitos coletivos ou individuais, trabalhando com as expressões da questão social e sua articulação direta com os processos burocráticos do Direito e da Justiça. Entende-se que a sua atuação visa contribuir para a incorporação, na esfera do direito da compreensão da historicidade ontológica do ser social, problematizando que as demandas contidas nos processos judiciais são produto das relações de produção capitalista.

A resposta D está errada, pois o modelo de gestão existente daria conta das necessidades de gerir as políticas públicas, sem processos de fragmentação e do paralelismo das ações, pois nelas estão vinculadas a participação de executores, gestores e sociedade civil no controle do planejamento e a execução das ações. Conforme Prates, “Podemos definir gestão como um processo que articula forma e conteúdo, pensamento e ação para conduzir investigações, ações ou organizações, visando à consecução de determinado fins, de acordo com o interesse de indivíduos” (2008, p. 39). Nesse caso, seria mais provável a capacitação dos sujeitos envolvidos na manutenção das políticas públicas para que fossem executadas de forma a garantir a universalidade existente em seu caráter, bem como previsões de financiamentos ampliados que considere as reais ações das políticas e a necessidade dos usuários que delas necessitam.

A questão E está correta, pois o debate sobre o sociojurídico relaciona as diversas determinações do modo de produção capitalista e as relações de sociabilidade estabelecidas nesse contexto com os processos de criminalização que culminam na judicialização das situações. Tem-se claro que as situações vivenciadas pelos sujeitos são expressões de construções sociais coletivas e que devem ser enfrentadas no coletivo, para tanto a intervenção deve fomentar os processos de fortalecimento e resistência dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

BORGIANNI, E. Éticas e Direitos Humanos na Sociedade e no Serviço Social. In: CRESS/7ª Região (Org.). *Em foco: O Serviço Social e o sistema sociojurídico*. Rio de Janeiro: CRESS/7ª Região; PPGSS/UERJ, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão. In: CRESS/7ª Região (Org.). Brasília, 2014.

NASCIMENTO, Sueli do. *Reflexões sobre a Intersetorialidade entre Políticas Públicas*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/06.pdf>>. Acesso em: 21 de mar. 2016.

PRATES, Jane Cruz. *Colóquios sobre pesquisa tema*. Núcleo de Estudos sobre Demandas e Políticas Sociais. Porto Alegre: PUCRS/FSS, 2008.

QUESTÃO 19

A exigência de conhecimentos sólidos e rigorosos da vida social demonstra ser necessário não apenas executar políticas sociais, programas e projetos, mas planejá-los e avaliá-los a partir do que emerge do/no cotidiano. Aqui reside a natureza investigativa das competências profissionais das/dos assistentes sociais.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 701-717, 2009 (adaptado).

Considerando as ideias do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. A dimensão investigativa é princípio constitutivo da formação profissional e condição elementar para o trabalho profissional.

PORQUE

- II. A dimensão investigativa subsidia a indispensável leitura da realidade no estabelecimento de processos interventivos, criativos e propositivos junto às expressões da questão social, na medida em que possibilita, a partir da problematização e do questionamento, instrumentalizar a ação profissional com indicadores concretos, advindos da realidade social.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E. As asserções I e II são proposições falsas.

Gabarito: alternativa D

Tipo de questão: escolha simples, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Questões sociais e ambientais

Autoras: Marina Caetano e Marlene Rosa de Oliveira Fiorotti

COMENTÁRIO

A presente questão aborda sobre o conhecimento a respeito das competências profissionais, destacando a dimensão investigativa da profissão.

A assertiva I é falsa porque a dimensão investigativa não é um princípio da profissão e sim uma competência e atribuição profissional, previsto na Lei de Regulamentação profissional.

A assertiva II é verdadeira, pois, segundo Guerra (2009), a dimensão investigativa subsidia sim a leitura da realidade para então estabelecer processos interventivos na questão social. A identificação de demandas, o levantamento de dados, a elaboração de pesquisa e os pareceres sobre o Serviço Social concretizam a dimensão investigativa.

Contextualizamos as competências do assistente social, a partir da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, em seu artigo 4º, verifica-se que a exigência de articulação das dimensões ético-política, teórico-metodológico e técnico-operativo, estão articuladas, exercitando a articulação teoria e prática, investigação e intervenção, pesquisa e ação. Segundo Iamamoto

O que se reivindica, hoje, é que a pesquisa se afirma como uma dimensão integrante do exercício profissional, visto ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional. Ora, para isso é necessário um cuidadoso conhecimento das situações ou fenômenos sociais que são objeto de trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2004, p. 56).

Ao tratarmos das competências profissionais vale ressaltá-las:

Competência ético-política: o fazer do assistente social não está em um contexto neutro, pelo contrário, está necessariamente no cenário de correlação de forças, nas relações de poder.

Competência teórico-metodológica: o profissional precisa estar continuamente buscando capacitação e qualificando-se para saber conhecer e intervir na realidade social, política, cultural em que desenvolve seu trabalho. É preciso estudar e desenvolver estratégias de intervenção, desvendando a realidade para além do aparente e com perspectivas teórico-metodológicas que superem o espontaneísmo do senso comum e o voluntarismo no fazer profissional do Serviço Social, assim demarcando o fazer profissional no campo das possibilidades e alternativas em contraponto aos determinismos postos no cotidiano.

Competência técnico-operativa: o profissional, conhecendo a realidade, desvendando o oculto, tem a necessidade de desenvolver habilidades e mediações para intervir na realidade, garantindo assim uma inserção qualificada do Serviço Social. Atualmente há exigências de desenvolvimento de várias competências técnico-operativa que se configuram desde saber fazer bem, utilizando o instrumental pertinente no cotidiano da execução do serviço/ política pública em questão, nos equipamentos sociais, nas empresas, nas instituições em geral, passando pelas exigências no campo da gestão e planejamento com construção de diagnósticos mais aprofundados da realidade (IAMAMOTO, 2004).

A profissão do Serviço Social tem sua gênese na contradição capital trabalho, trata-se de uma profissão que “Surge e se expande marcada pela contradição fundamental que organiza a sociedade do capital: caráter cada vez mais social do trabalho e das forças produtivas contrapostos à apropriação privada dos frutos do mesmo trabalho” (IAMAMOTO, 2002, p. 122).

Nesse contexto em que o Serviço Social se institucionaliza como profissão com a expectativa de contribuir na minimização das sequelas geradas junto à população pela desigualdade social inerente ao modo de produção capitalista, não há como desconhecer o caráter político da profissão que surge das próprias relações de poder presentes na sociedade (IAMAMOTO, 2002).

No processo histórico do serviço social, na busca de qualificação dessa profissão na construção de respostas e intervenções na realidade as exigências por competências se fazem cada vez mais presentes. Assim, apontamos que a opção A está errada, pois a assertiva II não é justificativa da I, considerando que a dimensão investigativa não é princípio constitutivo da formação profissional e condição elementar para o trabalho profissional.

A opção B também está errada, pois afirma que ambas as assertivas, I e II, são verdadeiras, o que não confere.

A opção C também está errada. A assertiva I é falsa, conforme justificado. E a assertiva II é verdadeira, pois a partir da leitura de realidade (estudo) o profissional construirá o seu processo interventivo nas respectivas expressões da questão social, de forma criativa, técnica e metodológica com os instrumentais atinentes à profissão conforme contexto da intervenção.

O item D é a alternativa correta, pois a postura investigativa do assistente social subsidia a indispensável leitura da realidade em todas as suas dimensões (política, econômica, cultural).

A opção E está errada, pois a assertiva II é verdadeira.

REFERÊNCIAS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Coletânea de leis*. Porto Alegre: CRESS/10ª Região, 2009.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 701-717. (adaptado).

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 2002.

_____. *O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MATOS, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015.

QUESTÃO 20

As políticas de ajuste neoliberal foram implementadas, no Brasil, a partir da entrada dos anos 1990 e implicaram o acirramento das desigualdades sociais, a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas e o agravamento da questão social. Para garantir a instabilidade política dos países periféricos, uma das estratégias utilizadas foi a recomendação de desenvolvimento de políticas sociais focalizadas.

DURIGUETTO, M. L. Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe. *Revista Temporalis*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 2000 (adaptado)

No que se refere ao desenvolvimento de políticas sociais focalizadas na perspectiva neoliberal, avalie as afirmações a seguir.

- I. As políticas sociais focalizadas são consideradas as mais eficientes e adequadas para a concepção da política econômica neoliberal por terem como alvo as famílias e os indivíduos mais pobres.
- II. A focalização de políticas sociais é uma forma ideológica pela qual o sistema capitalista vem desenvolvendo estratégias importantes na busca da universalização de direitos sociais no campo da previdência social.
- III. A focalização de políticas sociais divide os trabalhadores em diferentes categorias (miseráveis, pobres) e estimula a disputa no âmbito interno da classe trabalhadora para a entrada nos programas de transferência de renda.
- IV. As políticas sociais focalizadas transformam o cidadão portador de direitos em cidadãos carentes, pobres e tutelados, por meio da transferência direta de renda cujos critérios de elegibilidade de seus beneficiários baseiam-se na carência.

É correto apenas o que se afirma em:

- A. I e IV.
- B. II e III.
- C. II e IV.
- D. I, II e III.
- E. I, III e IV.

Gabarito: alternativa E

Tipo de questão: escolha combinada, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Políticas sociais e Neoliberalismo

Autora: Ana Claudia Storchi Carlos

COMENTÁRIO

O Neoliberalismo ganha espaço no cenário estatal a partir da década de 70 do século XX, apresentando entre suas características a limitação da intervenção do Estado junto à economia. Em decorrência desse fato, o modelo de proteção social universal passa a ser contestado pelo modelo neoliberal, sendo acusado de ter alto custo e pouca efetividade na manutenção da ordem social capitalista.

Em oposição às políticas sociais universais, ganharam destaque as políticas sociais focalizadas, limitadas por faixa de renda, direcionadas apenas a classes sociais em condição de extrema pobreza e miserabilidade. Essas políticas têm como base um discurso meritocrático, culpabilizando o indivíduo por sua condição de precarização e isentando o Estado da responsabilidade social.

Com base nas afirmações, a alternativa I pode ser considerada correta e a alternativa II apresenta uma afirmação errônea, já que a focalização de políticas sociais impossibilita a universalização de direitos sociais. No campo da previdência social, o acesso aos benefícios limita-se à contribuição prévia do trabalhador, excluindo uma grande parcela da população que não tem acesso à renda e/ou a emprego formal.

Dentre os conceitos neoliberais, encontra-se a aceitação da desigualdade social e econômica como um fator natural e insuperável. A manutenção da ordem social como uma estrutura funcional legítima a disparidade das condições econômicas e sociais. Para os Neoliberais, uma sociedade de iguais seria complicada e impraticável (EHRMAN, 2011).

A limitação das políticas sociais ao acesso à renda ocasiona a subdivisão da classe subalterna, contribuindo para o fomento da lógica meritocrática. A restrição do debate da proteção social como um direito universal impede a conscientização da classe trabalhadora como uma classe unificada, mantendo legitimada a estrutura capitalista e suas divisões sociais. Com base nas afirmações, portanto, a alternativa III está correta.

Por fim a alternativa IV é considerada correta ao afirmar que as políticas focalizadas limitam os cidadãos portadores de direitos aos cidadãos carentes. O Estado utiliza-se das políticas focalizadas de transferência de renda direta para manutenção e controle social, direcionando valores mínimos de subsistência aos indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Segundo PEREIRA (2013) os neodireitistas acreditam que o propósito do Estado é o alívio da pobreza e não a busca, ilusória, por equidade ou justiça social. Ao utilizar as políticas sociais focalizadas, o Estado cria uma falsa postura de assistência às classes subalternas, adotando uma figura de aparente amparo social. Tal ação visa a manutenção da lógica de produção vigente, não possibilitando meios para a superação da vulnerabilidade presente na estrutura social.

REFERÊNCIAS

EHRMAN, John. Neoconservatism. In: *First Principles. ISI Web Journal*, 2011. Disponível em: <<http://www.firstprinciplesjournal.com/articles.aspx?article=601&theme=home&page=1&loc=b&type=cttfNeoconservatism>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

PEREIRA, Camila P. *Proteção social no capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2013.

QUESTÃO 21

Nas discussões sobre o enfrentamento da questão social na contemporaneidade, assistentes sociais de diferentes espaços sócio-ocupacionais têm denunciado o fenômeno da judicialização da questão social associado à criminalização da pobreza, verdadeiro desafio que se apresenta à/ao profissional na luta pela garantia de direitos das/dos usuárias/os dos serviços públicos.

Considerando as possibilidades de atuação profissional, em consonância com o Projeto Ético-político do Serviço Social, assinale a opção correta.

- A. A/O assistente social que detém informações sobre a realidade cotidiana das/dos usuárias/os dos serviços sociais, deve sistematizá-las com o objetivo de embasar a tese da judicialização da questão social, negando, sob quaisquer circunstâncias, o recurso ao Judiciário para a efetivação de direitos fundamentais e sociais.
- B. A/O assistente social que detém informações relacionadas às/aos usuárias/os das instituições que prestam serviço social, deve disponibilizá-los às/aos gestoras/es e conscientizar as/os usuárias/os de sua responsabilidade pelas situações de carência que enfrentam.
- C. A/O assistente social que detém informações sobre as condições de vida da/o usuária/o de serviços sociais, bem como as violações de seus direitos, deve sistematizá-los na perspectiva do fortalecimento da luta coletiva pela garantia de direitos.
- D. A/O assistente social que detém informações sobre o cotidiano das/dos usuárias/os de serviços sociais, deve acatar todas as solicitações dos órgãos do sistema de justiça, ainda que isso comprometa o sigilo profissional.
- E. A/O assistente social que atua na viabilização do acesso das/dos usuárias/os dos serviços públicos aos direitos sociais, com base nas expressões cotidianas da questão social, deve buscar articular a rede de serviços sociais para potencializar o processo de judicialização como alternativa de enfrentamento da violação de direitos.

Gabarito: alternativa C

Tipo de questão: escolha simples, com indicação da alternativa correta

Conteúdo avaliado: Judicialização da questão social associado a criminalização da pobreza

Autora: Aline Mattos Fuzinatto

COMENTÁRIO

A alternativa C é a correta, pois está de acordo com o Projeto Ético-Político da profissão que se orienta sobretudo pelo fortalecimento da luta coletiva na garantia de direitos. Tal direcionamento, explícito nos princípios fundamentais do Código de Ética dos Assistentes Sociais, no que se refere à “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (1993, p. 24) também é apontado por Aginsky e Alencastro (2006, p. 22):

falar em políticas públicas é falar em um movimento maior àquele operado pelos três poderes que compõem o Estado. Pressupõe falar em sociedade civil organizada, em atores sociopolíticos, que, na condição de sujeitos históricos, buscam, através de um processo de luta, a construção de uma nova história, de uma nova sociedade, com justiça.

Ambas as passagens demonstram a perspectiva do fortalecimento da luta coletiva pela garantia de direitos, o que não se manifesta na alternativa A, que está incorreta pois aponta a sistematização da realidade cotidiana dos usuários com o objetivo de embasar a tese da judicialização da questão social, negando o recurso do judiciário para efetivação dos direitos fundamentais. Tal assertiva entra em discordância com a posição trazida pelas autoras supracitadas no que se refere ao reconhecimento da importância do Poder Judiciário:

Reconhecendo a importância do Poder Judiciário para a garantia dos direitos individuais e coletivos, a discussão que ora é proposta refere-se à responsabilidade do Estado em responder as demandas colocadas pela questão social, sem que haja um privilegiamento do Poder Judiciário, em detrimento da responsabilização inicial dos Poderes Legislativo e Executivo, instâncias fundamentais para a normatização, definição e execução das políticas públicas, que são os instrumentos de reconhecimento e viabilização dos direitos. Mais ainda, sem colisão ou desconsideração com os mecanismos históricos de controle social e de participação da sociedade organizada na garantia de direitos.

A alternativa B está incorreta, pois, ao mencionar a responsabilização pela situação de carência que os usuários enfrentam, aponta para a culpabilização de sua situação desconsiderando as expressões de desigualdade e resistência oriundas da questão social, objeto de intervenção da profissão. A alternativa D está incorreta porque menciona o comprometimento do sigilo profissional para acatar as solicitações dos órgãos do sistema de justiça, o que conflita com o Código de Ética da profissão: “A quebra do sigilo só é admissível quando se tratar de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade” (CFESS, 1993, p. 35).

Por fim, a questão E está incorreta porque aponta que, para a viabilização do acesso das/dos usuárias/os dos serviços públicos aos direitos sociais, o assistente social deve articular a rede de serviços sociais para potencializar o processo de judicialização como alternativa de enfrentamento da violação de direitos, o que conflita com o Projeto Ético-Político da profissão que tem o seu direcionamento estratégico apontando para o fortalecimento da luta coletiva para a conquista e garantia de direitos em detrimento de sua fragmentação, para a construção de uma nova ordem societária justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

AGINSKY, Beatriz Gershenson; ALENCASTRO, Ecleria Huff. Judicialização da questão social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário. *Katálysis*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 19-26, jan./jun. 2006.

CFESS. *Código de Ética do Assistente Social*. Brasília: CFESS, 1993.

QUESTÃO 22

No estudo social, a dimensão investigativa questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las, mexe com preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a “positividade do real”. Permite construir novas posturas visando a uma instrumentalidade de novo tipo: mais qualificada, o que equivale a dizer: eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 701-717, 2009 (adaptado).

Com base no texto apresentado, assinale a alternativa correta, a respeito do estudo social.

- A. O estudo social tem como objetivo conhecer a realidade apresentada pelas demandas que chegam às/aos profissionais de Serviço Social, processo metodológico que requer uma atitude profissional de caráter funcionalista.
- B. No campo sociojurídico, cabe ao estudo social fornecer aos autos processuais informações sobre a realidade dos sujeitos, orientado pelos princípios do Código de Ética Profissional, a fim de subsidiar a decisão judicial.
- C. A realização do estudo social requer a utilização de entrevistas, visita surpresa ao domicílio da/do usuária/o do serviço social, observação, análise de documentos e fotografias.
- D. O relatório social é um documento que embasa o estudo social, pois realiza uma descrição interpretativa das expressões da questão social.
- E. O laudo social é um instrumento que contribui para a estruturação do estudo social, por conter informações gerais e livres de sigilo e que podem, portanto, ser socializadas.

Gabarito: alternativa B

Tipo de questão: escolha simples, com indicação da alternativa correta

Conteúdo avaliado: Estudo Social

Autoras: Adriele Martins, Gissele Carraro, Solange Emilene Berwig

COMENTÁRIO

Historicamente o estudo social tem se constituído como meio de trabalho utilizado para operacionalizar a intervenção na realidade social, em diversos processos de trabalho nos quais se inscrevem assistentes sociais, no âmbito dos espaços ocupacionais, de natureza distintas, em que ele se inscreve na condição de trabalhador especializado. Integra as atribuições privativas do Assistente Social: “IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social” (BRASIL, Lei 8.662/9, 1993, Art. 5º), conforme estabelece a lei de regulamentação da profissão.

É um instrumento de comunicação escrita que “culmina em uma interpretação e em um relato descritivo analítico – parecer do profissional” (OLIVEIRA, 1999, p. 266). Portanto, o parecer é um elemento do estudo social, em que o assistente social emite sua opinião técnica, de caráter conclusivo ou indicativo – embasada em referenciais teórico-práticos, com fundamentação ético-política –, a respeito de uma situação concreta, vivenciada por indivíduos sociais, família, grupos, etc. ou envolvendo uma organização. Tem por finalidade “conhecer e interpretar a realidade social na qual está inserido o objeto [...] [da intervenção] profissional, ou seja, a expressão da questão social ou o acontecimento ou situação que dá motivo à intervenção” (FÁVERO, 2009, p. 625), bem como oferecer subsídios para a tomada de decisões no âmbito de diversos espaços ocupacionais em que ele se inscreve na condição de trabalhador especializado.

Para tanto, a pesquisa e a atitude investigativa cumprem um papel fundamental no processo de elaboração de um estudo social, considerando a intencionalidade almejada no uso desse instrumental. A produção de estudo social exige leitura da realidade social, mediada pelo uso de matrizes e referenciais teórico-metodológicos. Pode-se efetuar tal processo a partir de variadas “lentes” de leitura da realidade social, que reporta a certo modo de fazê-la, de perceber os sujeitos sociais e a sociedade. Mas não se trata de qualquer escolha, a defendida e assumida hegemonicamente pelo Serviço Social como orientadora de todo e qualquer estudo, investigação e análise desenvolvida tem como “lente” o materialismo histórico e dialético, fundamentado na obra marxiana. Portanto, a alternativa A está incorreta. O equívoco presente na assertiva é “atitude profissional de caráter funcionalista”, que hoje não embasa mais o estudo social. Durante anos o Serviço Social orientou-se pela matriz teórico-metodológica funcionalista, mas a partir de 1960 a passou a ser questionada, “[...] através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político” (YAZBEK, 2009, p. 148), que resultou na apropriação de outra matriz teórico-metodológica, a teoria social de Marx. Tal apropriação da teoria social de Marx pelo Serviço Social ganhou força a partir dos anos 1980 e avançou em 1990, tornando-se hegemônica e imprimindo direção para a formação e o exercício profissional. Portanto, hoje a matriz funcionalista não deve orientar a profissão.

A alternativa B está correta porque, no campo sociojurídico, o estudo social, que pode ser também denominado de perícia social, visa fornecer informações sobre a realidade dos sujeitos atendidos, sempre orientado pelos princípios da ética profissional.

O estudo social só pode ser realizado por assistentes sociais, no entanto, não é um instrumento de trabalho específico do campo sociojurídico. É um processo metodológico especificamente do Serviço Social, com objetivo de conhecer criticamente e com profundidade determinadas situações, ara intervenção direta ou como no caso do campo sociojurídico, para orientar decisões de outros profissionais.

A alternativa C está errada porque, em hipótese alguma, o trabalho de um assistente social deve ser pautado pela lógica da fiscalização, ou do autoritarismo, nem deve ser realizado em condições que coloque os usuários em situações de constrangimento. Nesse sentido realizar uma abordagem como uma “visita surpresa” vai contra a ética profissional. A visita domiciliar é

um procedimento com o objetivo de complementar o estudo, e não de fiscalizar ou de invadir a privacidade da vida cotidiana dos sujeitos. Por mais que uma visita tenha como objetivo,

por exemplo, a garantia de proteção de uma criança denunciada por maus-tratos sofridos na família – e ela, por ser indefesa e não ter autonomia para se proteger, necessita, muitas vezes, da intervenção do Estado –, o contato estabelecido pelo profissional com a família deve pautar-se por regras éticas e também pelo bom senso (FÁVERO, 2009, p. 629).

A ética perpassa uma postura reflexiva diante dos tipos de experiências que fazem parte das vivências dos sujeitos e das experiências dos envolvidos, da dinâmica social em que se inserem suas relações, e a visita domiciliar exige do profissional uma preparação para que seja realizada com objetivos definidos.

A alternativa D está incorreta, pois o relatório não embasa o estudo social. Diante do conceito do Dicionário Houaiss (2003), o relatório pode significar “exposição detalhada e objetiva, ger. escrita, de fato, estudo, atividade etc.; relato” (p. 635) e “[...] aplicação ou inteligência para aprender [...] observação, exame minucioso de algo ou alguém; análise [...] obra sobre tema pesquisado [...]” (p. 318). Portanto, o relatório é o documento que explicita o estudo social em forma de síntese, em que se registram os dados empíricos e as informações coletadas, organizadas e analisadas – necessárias para a construção do conhecimento de uma situação concreta em relação à qual o assistente social foi requisitado para realizá-lo.

A alternativa E está errada porque o laudo social não contribui para a estruturação do estudo social, termo referido no enunciado da questão 22, que tem recebido vários nomes, quais sejam: laudo social, parecer técnico, parecer social. Há diferentes denominações e não há clareza e consenso analítico-conceitual sobre seu significado e os elementos que os compõem nas produções científicas da área do Serviço Social.

A alternativa E também está errada, pois se trata de um documento formal, que pode, junto de outros documentos formais, integrar processos judiciais, e por conter informações importantes e detalhadas de situações particulares, da vida dos sujeitos. Portanto, é um documento sigiloso, que só têm acesso os envolvidos no processo, inclusive, é direito do próprio usuário. O assistente social é quem decide quais informações são importantes explicitar no estudo social/laudo social, com objetivo de contribuir no processo.

REFERÊNCIAS

CFESS, CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL/ABEPSS, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, 2009.

CFESS, CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de ética do/assistente social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília, 2011.

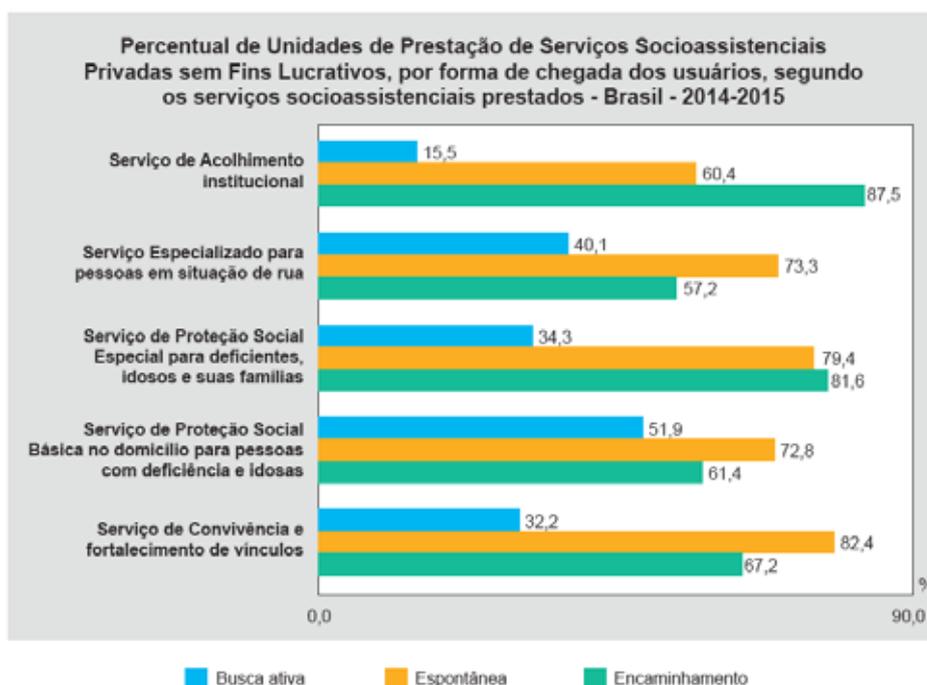
FÁVERO, Eunice Teresinha. Instruções sociais de processos, sentenças e decisões. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 609-636.

HOUAISS, Instituto Antônio. *Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

OLIVEIRA, Mara de. Estudo Social. *Coletânea Cultura e Saber*, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, v.3, n.1, p. 265-270.1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-163.

QUESTÃO 23



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2014-2015.

Nota: Uma mesma unidade pode declarar mais de uma forma de chegada do usuário em um ou mais serviços prestados.

Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Com base nas informações do gráfico foram feitas as seguintes afirmações:

- I. 51,9% das unidades privadas prestadoras do serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas referem-se à busca ativa como modalidade de acesso.
- II. 81,6% das entidades privadas, sem fins lucrativos executoras do serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias, informam atendimento a usuários com demanda espontânea.
- III. 40,1% das entidades privadas que atuam no serviço especializado para pessoas em situação de rua indicam busca ativa como modalidade de acesso.

- IV. 82,4% das unidades privadas que desenvolvem serviço de convivência e fortalecimento de vínculos indicam o atendimento de uma demanda que chega de forma espontânea.
- V. Em 81,6% das unidades da rede privada que realizam acolhimento institucional, ocorre o encaminhamento dos usuários.

É correto apenas o que se afirma em:

- A. I, II e III.
- B. I, II e V.
- C. II, IV e V.
- D. I, III e IV.
- E. III, IV e V.

Gabarito: alternativa D

Tipo de questão: escolha combinada, com indicação da resposta correta.

Conteúdo avaliado: Serviços socioassistenciais

Autora: Marlene Rosa de Oliveira Fiorotti

COMENTÁRIO

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) estabelece a assistência social como política de proteção social que tem por responsabilidade, entre outras, a oferta de serviços socioassistenciais, categorizados por nível de proteção social, afirmando assim que “Política Pública de Assistência Social marca sua especificidade no campo das políticas sociais, responsabilidade de Estado” (PNAS, 2004, p. 33).

Os serviços socioassistenciais garantem direitos na perspectiva da garantia das seguranças sociais que devem ser afiançadas pela assistência social, tais como segurança da acolhida, segurança do rendimento, segurança da convivência familiar e comunitária e segurança da autonomia. (Para ver mais sobre as seguranças: PNAS/2004, p. 31; CAPACITA SUAS, 2013 UFRGS.)

Os serviços socioassistenciais são executados pelo Estado e têm na rede não governamental a possibilidade da rede complementar na execução da política pública. Vale salientar que os serviços socioassistenciais devem nortear-se pelos princípios colocados na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) no capítulo II, seção I, artigo 4º, quais sejam:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; destacando-se, assim, que é uma política não contributiva;

II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade e de forma continuada, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade, sendo a mais comum o antigo “atestado de pobreza”, que a partir da PNAS, deixa de existir.

IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais, exigindo, assim, a gestão da política de assistência social deve organizar, propor e execute a política de assistência social também no meio rural, garantindo o acesso desta população, que por vezes tem que deslocar-se até o meio urbano (viajando por horas) a fim de acessar assistência social.

V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Em 2009, com a Tipificação Nacional de serviços socioassistenciais (Resolução 109/2009) os direitos socioassistenciais passaram a ter uma unidade em nível nacional, desde a nomenclatura, a metodologia e os objetivos a serem alcançados com cada serviço. Nessa resolução, estabelecem-se os serviços conforme o nível de proteção, como pode ser observado no quadro a seguir:

<p>PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas <p>PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – MÉDIA COMPLEXIDADE</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI) 2. Serviço Especializado em Abordagem Social 3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) 4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias 5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua <p>PROTEÇÃO SOCIAL – ALTA COMPLEXIDADE</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Acolhimento Institucional 2. Serviço de Acolhimento em República 3. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora 4. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências

Quadro 1 – Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.
Fonte: BRASIL, 2009.

Assim posto, seguem comentários relacionados às alternativas de resposta apresentadas para a questão em análise.

A alternativa I está correta, pois a principal forma de acesso da população a este serviço é a busca ativa, e o gráfico da questão ilustra esse processo em percentual no período de 2014-2015, no que diz respeito à prestação do serviço por parte das instituições sem fins lucrativos.

O serviço tem por finalidade a prevenção de situações que possam romper ou fragilizar vínculos familiares e sociais dos usuários, garantindo direito com o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social junto àqueles que não têm oportunidade de acessar, deslocando-se aos equipamentos sociais. O Serviço busca uma equiparação de oportunidades, possibilitando a participação e o desenvolvimento

da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas. Deve desenvolver ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, de caráter preventivo ao isolamento. Deve, igualmente, contribuir com a promoção do acesso aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos de toda a rede socioassistencial. Os destinatários são pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares e sociais e/ou pela ausência de acesso a possibilidades de inserção, habilitação social e comunitária, em especial, beneficiários da prestação continuada e membros de famílias de programas de transferência de renda.

Importante destacar que esse serviço não pode ser confundido com visita domiciliar, pois constitui ações e atividades que ultrapassam a visita domiciliar, tratando-se de uma ação contínua e sistemática dentro do domicílio até a superação do problema identificado no plano de desenvolvimento do usuário (PDU). O PDU é instrumento de observação, planejamento e acompanhamento das ações realizadas.

A alternativa II está errada, porque o gráfico informa que 81,6% dos usuários chegaram ao serviço em questão por encaminhamento. Vale destacar que o serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias constitui-se em média complexidade e oferece atendimento/acompanhamento em um espaço físico que pode ser uma unidade estatal ou privada, pois, segundo tipificação nacional, é um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito (BRASIL, 2009, p. 25).

A tipificação também ressalta que esse serviço deve alcançar resultados junto à população usuária, que abarcam desde redução das violações dos direitos socioassistenciais e suas reincidência ao acesso aos serviços socioassistenciais e das políticas públicas setoriais, até a melhoria da qualidade de vida das famílias, pois possibilita acesso a direitos socioassistenciais de oferta pública de serviços de convivência, cuidados pessoais e desenvolvimento de autonomia; proteção nas situações de negligência, abandono, maus-tratos, violação dos direitos; outros riscos sociais, diminuição do isolamento e da exclusão social de cuidados e cuidadores familiares; prevenção da institucionalização e apoio à convivência familiar e comunitária; oferta de suporte às famílias para a diminuição do estresse decorrente da prestação de cuidados prolongados, do alto custo da atenção e conhecimento sobre deficiências, condições especiais dos idosos, situações de dependência e sobre as tecnologias assistivas regulares de autonomia.

A alternativa III está correta. Trata do serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Esse serviço, segundo a tipificação nacional, tem por objetivo assegurar atendimento e atividades direcionadas para desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida, para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua; promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária. O serviço deve ainda promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário.

Denomina-se Centro POP – Centro de Atendimento à População em Situação de Rua. Nos municípios que não possuem Centro Pop, o serviço é oferecido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), cujos destinatários são jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço

de moradia e/ou sobrevivência. Para desenvolver este serviço, a tipificação nacional refere que compõe o trabalho essencial no processo de execução: acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; informação, comunicação e defesa de direitos; referência e contrarreferência; orientação e suporte para acesso à documentação pessoal; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com outros serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de garantia de direitos. Para aprofundar conhecimento sobre esse serviço, ver Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop SUAS e População em Situação de Rua, Volume 3, MDS, 2011.

A alternativa IV está correta, pois o gráfico demonstra que, em 82,4% das unidades privadas que desenvolve serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, a demanda chega de forma espontânea. Esse serviço compõe a Proteção Social Básica. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é tipificado (Resolução CNAS nº 109/2009) e está associado principalmente com a segurança de convívio, tendo por objetivo estimular o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Pode ser desenvolvido em quatro modalidades, abarcando faixas etárias diferentes: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de até 6 anos de idade e suas famílias, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, serviço de convivência para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e serviço de convivência para idosos de 60 anos em diante.

A alternativa V é falsa, porque o percentual de entidades que encaminham para acolhimento institucional é de 87,5%. O serviço de acolhimento institucional é um serviço da proteção social Especial de alta complexidade cujo objetivo é garantir acolhida na forma de residência, seja temporária ou definitivamente a pessoas (crianças, adolescentes, adultos e idosos) em situação de violência, maus-tratos e abandono. Trata-se de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.

Segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais, a organização do serviço deverá garantir privacidade, respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. Este serviço poderá ser prestado, segundo as modalidades a seguir:

Abrigo institucional Capacidade de 20 a 50 pessoas conforme a faixa etária. Ver tipificação nacional	Crianças e Adolescentes Adultos e famílias Mulheres vítimas de violência Idosos
Casa-lar Até 10 pessoas	Crianças e Adolescentes Mulheres vítimas de violência Idosos
Casa de passagem	Adultos e famílias
República Até 10 pessoas por unidade residencial	Jovens egressos de abrigos ou casas-lares de crianças e adolescentes Idosos Adultos em processo de saída das ruas
Residência inclusiva	Jovens e adultos com deficiência
Família Acolhedora	Crianças e adolescentes

O Serviço de acolhimento institucional preconiza os seguintes princípios:

- excepcionalidade do afastamento do convívio familiar;
- provisoriedade do afastamento familiar;
- preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- garantia de acesso e respeito à diversidade e não discriminação;
- oferta de atendimento personalizado e individualizado;
- garantia de liberdade de crença e religião;
- respeito à autonomia.

Dentre os aspectos do trabalho essencial deste serviço, destacam-se: acolhida e escuta, desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; estudo social; apoio à família na sua função protetiva; cuidados pessoais; orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; protocolos; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; referência e contrarreferência; elaboração de relatórios e/ou prontuários; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; inserção em projetos/mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, entre outros.

O serviço de acolhimento institucional está previsto nos seguintes documentos: Tipificação nacional dos serviços socioassistencial; orientação técnica para acolhimento de crianças e adolescente; Norma operacional Básica de Recursos Humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Política Nacional de Assistência Social 2004*. Brasília: 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais*. Resolução 109 de 11 de novembro de 2009. Brasília: 2009

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos*. Brasília: 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Orientação técnica para acolhimento institucional de crianças e adolescentes*. Brasília: 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Orientação técnica serviço de convivência e fortalecimento de vínculos* Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>>. Acesso em: 02 set. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos – Prioridade Para Crianças e Adolescentes Integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*. Brasília: 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Caderno de orientações serviço de proteção e atendimento integral à família e serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos Articulação necessária na Proteção Social Básica*. Brasília: 2015

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas*. Orientações Técnicas – versão preliminar. Brasília, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos*. Brasília: 2012.

QUESTÃO 24

Na colonização brasileira, as mulheres indígenas eram tidas como “de sexo bom para fornicar, de braço bom de trabalhar, de ventre fecundo para prenhar”.

RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro: formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

“[...] a história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo. [...] Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro: a nossa continuidade social”.

FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

A figura abaixo ilustra a organização da família patriarcal brasileira.



Disponível em: <<http://oridesmjr.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

Considerando os textos e a imagem apresentados, avalie as afirmações a seguir.

- I. A violência contra a mulher ocorre nas diversas classes sociais, por isso, ela não é uma expressão da questão social.
- II. As raízes das relações sociais patriarcais e racistas são estruturantes históricas da violência contra a mulher na formação social brasileira.
- III. A violência contra a mulher ocorre comumente em âmbito doméstico, portanto, por ser uma ocorrência de ordem privada, extrapola as competências de intervenção profissional do Serviço Social.

É correto o que se afirma em

- A. I, apenas.
- B. II, apenas.
- C. I e III, apenas.
- D. II e III, apenas.
- E. I, II e III.

Gabarito: alternativa B

Tipo de questão: escolha combinada, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Violência Contra as Mulheres

Autoras: Clarissa da Silva de Paula e Maria Inês Nunes Barcelos

COMENTÁRIO

Para comentar a questão 24, faz-se necessário abordar a temática da violência, caracterizada por qualquer ação ou omissão que viole a dignidade e a integridade da pessoa humana, sendo a contra as mulheres uma das manifestações das históricas relações de poder e que implica diretamente na vida em sociedade.

Ao abordar os processos de violência, Saffioti (2007, p. 14) diz que esses “têm suas raízes em uma ordem social já instituída, na qual as relações sociais são permeadas pelo poder”, visto que o poder perpassa todas as relações sociais (em destaque as relações de gênero, classe, raça, geração e etnia).

O fenômeno da violência é complexo e não se limita apenas à interpessoalidade, pois sua abrangência se dá nos mais diversos contextos, a exemplo da violência estrutural. Minayo (1994, p. 8) conceitua a violência estrutural como a “violência gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta em estruturas sociais, que se expressa na injustiça e na exploração e que conduz à opressão dos indivíduos”. Portanto, a violência estrutural pode anteceder as demais formas de violência, pois possui relação direta com a questão social. Ela contribui para o surgimento das situações de risco e aumento da vulnerabilidade social dos sujeitos, podendo se tornarem vítimas de outras formas de violência derivadas das refrações da questão social, a exemplo da violência contra as mulheres.

Nesse sentido, a afirmativa I está errada visto que a violência contra as mulheres, por mais que perpassasse todas as classes sociais, é uma violência oriunda das relações de poder, sendo também uma das refrações da questão social devido à violência estrutural.

A Afirmativa II é a única correta. Segundo Reis, no processo de colonização brasileira, o patriarcado foi um dos eixos fundamentais das relações familiares na Colônia, “sinônimo e expressão de praticamente todos os aspectos das relações de poder colonial” (REIS, 2001, p. 08). Sendo o patriarcado um sistema social em que o homem é o ator fundamental da organização social, exercendo autoridade sobre as mulheres, filhos, bens materiais e culturais, a cultura do patriarcado colonizador e escravista trouxe em seu bojo a mulher apenas como um objeto, sendo considerada apenas para a procriação e mão de obra para o trabalho. Ainda hoje o patriarcado é presente na vida social brasileira, sendo em muitas vezes atribuído como justificativa cultural nos casos de violência contra as mulheres.

A Afirmativa III também está errada, pois, independentemente da violência contra as mulheres (em sua grande maioria) cometida no âmbito privado, essa é uma violação dos direitos humanos e cabe a intervenção profissional do assistente social, que traz entre os princípios fundamentais de seu Código de Ética o Artigo II, que diz que o profissional assistente social deve assumir a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 2011, p. 24). Quando referimos a violência contra as mulheres e intervenção profissional do Serviço Social, também devemos atentar que o objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional. Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nessa perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tomando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho (IAMAMOTO, 2000, p. 61).

Quando falamos sobre violência contra as mulheres, devemos atentar que essa se expressa de diversas formas (física, psicológicas, patrimonial, institucional, moral, etc.) abrangendo as diversas esferas da sociedade, trazendo à tona todo o processo opressivo e de objetificação que as mulheres vêm sofrendo ao longo da história. Portanto esta expressão da Questão Social é sim objeto de intervenção do assistente social.

Concluindo os comentários da questão 24, a única afirmativa correta é a II, sendo a alternativa de resposta B a correta.

REFERÊNCIAS

CFESS. *Código de ética do/a assistente social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, n. 10, p. 7-18, suplemento 1, 1994.

REIS, Adriana Dantas. Gênero, Patriarcado e a história da escravidão no Brasil. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. *Anais...* São Paulo: 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Introdução. A síndrome do pequeno poder. In: *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007.

QUESTÃO 25

O Código de Ética das/dos Assistentes Sociais estabelece entre seus princípios a necessidade das/dos assistentes sociais:

- A. incorporarem suas pautas às agendas coletivas e democráticas vinculadas aos interesses da classe trabalhadora.
- B. ocuparem posição de agentes da transformação social e de se vincularem às lutas coletivas.
- C. assumirem a vanguarda política dos movimentos sociais, aprofundando cada vez mais a luta coletiva.
- D. exercerem o protagonismo da classe na luta das/dos trabalhadoras/es por melhores condições de vida e de trabalho.
- E. estabelecerem articulação política com movimentos de outras/os trabalhadoras/es, comunicando obrigatoriamente orientações e exigências das instituições empregadoras.

Gabarito: alternativa A

Tipo de questão: escolha simples, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Código de ética profissional

Autora: Nadianna Rosa Marques

COMENTÁRIO

A questão número 25 avalia o conhecimento referente aos princípios e necessidades pautados à profissão Serviço Social, o qual tem seu direcionamento ético-político pautado no Código de Ética profissional.

Apresenta a alternativa A como correta, pois a profissão Serviço Social se firma como um tipo de especialização do trabalho coletivo, o qual dá visibilidade às necessidades sociais que emergem da luta histórica das classes sociais no enfrentamento da questão social e suas expressões. Assim a profissão vincula seus interesses essencialmente aos “interesses da classe social contraditórios que fundamentam a sociedade capitalista” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006). Desta maneira incorporar suas pautas às agendas coletivas e democráticas vinculadas aos interesses da classe trabalhadora é inerente à profissão porque o Serviço Social, inserido na divisão sociotécnica do trabalho, se situa como um participante da reprodução das relações sociais, no âmbito da contradição entre capital e trabalho.

Assim o assistente social, tendo sua intervenção profissional requisitada em organizações estatais, empresariais e filantrópicas, encontra-se como profissional que luta em prol da efetivação dos direitos sociais e ao mesmo tempo vende sua força de trabalho e tem que atender às demandas constituídas pela instituição vinculada o marcando também como um profissional assalariado.

A alternativa B está incorreta, pois um dos princípios fundamentais estabelecidos no Código de Ética profissional é o reconhecimento da liberdade, como valor ético central e as demandas a ele inerente, tais como: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, ou seja, a LIBERDADE como objetivo de valor moral ético.

Diante disso o assistente social deve ser capaz de desenvolver seu trabalho como um “agente transformador”, conectado as permanentes mudanças na sociedade, buscando novas formas de enfrentamento às expressões da questão social, contudo é necessária uma posição de agente transformador, porém nunca ocupar essa posição sem garantir espaço de autonomia e emancipação do indivíduo. O Código de Ética das/dos Assistentes Sociais em seus princípios demonstra respeito e comprometimento com o usuário na busca pelo fortalecimento e emancipação do sujeito, porém não tem como interesse ocupar a posição deste na luta pela transformação social e sim fortalecer seu engajamento. Bonetti (1996) enfatiza o seguinte:

O conceito de liberdade que a faz referência o Código de Ética dos Assistentes Sociais exige a sua própria redefinição, apontando para uma nova direção social, que tenha o indivíduo como fonte de valor, mas dentro da perspectiva de que a plena realização da liberdade de cada um requer a plena realização de todos. Para tanto, é preciso garantir as demandas que a ela se vinculam – autonomia, emancipação expansão dos indivíduos sociais.

A alternativa C está incorreta, pois o objeto de trabalho do assistente social é a questão social e suas diversas expressões. Tem como objetivo formular e implementar propostas para o seu enfrentamento através de políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, exigindo do assistente social um conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo (NETTO, 1999).

No processo de ruptura com o conservadorismo, o Serviço Social deixa de atuar como “executor terminal das políticas públicas” emanadas pelo Estado e das instituições privadas e passa a atuar no campo das políticas públicas como um meio de acesso aos direitos sociais e à defesa da democracia. Dessa forma, a ARTICULAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS, garantido como um dos princípios fundamentais na atuação profissional, e a ampliação e a consolidação da CIDADANIA buscam a efetivação e a garantia dos direitos civis, políticos e sociais, pois viabilizam a contemplação integral dos direitos sociais. Ao assumir a vanguarda política dos movimentos sociais, como menciona a alternativa, não está partilhando desses princípios nem da luta geral dos trabalhadores.

A alternativa D também é errada, pois afirma que um dos princípios estabelecidos no Código de Ética profissional está relacionado a exercerem o protagonismo da classe na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho. Ocorre que a dimensão política do projeto profissional se evidencia através do princípio da EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL, o qual assegura a universalidade de acesso a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática, e assim consolidamos a cidadania por meio da viabilização de todo o processo democrático, que ocorre por meio do protagonismo, inserção e participação da classe trabalhadora nos espaços públicos participando com poder de decisão.

Para Yamamoto (2000)

A forma de efetivar os valores preconizados pelo Projeto Ético-Político Profissional por meio de formas alternativas e estratégicas se consolidará por meio de viabilização do protagonismo da classe trabalhadora, participação e inserção da classe trabalhadora nos espaços públicos com poderes de decisão, ampliação do conhecimento dos direitos e

interesses, implementação das decisões coletivas e acesso as regras de negociação com transparência, com o intuito de contribuir para inclusão social, construção da cidadania e fortalecimento da democracia da classe trabalhadora.

Dessa forma conhecer a realidade e fortalecer a inclusão do protagonismo da classe trabalhadora é um compromisso ético com o indivíduo na busca da qualidade dos serviços prestados. Assim, Iamamoto (2000, p. 126) aponta ainda:

Uma aproximação, por meio da pesquisa criteriosa, às condições de vida e de trabalho das classes subalternas é um requisito indispensável para a efetivação daqueles valores e princípios mencionados. Esta aproximação deve permitir captar interesses e necessidades em suas diversas maneiras de explicitação, englobando formas diferenciadas de organização e luta para fazer frente à pobreza e à exclusão econômica, social e cultural. Formas de lutas que passam por partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais organizados; mas que passam, também, por reivindicações em torno de melhorias parciais de vida, além do conjunto de expressões associativas e culturais que conformam o modo de viver e de pensar das classes e seus segmentos sociais. O desafio é captar os núcleos de contestação e resistência, as formas de imaginação e intervenção do cotidiano, de defesa da vida e da dignidade do trabalhador.

Por fim, a alternativa E está errada, pois Barroco (2001) afirma que é a partir da nova ética definida em 1993 que se rompe com uma prática profissional tradicional, permitindo ao assistente social assumir um compromisso com um projeto social-democrático, baseado na realidade social na sua totalidade, que permite trabalhar contra o moralismo conservador e a moralidade burguesa, assumindo um posicionamento político comprometido com a luta da classe trabalhadora e UM PROJETO PROFISSIONAL VINCULADO AO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM SOCIETÁRIA, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. Torna-se relevante, portanto, a articulação da profissão com os movimentos sociais que estejam ligados aos interesses da classe trabalhadora, assumindo sempre posicionamento crítico diante das desigualdades sociais e manifestações de opressões a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. *Código de Ética do/a Assistente Social Comentado*. CFESS (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.
- BONETTI, Dilsea Adeodata; SILVA, Marlise Vinagre; SALES, Mione Apolinário et al. (org.). *Serviço Social: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 1996.
- CFESS. *Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993*. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília, DF, 1993.
- IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- NETO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

QUESTÃO 26

Os projetos profissionais são projetos coletivos que dizem respeito às categorias profissionais e que apresentam a intencionalidade de determinada profissão. Configuram-se como respostas profissionais à realidade concreta e objetiva, que, a partir de fundamentos teórico-metodológicos, sustentam a direção ética e política impressa nos processos interventivos. Embora projetos de caráter conservador e emancipatório estejam em disputa, apenas um deles conquista hegemonia para conduzir a profissão em determinado período histórico-social.

CARDOSO, P. *Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Papel Social, 2013 (adaptado).

Com base na trajetória histórico-social do Serviço Social brasileiro, avalie as afirmações a seguir.

- I. No contexto das influências teóricas positivistas e fenomenológicas no Serviço Social brasileiro, o projeto profissional apresentava, entre os anos 1960-1970, caráter conservador.
- II. O amadurecimento de um projeto profissional sob bases emancipatórias ocorreu nos anos 1990, sustentado pelo Código de Ética (1993), pela Lei de Regulamentação da Profissão (1993), e pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996).
- III. O Serviço Social no Brasil, desde a sua origem aos tempos atuais, busca constituir um projeto profissional que não esteja assentado em bases conservadoras, as quais estão hegemonicamente presentes na profissão.

É correto o que se afirma em

- A. II, apenas.
- B. III, apenas.
- C. I e II, apenas.
- D. I e III, apenas.
- E. I, II e III.

Gabarito: alternativa C

Tipo de questão: escolha combinada, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Projeto profissional do Serviço Social

Autora: Betina Ahlert

COMENTÁRIO

A alternativa I está correta porque a institucionalização da profissão no Brasil, marcada inicialmente por fundamentações do Serviço Social franco-belga nos anos de 1930, seguido pelo Serviço Social norte-americano na década seguinte, foi marcada pelo caráter conservador, que teve por base a Doutrina da Igreja Católica. Com a evidência das expressões da questão social decorrentes da industrialização no Brasil, o Serviço Social passa a ser requisitado para além da ação social da Igreja, contudo as intervenções fragmentadas e segmentadas de políticas sociais não rompiam com o caráter pontual e localizado da profissão, já pautada aqui pelas influências teóricas positivistas e fenomenológicas que fundamentam a ação profissional até os anos 1960-70.

Cabe ressaltar que o surgimento a profissão e a forma com que se institucionaliza na sociedade brasileira não estão desconectados do contexto social e histórico na qual emerge:

é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto das relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente a questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares (YASBEK, 2009a, p. 126-127).

A alternativa II também está correta. É no contexto profissional marcado pelo caráter conservador e de referências teóricas positivistas e fenomenológicas, e por um contexto político nacional perpassado pela Ditadura Militar, que emergem no interior da profissão os questionamentos do papel político do assistente social na realidade social e no atendimento às expressões da questão social. Parte de um contexto mais amplo de um movimento que busca a ampliação de direitos sociais, no interior do Serviço Social a teoria social crítica torna-se base para a luta pela transformação social. Os encontros nacionais de assistentes sociais são decisivos na construção da ruptura com o conservadorismo e na construção de um projeto profissional que é parte do Movimento de Reconceituação Profissional.

Através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis teóricos e metodológicos, a profissão assume as inquietações e insatisfações desse momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional, operativo e político. Esse movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de um projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações (YASBEK, 2009b, p. 162).

É parte desse movimento o amadurecimento profissional a partir da década de 80 do século XX, em que se ampliaram a formação de pós-graduação na área do Serviço Social, as produções acadêmicas da categoria e ainda a revisão da legislação, que é base da profissão, do qual decorrem o Código de Ética Profissional, a Lei que regulamenta a profissão e ainda as Diretrizes Curriculares do Serviço Social na década seguinte.

A alternativa III está incorreta. O Serviço Social apresentou caráter conservador quando de sua institucionalização no país, contudo, com o passar do tempo, a profissão assumiu caráter emancipatório, tendo por base a teoria marxista. É esse caráter emancipatório que fez com que o Serviço Social afirmasse em seu Código de Ética a liberdade enquanto valor ético central. É importante destacar ainda que as

condições históricas concretas que possibilitam o exercício profissional do assistente social no Brasil, no contexto da divisão social e técnica do trabalho, e que vão demarcar as possibilidades do projeto profissional, apontando seus limites e suas especificidades no interior do processo de reprodução social da vida dos segmentos mais empobrecidos da sociedade (YASBEK, 2009b, p. 134).

REFERÊNCIAS

YASBEK, Maria Carmelita. *O significado sócio-históricos da profissão*. Serviço Social: Direitos Humanos e Competências Profissional. Brasília, 2009a.

YASBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. *Serviço Social: Direitos Humanos e Competências Profissionais*, Brasília, 2009.

QUESTÃO 27

A sociedade brasileira convive atualmente com uma situação polarizada no que se refere aos direitos humanos da população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBTT). Se, por um lado, conquistamos direitos historicamente reprimidos e aprofundamos o debate público sobre a existência de outras formas de ser e se relacionar, por outro, acompanhamos o contínuo quadro de violência e discriminação que a população LGBTT vive cotidianamente.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. *Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013*. Brasília, 2016 (adaptado).

Com base nesse contexto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. No conjunto das demandas sociais com as quais a/o assistente social lida cotidianamente, entre as quais se insere a violência contra a população LGBTT, esse profissional é desafiado/a a descortinar a trama do imediato e a reconstruir conexões explicativas a partir da relação entre universalidade, particularidade e singularidade.

PORQUE

- II. A violência é objetivada sob determinadas condições sócio-históricas que não permitem seu isolamento em si mesma, sendo necessária sua análise como manifestação emanada da estrutura orgânica da sociedade de classes.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E. As asserções I e II são proposições falsas.

Gabarito: alternativa A

Tipo de questão: escolha combinada, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Violência contra a população LGBTT e determinações sócio-históricas

Autor: Guilherme Gomes Ferreira

COMENTÁRIO

Evidencia-se uma disputa por território por parte dos conservadores devido ao alargamento dos guetos (NASCIMENTO, 2010). Durante muitos anos, a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT) passou confinada ao gueto, isto é, àqueles espaços de sociabilidade que aceitavam essa comunidade e que se restringiam muitas vezes a casas noturnas, bares e parques.

Cada vez mais a população LGBTT vem demandando o espaço público para expressão das suas orientações sexuais e identidades de gênero, afirmando seus direitos e suas cidadanias. Quanto mais esse debate é posto à sociedade, tanto maior é também a violência submetida a essas pessoas. Portanto, na medida em que se demandam direitos, avança o conservadorismo.

Esse movimento é próprio da história, que não reconhece direitos “todos de uma vez nem de uma vez por todas” (BOBBIO, 2004, p. 25), mas os produz de acordo com a realidade histórica, correspondendo a um sujeito concreto “e às suas necessidades, delimitado pelas condições sociais, econômicas e culturais de determinada sociedade” (COUTO, 2004, p. 34). Assim como as lutas por direito e por reconhecimento, a violência é também expressão das condições objetivas de uma dada sociedade e produto da sua estrutura orgânica; é expressão máxima do pensamento conservador, que encontra na vida cotidiana (marcada pelas características da superficialidade extensiva, ultrageneralização e espontaneísmo e na qual impera a repetição, o mimetismo, a padronização e as analogias) o seu lócus de atuação privilegiada (HELLER, 1977).

É por isso que o conservadorismo está presente no pensamento mais imediato dos sujeitos, habitando o senso comum e a particularidade. Não por acaso, os temas do gênero e da diversidade sexual figuram como objeto principal de investimento e injunção do pensamento conservador contemporâneo, de modo que vemos apelos morais ao bem comum através de abstrações contidas, por exemplo, no projeto de estatuto da família; na proibição do aborto legal e de estatuto do nascituro; e até mesmo em projetos que procuram instituir o orgulho ao heterossexual e criminaliza a “heterofobia” (FERREIRA, 2016).

Em função da grande carga afetiva mobilizada na opção conservadora, ela exige e pressupõe a repressão da sexualidade [...]. O moralismo e suas manifestações associadas, como a intransigente defesa da família, por exemplo, são um elemento constante no discurso conservador, mas aqui também é necessária a alteridade, um outro que ameaça a ordem e a harmonia do padrão moral, daí que não nos espanta que o discurso conservador associe o nacionalismo, a irracionalidade, o moralismo com a homofobia (IASI, 2015, s/p).

Para compreender e explicar o fenômeno da violência contra a população LGBTT, portanto, o assistente social precisa suspender temporariamente as atividades da vida cotidiana, saindo da particularidade e almejando a genericidade – sem esquecer, todavia, que é na vida cotidiana (a substância da história) que residem as possibilidades de intervenção. Se “é no cotidiano profissional do[a] assistente social que a sua instrumentalidade se materializa, desse mesmo cotidiano emergem mediações que lhe requisitam níveis de racionalidade mais elevados” (GUERRA, 2002, p. 181). Por isso, é preciso voltar-

-se à explicações da realidade que deem conta do movimento entre universalidade, particularidade e singularidade, sob pena de o profissional individualizar o fenômeno da violência, culpabilizar os sujeitos (tanto aqueles que sofrem quanto aqueles que exercem) e desconectá-lo da estrutura de uma sociedade de classes na qual vivemos.

A alternativa correta, portanto, é a alternativa A: a violência contra a população LGBTT é parte das demandas sociais com as quais o assistente social lida na vida cotidiana, impondo sobre ele o desafio de desvendar o pensamento imediato (próprio do cotidiano) e elaborar teoricamente, suspendendo a particularidade em direção à genericidade. A justificativa dessa assertiva é a de que a violência, enquanto expressão do real e manifestação do pensamento conservador, é objetivada sob determinadas condições sócio-históricas, de modo que não pode ser compreendida isoladamente, mas como parte da estrutura orgânica da sociedade de classes.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.

COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2004.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 36, p. 166-178, jan./jun. 2016.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do serviço social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977.

IASI, Mauro. *De onde vem o conservadorismo?* 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>>. Acesso em: 4 maio 2017.

NASCIMENTO, Érico Silva do et. al. Crimes homofóbicos no Brasil: panorama e erradicação de assassinatos e violência contra GLBT, 2000-2007. In: SEMINÁRIO ASSASSINATOS PRATICADOS CONTRA A POPULAÇÃO LGBT, *Anais eletrônicos*, 2010, Brasília. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

QUESTÃO 28

Segundo dados do IBGE, a desigualdade de rendimento entre homens e mulheres no caso brasileiro é resultado, em grande medida, de uma inserção, no mercado de trabalho, diferenciada por sexo, com uma maior presença feminina em ocupações precárias, de baixa qualificação, pouco formalizadas e predominantemente no setor de serviços como, por exemplo, o trabalho doméstico. Além da desigualdade de gênero, verificam-se ainda discriminações associadas à raça.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Informação Demográfica e Socioeconômica número 33*. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 jul. 2016 (adaptado).

Incorporar as dimensões de gênero e raça à análise do mercado de trabalho implica assumir que a posição das mulheres e dos negros é desigual em relação aos homens e aos brancos e que questões como emprego e desemprego, trabalho precário e remuneração, entre outras, manifestam-se e são vividas de forma desigual entre esses trabalhadores e trabalhadoras.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 9 jul. 2016 (adaptado).

Considerando a relação entre patriarcado, racismo e capitalismo, na perspectiva da sociedade brasileira, e os princípios fundamentais do Código de Ética das/dos Assistentes Sociais (1993), avalie as afirmações a seguir.

- I. A relação capital/trabalho, como manifestação histórica concreta, mostra-se neutra em relação ao gênero/sexo e à raça.
- II. A formação do capitalismo no Brasil induziu a sociedade brasileira à superação do patriarcado e do racismo.
- III. Nas sociedades capitalistas, a preservação das relações desiguais de gênero e raça no mundo do trabalho constitui mecanismo orgânico-estrutural da dominação multifacetada do capital.
- IV. A exploração, a dominação e a opressão de gênero/sexo e raça expressam-se como relações desiguais, hierarquizadas e contraditórias, sustentadas historicamente na divisão sexual e étnico racial do trabalho.
- V. A mulher brasileira contemporânea é uma trabalhadora assalariada, insere-se em novos espaços de trabalho profissional, compartilha o sustento da família e, além disso, permanece como a principal responsável pelas atividades domésticas.

É correto apenas o que se afirma em:

- A. I, II e III.
- B. I, II e IV.
- C. I, IV e V.
- D. II, III e V.
- E. III, IV e V.

Gabarito: alternativa E

Tipo de questão: escolha combinada, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Gênero, raça e mercado de trabalho

Autores: Patrícia Krieger Grossi e João Vitor Bitencourt

COMENTÁRIO

A alternativa correta é a E, pois somente as assertivas III, IV e V estão corretas.

A assertiva I de que “a relação capital/trabalho é uma manifestação histórica concreta e que se mostra neutra em relação ao gênero/sexo e raça” é falsa, pois já nos estudos de Marx o autor apontava “a escravatura sob o capital” ao mostrar a realidade de mulheres e crianças que trabalhavam nas fábricas e conviviam em condições degradantes (MARX, 1869, p.62). Nessa obra é possível compreender parte da história do capital sob a gênese burguesa que marcaram as relações de gênero. Portanto a relação capital/trabalho jamais se apresentou como neutra em relação a questões de gênero, raça.

Também é falsa a assertiva II de que “a formação do capitalismo na sociedade brasileira induziu a sociedade à superação do patriarcado e do racismo”, pois as relações entre gênero/sexo, raça/etnia no que tange a divisão sexual do trabalho no capitalismo mostram, que a vida cotidiana é atravessada e determinada “pela sociabilidade do capital, seus interesses e sua forma dominante de se apropriar das reivindicações dos sujeitos coletivos” (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 17). Nesse sentido, a formação do capitalismo permanece acarretando – apesar das expressões de resistência dos segmentos sociais – padrões e estereótipos patriarcais e conservadores, em consonância a propostas e interesses da ordem burguesa, na sociabilidade do capital, no que diz respeito às relações de gênero/sexo, raça/etnia.

A assertiva III de que “nas sociedades capitalistas, a preservação das relações desiguais de gênero e raça no mundo do trabalho constituíram-se em mecanismo orgânico-estrutural da dominação multifacetada do capital” está correta, pois a relação entre o capitalismo e o patriarcado desenvolve experiências sociais permeadas por desigualdades para a vida das mulheres – no que consistem as interseccionalidades de gênero/sexo, raça/etnia, geração e classe social. Essa relação tem, portanto, “cunho econômico e político, impedem o avanço de um novo modelo de relações no qual os papéis não estejam cristalizados e fundamentados em relações de desigualdade” (OLIVEIRA; MEDEIROS, 2015, p. 275).

A assertiva IV de que “a exploração, a dominação e a opressão de gênero/sexo e raça expressam-se como relações desiguais, hierarquizadas e contraditórias, sustentadas historicamente na divisão sexual e étnico racial do trabalho” está correta, pois a sociedade civil brasileira, permeada pelos impactos nas relações de produção e reprodução do capitalismo vigente, vivencia inúmeros desafios no que consiste

à discussão de gênero/sexo e raça/etnia. Sobretudo nos dias atuais, em função das mudanças sofridas no mundo do trabalho, no viés da degradação e exploração da mão de obra da classe trabalhadora em seus diversos segmentos sociais.

No que diz respeito às contradições na sociedade do capital, é imprescindível refletir que “as desigualdades, molas propulsoras da negação dos direitos, não são permeadas apenas pelas relações de classe, mas, também, pelas relações sociais de sexo e de raça/etnia” (CISNE, 2015, p. 143). Nesse sentido, evidencia-se a importância de incorporar essas dimensões nos estudos acadêmicos, nos debates cotidianos e nas práticas profissionais do Serviço Social. Através de estudos sobre o gênero e o mercado de trabalho das mulheres, DeGraff e Anker (2009, p.167-192) apontam que:

As sociedades são consideradas patriarcais por natureza, com as mulheres ocupando uma posição subordinada. Neste sistema, as mulheres são responsáveis pelo cuidado dos filhos, por outros cuidados e pelo trabalho doméstico. No contexto do capitalismo neoliberal o Estado assume uma postura de favorecimento aos interesses burgueses (patriarcais e conservadores) através do desenvolvimento de mínimas respostas às expressões da questão social. Percebe-se o desafio na resposta às desigualdades que impactam a modo de vida e o cotidiano das mulheres brasileiras – em especial as mulheres negras, residentes de territórios em situação de vulnerabilidade social, quilombolas, indígenas, segmentos de povos tradicionais.

Nesse cenário Abramo afirma que:

a integração das dimensões de gênero e raça à análise do mundo do trabalho ajuda não apenas a entender os problemas vividos por mulheres e negros e os fatores que os produzem, mas também a compreender melhor o funcionamento do mercado de trabalho em seu conjunto, assim como a dinâmica de produção e reprodução das desigualdades sociais no Brasil.

A assertiva V de que “a mulher brasileira contemporânea é uma trabalhadora assalariada insere-se em novos espaços de trabalho profissional, compartilha o sustento da família e, além disso, permanece como a principal responsável pelas atividades domésticas” está correta, pois ela assume múltiplas funções e demandas através de uma inserção/inclusão contraditória no mundo do trabalho (cada vez mais precário). Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011, p. 27) confirmam essa realidade ao mostrarem “ainda que de 1995 a 2009 tenha havido um progressivo aumento da participação das mulheres, sua magnitude não permitiu alterar os padrões de desigualdade”.

REFERÊNCIAS:

ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *Ciência. Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 4, Dec. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 abr. 2017.

ANKER, Richard; DEGRAFF, Débora. *Gênero, mercados de trabalho e o trabalho das mulheres gênero, mercados de trabalho e o trabalho das mulheres*. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/Demographicas2/demographicas2artigo4_163a197.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2017.

CISNE, Mirla. *Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista*. Disponível em: <file:///C:/Users/17190052.PORTOALEGRE/Downloads/23588-107886-1-PB.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011. 39 p.: il.

OLIVEIRA, Leidiane Souza; MEDEIROS, Milena Gomes. Capitalismo, patriarcado e serviço social: reivindicações feministas na agenda profissional contemporânea. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7240>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. 2. ed. Hamburgo, 1869.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes; OLIVEIRA, Leidiane. *Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços*. UFRN, 2010.

QUESTÃO 29

A questão inicial que se coloca é explicar como se constituem e se desenvolvem, no Serviço Social brasileiro, as tendências de análise e as interpretações sobre a sua intervenção e a realidade social na qual se move. É evidente que essas tendências, derivadas das transformações sociais que vêm particularizando o desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade, não se configuram como homogêneas, mas permeadas por diversas clivagens, tensões e confrontos internos. Isso porque a compreensão teórico-metodológica da realidade, fundada no acervo intelectual que se constitui a partir das principais matrizes do pensamento social e de suas expressões nos diferentes campos do conhecimento humano é processo que se constrói na interlocução com o próprio movimento da sociedade.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 145, 2009 (adaptado).

Com base nessas informações e no Projeto Ético Político do Serviço Social, assinale a alternativa correta.

- A.** O conceito de reprodução social coaduna-se à lógica da reprodução da vida e aos ideais liberais.
- B.** O Serviço Social defende os direitos humanos de maneira intransigente e considera a propriedade direito fundamental da pessoa humana.
- C.** O processo de reprodução social incorpora uma necessária atuação do Estado na busca de um efetivo bem-estar social, devendo a/o profissional de Serviço Social manter-se neutra/o em relação às questões sociais.
- D.** Além da distribuição da riqueza socialmente produzida, é necessário fornecer aos membros da sociedade os meios para o desenvolvimento da consciência, da cultura, do intelecto, com o horizonte na emancipação humana.
- E.** O desenvolvimento das forças produtivas é um elemento inquestionável da reprodução social e, devido aos reais ganhos que proporcionou a todas as pessoas, o aprimoramento desse processo de desenvolvimento é tarefa fundamental da profissão.

Gabarito: alternativa D

Tipo de questão: escolha simples, com indicação da alternativa correta

Conteúdo avaliado: Projeto ético Político

Autora: Emilene Oliveira de Bairro

COMENTÁRIO

A alternativa D está correta porque a transformação humana é um dos horizontes do Serviço Social, profissão sustentada na teoria marxista. Por esse motivo, é preciso ir além da distribuição da riqueza socialmente produzida, mas fornecer à sociedade os meios para o desenvolvimento da consciência, da cultura, do intelecto, enfim, elementos que propiciem não só a distribuição da riqueza, mas a emancipação humana. Salienta a autora Bravo (2009) que o Projeto Profissional do Serviço Social está comprometido com a emancipação política que tem como horizonte final a emancipação humana.

A alternativa A está errada porque os princípios do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) alicerçados nos pilares da Lei da Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), do Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e das Diretrizes da ABEPSS (1996) não coadunam com ideais liberais. A materialização do Projeto Ético-Político Profissional está em constante ameaça pelas influências conservadoras que se estabelecem na sociedade regida pelo modo de produção capitalista, por esse motivo, é necessário somar esforços para apreensão e materialização do PEPP, travando trincheiras que se estabelecem em oposição aos ideais liberais, conforme o que consta na alternativa.

A alternativa B está errada, pois o Serviço Social não considera a “propriedade” como direito fundamental. Mesmo que o segundo princípio do Código de Ética Profissional aborde a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo, o Serviço Social como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho – que também sofre os rebatimentos da sociedade capitalista – não considera a “propriedade” como direito fundamental como está referido no final da alternativa, mas acredita que todos têm direitos iguais.

A alternativa C está errada porque aparecem equívocos. O Serviço Social tem uma direção social clara e objetiva, embasada na Teoria Social Crítica de Marx, vincula-se à construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia, gênero e geração, e assume um compromisso com a classe trabalhadora, qual seja: lutar constantemente em favor dos direitos humanos. De forma coletiva, luta-se pela construção de uma outra sociedade, para além do capital. Logo, não pode ser uma profissão neutra e não é. É uma profissão que luta cotidianamente contra a ordem do capital. Demonstra, portanto, um posicionamento ético e político alicerçado aos anseios do conjunto da categoria, de uma sociedade mais justa e igual, que percorre o trabalho do profissional, e a defesa de uma emancipação humana. “O posicionamento crítico [...] emerge não apenas de iniciativas individuais, mas como resposta às exigências apresentadas pelo movimento histórico” (IAMAMOTO, 2008, p. 37). Os profissionais se organizam para (re)construir a profissão de forma coletiva. E sobre as “questões sociais” – mencionadas na alternativa –, é equivocado utilizar tal termo no plural, pois existe apenas uma questão social¹ (contradição entre capital e trabalho) e suas múltiplas expressões.

A alternativa E está errada porque é questionável o desenvolvimento das forças produtivas, pois existe o aprofundamento da exploração e dominação do trabalho e do trabalhador pelos donos dos meios de

¹ “É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional [...]; são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2001, p. 62).

produção (patrão), e os “ganhos” não são divididos entre todos, principalmente a classe trabalhadora, a produção não é dividida é apenas acumulada pelos burgueses (donos dos meios de produção). Não sendo tarefa fundamental da profissão, em nenhum momento do seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. ABESS/CEDEPS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em 25 abr. 2017.

BRAVO, Maria Inês Souza. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 100, p. 679-708, out./dez. 2009.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. Aprovado em 13 de março de 1993. Com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94, 333/96 e 594/11. 9. ed. revista e atualizada. Brasília: CFESS, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

QUESTÃO 30

Por dispor de conhecimentos sobre o cotidiano da população usuária dos serviços públicos, a/o assistente social tem prestado assessoria tanto aos gestores das políticas públicas quanto aos movimentos sociais.

Sobre essa atividade da/do assistente social, avalie as afirmações a seguir.

- I. A assessoria prestada por esse profissional deve ser cotidianamente construída com os sujeitos fundamentais – os assessorados –, os quais devem ter autonomia para acatar, ou não, as proposições.
- II. A assessoria aos gestoresw públicos exige do profissional do Serviço Social desvelar os interesses a serem fortalecidos com o seu trabalho.
- III. Por meio da assessoria, a/o assistente social, no espaço da criação de políticas sociais, pode direcionar o seu trabalho tanto para a ampliação do acesso aos serviços, quanto para a ampliação do controle e disciplinamento da população.

É correto o que se afirma em

- A. I, apenas.
- B. III, apenas.
- C. I e II, apenas.
- D. II e III, apenas.
- E. I, II e III.

Gabarito: Alternativa E

Tipo de questão: Escolha combinada, com indicação da resposta correta.

Conteúdo avaliado: Assessoria aos gestores das políticas públicas e aos movimentos sociais

Autora: Géssica Cristina Ozelame

COMENTÁRIO

O principal documento que dispõe sobre a profissão de assistente social é a Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, a Lei de Regulamentação da profissão, na qual observaremos os incisos dos Arts. 4º e 5º:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

[...] II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; [...] VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; [...] IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.

De acordo com Terra (2007), as competências são atividades que podem ser exercidas pelos assistentes sociais, assim como por outros profissionais. São conhecimentos que o profissional pode adquirir além de sua formação; já as atribuições privativas são atividades profissionais exclusivas, as quais somente os assistentes sociais podem realizar.

Nesse documento, é regulamentado que prestar assessoria e consultoria em Serviço Social é atribuição privativa do assistente social, seja na face pública, privada e também em outras entidades. Sabendo disso, serão elaborados os comentários a seguir.

A alternativa I está correta porque o assistente social, ao realizar assessoria, vai socializar o seu conhecimento com os sujeitos, visando auxiliar no que lhe foi solicitado. A assessoria deve ser organizada pelo assistente social de forma que propicie o trabalho com base na coletividade e na participação. A participação dos sujeitos pode iniciar já no planejamento do trabalho, sendo construído de forma conjunta, pelo assessor e pelos sujeitos fundamentais – os assessorados. Assim como, ao dar sugestões, o assessor deve respeitar a autonomia dos assessorados, que podem concordar ou não.

A alternativa II está correta porque é responsabilidade do assistente social que se propõe a prestar assessoria conseguir compreender qual o interesse, não só dos gestores públicos, mas de qualquer sujeito ou organização que deseja solicitar o seu trabalho. Essa compreensão deve ocorrer nos primeiros contatos entre assessor e assessorado, visando identificar qual a demanda e quais os objetivos do assessorado, para que seja possível avaliar se possui este conhecimento, se não há divergência de direcionamentos e se realmente pode contribuir com o que lhe é solicitado.

A alternativa III está correta porque o assistente social, ao realizar assessoria, possui correta autonomia sobre o seu trabalho na medida em que, geralmente, as assessorias são prestadas de forma liberal, ou seja, sem vinculação empregatícia. Porém, salienta-se aqui a importância do direcionamento ético-político que possuímos, enquanto profissionais de Serviço Social, que defendem a ampliação do acesso aos serviços para a população, sendo desfavoráveis às formas de controle impostas. Esse espaço de intervenção pode estar situado no campo de reprodução da força de trabalho, da obtenção das metas de empresas, da viabilização de direitos e da prestação de serviços, e cabe ao profissional endossar diferentes estratégias no seu cotidiano e, fundamentalmente, refletir criticamente sobre seu processo de trabalho, apreendendo a totalidade da realidade, visando enriquecer o exercício profissional com criticidade.

REFERÊNCIAS

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.692*, de 7 de junho de 1993. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf> Acesso em: 26 ago. 2017.

TERRA, S. H. Atribuições privativas e regulamentação do exercício profissional. In: CFESS. *Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do assistente social*. Brasília, 2007.

QUESTÃO 31

Não há como desconhecer questões vinculadas à apreensão da direção e da lógica curricular, dos fundamentos e categorias intelectivas pelas unidades acadêmicas, sem os quais as diretrizes se perdem no burocratismo e no formalismo, comprometendo o alcance histórico, teórico, ético-político, prático-operativo, pedagógico e organizativo que elas emprestam à formação profissional da/do assistente social.

KOIKE, M. M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS/ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 201 – 219, 2009 (adaptado).

Tendo como referência o texto acima, bem como os pressupostos teóricos que embasam o Serviço Social e os posicionamentos políticos das entidades representativas do Serviço Social (CFESS/CRESS, ABEPS e ENESSO), assinale a alternativa correta.

- A.** O Projeto Ético-Político do Serviço Social coaduna-se com o processo de financiamento do ensino privado como proposta de acesso ao ensino superior da classe trabalhadora, pois a educação superior pública é destinada à elite nacional.
- B.** O Ensino a Distância (EAD) na graduação em Serviço Social constitui importante ferramenta para o aprimoramento dos processos educacionais, em sintonia com os princípios do Código de Ética da/do Assistente Social e as resoluções do Conselho Federal de Serviço Social.
- C.** A questão econômica é uma realidade irrefutável no que diz respeito ao processo educacional, por isso a lucratividade deve ser considerada prioritária no ensino, uma vez que o volume de lucro de uma instituição educativa impacta diretamente no desempenho do processo educacional.
- D.** A tecnologia é uma realidade incontestável nas sociedades contemporâneas, por isso o Serviço Social não deve opor-se à formação profissional das/dos assistentes sociais por meio do ensino à distância, modalidade que garantiria o aumento de profissionais qualificados na área.
- E.** As instituições representativas do Serviço Social defendem uma proposta de democratização da educação superior que garanta o acesso de qualidade, por meio de uma metodologia de significativo rigor pedagógico.

Gabarito: alternativa E

Tipo de questão: escolha simples, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Currículo e Formação Profissional em Serviço Social

Autor: Charles Machado Hoepner

COMENTÁRIO

A questão dialoga com a construção curricular do Serviço Social e sua inserção no processo de formação profissional dos assistentes sociais. Para tanto, sinaliza os impasses enfrentados pelas unidades de ensino para garantir as conquistas decorrentes da construção coletiva das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 em um cenário de desmonte da educação pública e de reorganização estrutural das Universidades, dado que, estas delineiam o processo de formação profissional em Serviço Social. Esse processo de privatização se assevera em meados da década de 1990 onde o Estado brasileiro se apropria das formulações do projeto neoliberal, culminando em seu processo de contrarreforma. Partindo desses elementos seguem os comentários referentes às alternativas apresentadas pela questão formulada.

A alternativa A está incorreta porque refere que o Projeto Ético-Político do Serviço Social coaduna com o processo de financiamento privado como mecanismo de acesso ao ensino superior pela classe trabalhadora. O Projeto Ético-Político do Serviço Social, que vem sendo construído e debatido pela categoria profissional dos assistentes sociais desde meados da década de 1990 está vinculado a “um projeto de transformação da sociedade” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 5). Teixeira e Braz (2009) ao definirem os elementos constitutivos e os componentes que materializam este projeto referem que um dos elementos “[...] emana da crítica radical à ordem vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 7). Logo, o mesmo não está vinculado aos processos e valores dominantes do projeto societário em vigência (capitalista) e, portanto, não corrobora com a concepção privatista de educação para uma determinada classe, como é o caso da classe elitista (dominante), mencionada na alternativa, uma vez que “o projeto se declara radicalmente democrático considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida” (NETTO, 2009, p. 155).

A alternativa B refere que o ensino a distância, além de ser uma importante ferramenta para o aprimoramento dos processos educacionais, está em conformidade com os princípios presentes no Código de Ética dos assistentes sociais e nas resoluções das entidades representativas da categoria profissional dos assistentes sociais.

Os princípios elencados no Código de Ética profissional dos assistentes sociais em nenhum momento fazem menção à educação a distância, tampouco à defesa dessa modalidade de ensino. No que diz respeito às resoluções elaboradas pela categoria profissional dos assistentes sociais, por meio de suas entidades representativas, os documentos versam pela defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Em 2010 o Conselho Federal de Serviço Social lançou a campanha “Educação não é *fast-food*: diga não para a graduação a distância em Serviço Social”. Da mesma forma, em 2011 foi lançada a publicação do CFESS sobre a “Incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social”, em que nos é chamada a atenção para a formação profissional dos Assistentes Sociais nessa modalidade. Segundo o documento,

A questão a ser problematizada é a 'produção' de profissionais em massa e com conteúdos banalizados; é a qualidade do ensino que está sendo oferecido, que não assegura o perfil das Diretrizes Curriculares; é a educação bancária e mercantilizada que não garante o serviço social de qualidade de que o Brasil precisa (CFESS, 2011, p. 12).

Portanto, a alternativa B está incorreta.

A alternativa C retoma o processo de mercantilização da educação superior, massivamente criticado pela categoria profissional dos assistentes sociais, cujos impactos incidem diretamente na qualidade do processo de formação profissional em Serviço Social.

A partir da expansão desenfreada de cursos de Serviço Social, a partir dos anos 1990, cujo propósito foi tornar a educação um nicho de mercado, uma série de rebatimentos foram observados nos cursos de Serviço Social. Dentre eles, destacam-se

uma formação aligeirada, atravessada pela lógica mercantil, com turmas abarrotadas de alunos, professores horistas em precárias condições do exercício docente e sem a possibilidade concreta de realizar a valiosa dimensão da pesquisa: tais condições esvaziam a possibilidade de formação de profissionais críticos, capazes de desvelar a realidade, sob a ótica e os interesses da classe trabalhadora (PEREIRA, 2008, p. 195).

Nesse sentido, a lucratividade diverge da qualidade no processo educacional, e a alternativa C está incorreta.

A alternativa D refere que o avanço tecnológico é incontestável na sociedade contemporânea. No entanto, apresenta que os profissionais de Serviço Social não deveriam opor-se à essa modalidade de ensino, pois ela garantiria o aumento de profissionais qualificados na área. Assim como mencionado na alternativa B e retomado na alternativa C, ficam evidentes os rebatimentos da educação sob uma perspectiva mercadológica no Serviço Social, bem como os esforços realizados pelo conjunto das entidades representativas da categoria profissional dos assistentes sociais para dar visibilidade a essa realidade de precarização do ensino. No que diz respeito ao aumento de profissionais qualificados na área, a partir dessa modalidade, como apresentado pela alternativa, Iamamoto (2014) sinaliza que

Difícilmente a oferta de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do número de profissionais, podendo desdobrar-se na criação de um exército assistencial de reserva, como recurso de qualificação do "voluntariado", e no reforço ao clientelismo político, aos chamamentos à "solidariedade" enquanto estratégia de obscurecimento das clivagens de classe (IAMAMOTO, 2014, p. 630).

Portanto, a alternativa D está incorreta.

A alternativa E está correta, pois faz menção à defesa das entidades representativas do Serviço Social por uma proposta de democratização da educação superior que garanta o acesso de qualidade, por meio de uma metodologia de significativo rigor pedagógico. Essa defesa pode ser vista nos principais documentos da categoria profissional como o Código de Ética Profissional dos assistentes sociais e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, bem como, nos eventos e encontros realizados na área do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo (SP), 11 (2), n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

NETTO, José Paulo. *A construção do projeto ético-político do serviço social*. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Larissa Dahmer. *Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional*. São Paulo: Xamã, 2008.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 2009.

QUESTÃO 32

A Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, considera adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade. Atualmente, várias propostas tramitam na Câmara dos Deputados com o objetivo de reduzir a idade penal do adolescente que comete ato infracional. A discussão sobre a redução da maioridade penal tem mobilizado várias instâncias decisórias, suscitando debates acalorados, porém sem que haja consenso a respeito da redução ou da não redução da idade de responsabilização de adolescentes que cometerem atos infracionais. Esse debate se acalora, sobretudo, a partir de crimes de grande repercussão pública, que motivam diversos setores sociais a influenciar parlamentares para que tomem a iniciativa de sugerir propostas de alteração da Constituição Federal de 1988. É certo que as propostas até então apresentadas se deparam com uma questão constitucional fundamental, as cláusulas pétreas.



Disponível em: <<http://www.sul21.com.br>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

Considerando o texto e a imagem apresentados, bem como o Projeto Ético-Político do Serviço Social, assinale a opção correta.

- A. A aprovação da proposta de redução da maioria penal inibirá o crescimento da violência e da impunidade.
- B. A Lei n. 8.069/1990 está desatualizada e, portanto, requer alteração no que se refere à maioria penal.
- C. A proposta de redução da maioria penal constitui um dos dilemas éticos contemporâneos da conjuntura societária e um desafio presente na atividade profissional da/do assistente social.
- D. A redução da maioria penal não interferirá na caracterização do adolescente como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento.
- E. A despeito da grande mobilização social gerada pelo debate sobre a redução da maioria penal, esse assunto não integra as áreas de interesse do Serviço Social.

Gabarito: alternativa C

Tipo de Questão: escolha combinada, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Direitos humanos fundamentais e Estatuto da Criança e do Adolescente

Autora: Vanelise de Paula Alorald

COMENTÁRIO

A maioria penal no Brasil, assim como em vários países do mundo, é a partir dos 18 anos e se refere à idade mínima na qual alguém pode ser julgado criminalmente por seus atos como adulto. Esse tema se constitui como um dos mais discutidos atualmente e seu debate é permanente, pois envolve diferentes convicções em torno da responsabilidade individual e a realidade frente à efetivação das políticas públicas do país. Compreende-se que o combate à criminalidade não deve ocorrer aumentando a população carcerária, considerando que o próprio índice de reincidência nas prisões brasileiras é relativamente alto e as condições estruturais demonstram que a superlotação dos presídios oferece situações degradantes e precárias que ao mesmo tempo em que fere o princípio da dignidade humana não proporciona ambiente socioeducativo e ao invés de reduzir gera mais violência.

Nesse diapasão, a redução da maioria penal contraria o artigo 228 da Constituição que diz que os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, ou seja, não podem ser condenados como adultos. Nessa mesma Carta Magna, no artigo 227, § 3º, consta que o direito à proteção especial abrange “V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade” (BRASIL, 1988), ou seja, a referida legislação alicerçada na Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, e depois reforçada na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 em seu artigo 6º, reconhece, expressamente, que a criança e o adolescente possuem um regime jurídico especial, justamente pela situação de pessoas que ainda

estão em fase de desenvolvimento físico, mental, social, afetivo e cultural, essa condição peculiar diz respeito não somente ao fato desses segmentos não conhecerem inteiramente seus direitos e assim defendê-los e fazê-los valer de modo pleno, ou de suprirem por si mesmos, suas necessidades básicas, mas também, e principalmente, porque cada fase de desenvolvimento deve ser reconhecida como revestida de singularidade e de completude relativa (COSTA, 2000).

Assim, considerar na aplicação do direito as crianças e os adolescentes como sujeitos em desenvolvimento não significa julgá-los como “incapazes”, mas estabelecer um critério diferenciado, um atendimento que compreenda sua condição, uma abordagem especial, levando em consideração que ainda não se atingiu a maturidade física, emocional e psicológica de um adulto (KREUZ, 2012).

Além do reconhecimento de pessoas em desenvolvimento, há a Doutrina da proteção integral que surge com o ECA e constitui-se um marco jurídico-político de fundamental importância ao romper com a lógica menorista que historicamente tratou a infância e adolescência sob a visão higienista, repressiva, moralista e correccional-reformista. Os Códigos de Menores anteriores ao ECA baseavam-se na Doutrina da Situação Irregular, que considerava os “menores” como objeto de norma. Atualmente, consideram-se as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, portanto, cidadãos. Sob nova concepção político-filosófica, muda-se o paradigma em torno do atendimento à infância e adolescência, com forte apoio e participação popular. Os artigos 227 e 228 da Constituição Cidadã tornam-se as bases para aprovação da Lei nº 8.069/1990, pois doravante

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Assim, essa doutrina preconiza a garantia dos direitos fundamentais às crianças e adolescentes sem qualquer discriminação (TÔRRES, et al., 2009) “independente de sua condição econômica, social, intelectual, devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos, que devem ser respeitados” (KREUZ, 2012, p.68-69). Mas a família, independente de como está constituída, deve ter condições sociais, materiais e afetivas para proporcionar desenvolvimento pleno. A sociedade deve articular-se na formulação de políticas de atendimento e participar ativamente denunciando possíveis violações de direitos e o poder público promover, implementar e contemplar recursos prioritários para tal finalidade.

Aos assistentes sociais, cabe a reafirmação constante dos compromissos e princípios ético-políticos em direção à defesa dos direitos humanos fundamentais garantidos nas legislações. O Código de Ética Profissional, a Constituição Cidadã, o ECA, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sina-se), bem como demais dispositivos legais, constituem ferramentas imprescindíveis nos debates e nas lutas pelo reconhecimento efetivo das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos próprios e especiais em razão da peculiar fase de desenvolvimento, em que necessitam de atenção especializada, atendimento diferenciado e proteção integral.

A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa ao arbítrio e autoritarismo constituem um princípio presente no projeto profissional e um posicionamento orientado na defesa de investimento nas políticas de proteção, na real implementação do que está disposto no ECA, principalmente no que tange às medidas socioeducativas voltadas ao cometimento de atos infracionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 27 ago. 2016.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. In: CURY, Munir; SILVA, Antônio Fernando do Amaral; MENDEZ, Emílio Garcia (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: Comentários, Jurídicos e sociais*. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

KREUZ, Sergio Luiz. *Direito à Convivência Familiar da Criança e do Adolescente: Direitos Fundamentais, Princípios Constitucionais e Alternativas ao Acolhimento Institucional*. Curitiba: Juruá, 2012.

TÔRRES, Célia; SOUZA FILHO, Rodrigo de; MORGADO, Rosana. Política de Infância e Juventude. In: REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. *Serviço Social e políticas sociais*. 3.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

QUESTÃO 33

A garantia do pluralismo é resultado de um amplo e importante debate ocorrido no âmbito do Serviço Social brasileiro nos anos 1980.

Em consonância com os princípios ético-políticos do Serviço Social, a defesa do pluralismo pressupõe

- A.** a compreensão de que o diálogo democrático e a equivalência entre os diversos campos teórico-metodológicos são necessários para o fortalecimento do projeto ético-político.
- B.** a presença do relativismo no debate da ética profissional, assegurado pela participação de vários segmentos profissionais oriundos de correntes teórico-metodológicas diversas durante o processo de constituição do código de ética vigente.
- C.** o entendimento de que nem todas as posições teóricas e político-profissionais se equivalem e o reconhecimento de que o direito à expressão teórica e política garante as condições de debate.
- D.** a conquista da homogeneidade do projeto ético-político junto à categoria profissional, comprometida com os interesses da classe trabalhadora.
- E.** o reconhecimento de que as inúmeras perspectivas teórico-metodológicas presentes historicamente no Serviço Social podem contribuir de forma igualitária na análise dos processos sócio-históricos e sociais.

Gabarito: alternativa C

Tipo de questão: escolha simples, com indicação da alternativa correta

Conteúdo avaliado: Pluralismo e Serviço Social; Projeto Ético-Político do Serviço Social, Princípios Ético-Políticos do Serviço Social

Autora: Rochele Pedroso de Moraes

COMENTÁRIO

A questão 33 reflete sobre o pluralismo como norteador da categoria profissional do Serviço Social no Brasil, materializado como um princípio no Projeto Ético-Político da categoria dos assistentes sociais. O pluralismo é um fenômeno social e político, bem como um fenômeno epistemológico que contribui na

construção do conhecimento nas Ciências Sociais (COUTINHO, 1991, p. 5). O Código de Ética de 1993 ressalta a importância do respeito à diversidade e a garantia do pluralismo, como dimensão política e social, através dos princípios da liberdade, da equidade e da justiça social (CFESS, 2012, p. 70). O pluralismo deve nortear a conduta do assistente social no sentido de respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas em busca do constante aprimoramento intelectual (BARROCI & TERRA, 2012, p. 128).

A alternativa A está errada, porque o que fortalece a categoria profissional dos assistentes sociais é o projeto ético-político (IAMAMOTO, 2012). Como obter equivalência entre diversas correntes teóricas-metodológicas? O campo científico é um espaço de discussão. Entre os pares, prevalece o que o coletivo da categoria elenca como relevante, e de consistência teórica para a práxis.

A alternativa B está errada, porque o Código de Ética é um instrumento que materializa a luta da categoria profissional dos assistentes sociais, em conformidade com a Lei de Regulamentação. O relativismo ético-moral se reproduz no senso comum e em teorias éticas que negam a universalidade dos valores (CFESS, 2012, p. 69).

A alternativa C está correta, porque há diferentes perspectivas teóricas que não se equivalem, como por exemplo a teoria positivista, a estruturalista, a teoria da complexidade e a teoria marxiana. Há necessidade do debate amplo e democrático no pensar as contradições da realidade social. O posicionamento pluralista deve ocorrer em detrimento de posicionamentos totalitários e inflexíveis (MACIEL, 1997, p. 137).

A alternativa D está errada, porque o Projeto Ético-político é hegemônico, junto à categoria profissional, e está comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Foi fruto de um processo de oposição e luta entre ideias e projetos profissionais e sociais (IAMAMOTO, 2012, p. 66; CFESS, 2017).

A alternativa E está errada, porque nas diversas perspectivas teórico-metodológicas presentes historicamente no Serviço Social, as análises os processos sócio-históricos e sociais também são diversos, dependendo do direcionamento social da profissão e da base formativa. O Código de Ética de 1993 adotou uma perspectiva ética histórica e crítica. A perspectiva teórica presente no exercício profissional do Serviço Social é a teoria crítica da realidade social (ABEPSS, 2017).

REFERÊNCIAS

CFESS. *Código de Ética profissional dos assistentes sociais*. Aprovado em 15 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94 e 293/94. Brasília/DF: CFESS, 2017.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). *Código de ética do/a assistente social comentado*. São Paulo: Cortez, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. *Cadernos ABESS*, n. 4. Cortez: São Paulo, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. *Pluralismo no serviço social: uma abordagem de complexidade?* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS, 1997.

QUESTÃO 34

A dinâmica de transformações do capital assenta-se em diversas ofensivas, entre as quais a reestruturação dos processos de acumulação, expressos na chamada reestruturação produtiva, ou flexível, cujas consequências são desastrosas para a classe trabalhadora.

Considerando as consequências da reestruturação produtiva flexível, avalie as afirmações a seguir.

- I. Esse tipo de reestruturação exige cada vez mais trabalhadoras/es qualificadas/os, polivalentes e multifuncionais.
- II. Tal reestruturação fundamenta-se em um padrão produtivo fordista, que aumenta a demanda por trabalho vivo.
- III. Nessa reestruturação, a produção deve ser variada e heterogênea, visando atender às demandas mais individualizadas do mercado.
- IV. Esse modelo de reestruturação requer a descentralização da produção pela terceirização, a subcontratação de trabalhadoras/es e a desterritorialização da produção.

É correto apenas o que se afirma em:

- A. I e III.
- B. II e III.
- C. II e IV.
- D. I, II e IV.
- E. I, III e IV

Gabarito: alternativa E

Tipo de questão: Escolha combinada, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Reestruturação Produtiva

Autora: Ana Claudia Storchi Carlos

COMENTÁRIO

A reestruturação produtiva inicia-se na década de 70 do século XX, através da instauração de um novo modo fabril, a partir da transição dos modelos de produção Taylorista e Fordista ao Toyotismo, caracterizando-se pela adesão de distintas formas de produção. Essa passagem ocasiona mudanças qualitativas e quantitativas na vida dos trabalhadores, pois estes se tornam inseguros em relação ao mercado de trabalho e às formas de contratação.

As relações de trabalho também foram alteradas, busca-se um perfil de trabalhadores mais qualificados e polivalentes, aptos a trabalhar em mais de uma função. Na busca pelo acúmulo do capital, “o homem deve exercer na automação funções mais abstratas e intelectuais” (IANNI, 1999, p. 19). Em decorrência desses fatos, a alternativa I apresenta-se como correta.

A alternativa II expõe uma afirmação errônea, já que a transição ocorreu a partir da desapropriação do modelo fordista e taylorista para a apropriação do modelo Toyotista. O Toyotismo tem como ponto principal a intensificação da produção com uso tecnológico em detrimento do trabalho vivo.

O novo modelo utiliza tecnologias avançadas no sistema de produção, dentre estas química fina, biotecnologia, automação, microeletrônica, robótica e a genética.

O conceito da produção limitada apresenta-se bastante intenso no modelo Toyotista, em que a produção se limita apenas ao suprimento da demanda de mercado, na busca de uma redução dos estoques e flexibilização da produção, intensificando na qualidade e na diversificação do produto. Assim, como afirma a questão III, a diversidade de produção apresenta-se vigente nesse novo modelo de produção, visando adaptar e criar de forma constante novas demandas de mercado, mobilizando o comércio e suprindo os anseios particulares de cada segmento consumidor.

A terceirização e a subcontratação são elementos recorrentes no modelo Toyotista. Visando maior lucro e flexibilização de mercado, as empresas utilizam esses meios para acumulação de capital em detrimento da estabilidade e melhores condições de trabalho para os trabalhadores. A responsabilidade de melhores salários e de sucesso profissional é direcionada a cargo dos indivíduos, através de discurso com base no mérito e no esforço individual.

A flexibilização e as susceptíveis variações do mercado e vantagens oferecidas por determinados locais de produção ocasionam a desterritorialização da produção. Segundo Haesbaert (2004), a desterritorialização apresenta-se de forma mais visível associada à questão multilocal das grandes empresas, através da flexibilidade de localização e articulação interna, capazes de gerenciar a produção por meio da subcontratação em redes “flexíveis” com outras empresas localizadas em diferentes cantos do planeta. Com base nas afirmações anteriores, a alternativa IV apresenta-se correta.

REFERÊNCIAS

HAESBAERT, Rogério; TRAMONTANI, Tatiana. O mito da desterritorialização econômica. *GEOgraphia*, Niterói, UFF/EKG, ano VI, n. 12, p. 25-48, 2004.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

QUESTÃO 35

O Serviço Social, além de ser uma profissão interventiva, é reconhecido nacionalmente (pelas agências de regulação e fomento à pesquisa e pós-graduação) como área do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas. Registra-se também a incorporação de quadros intelectuais do Serviço Social como formadores de massa crítica e a abertura do mercado editorial às produções desenvolvidas pelas/os assistentes sociais.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17 – 27, 2013 (adaptado).

Com base no texto acima, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

- I. Ao constituir-se em uma área do conhecimento, o Serviço Social brasileiro redefiniu a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre os estatutos intelectuais e teóricos da profissão.

PORQUE

- II. As dimensões teórica, ideopolítica e intelectual do Serviço Social constituem um acervo de conhecimentos críticos que, ante o espraiamento do pensamento pós-moderno no âmbito das Ciências Sociais, apresenta-se como um vasto campo de resistência teórico-político e ideológico, por meio de uma ativa participação na formação de uma massa crítica no campo das Ciências Sociais.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E. As asserções I e II são proposições falsas.

Gabarito: alternativa A

Tipo de questão: escolha combinada, com indicação da resposta correta

Conteúdo avaliado: Produção do conhecimento e Serviço Social

Autoras: Gissele Carraro, Inez Rocha Zacarias, Jane Cruz Prates

COMENTÁRIO

O reconhecimento do Serviço Social enquanto “[...] uma área do conhecimento das ciências sociais aplicadas, reconhecida pelas agências de regulação e fomento à pesquisa e pós-graduação [...] *stricto sensu* na área” (MOTA, 2013, p. 18) é uma conquista que está relacionada ao processo de ampla renovação dos fundamentos da profissão ocorrida nas últimas décadas, que só pode ser explicada no seio do próprio movimento histórico da sociedade, aqui particularmente a brasileira, iniciada nas mediações da tumultuada década de 1960. O ponto crucial desse processo diz respeito à transformação das bases de sustentação da profissão até então coesionadas com um modelo societário hegemônico, o qual direcionava socialmente a intervenção dos profissionais para o controle e apaziguamento da classe trabalhadora frente ao acirramento das manifestações da questão social. O Serviço Social Tradicional, como era conhecido antes do processo de renovação, mantinha uma matriz teórica que rejeitava as explicações macrosociedades, evitando qualquer tipo de enfrentamento com as elites e com os aparelhos governamentais, priorizando assim uma preocupação focalizada na dimensão interventiva do trabalho profissional.

Portanto, a asserção I está correta, pois o aumento circunstancial da produção teórica em Serviço Social, a partir da década de 1980, está associado ao processo de ruptura com um ideário conservador que dominava a profissão até então. Desse modo, a crescente produção intelectual na área compôs o processo de renovação do Serviço Social que permitiu à profissão, sob a influência da matriz marxista, redirecionar a intervenção profissional sob uma perspectiva crítica, introduzindo dimensões que eram subjugadas em detrimento de um trabalho restritamente técnico: a teórico-metodológica e a ético-política (CARVALHO; SILVA, 2005).

A asserção II também está correta, pois as dimensões teórica, ideopolítica e intelectual do Serviço Social, que podem ser reconhecidas como teórico-metodológicas e ético-políticas, constituem na atualidade os fundamentos profissionais que, a partir da renovação, passaram a ser integradas de modo hegemônico nos debates coletivos da profissão e na produção teórica da área. Trata-se de uma direção hegemônica de tendência crítica, de perfil epistemológico marxista, que vem formando nas últimas décadas uma massa crítica de profissionais sintonizados com os valores emancipatórios e coesionados com os interesses da classe trabalhadora. Diante desse processo, os assistentes sociais, vinculados a esse projeto hegemônico da profissão, têm se integrado às fileiras de disputas por projetos societários, assim como vêm contribuindo para os espaços de resistência no âmbito das ciências sociais contra o avanço dos ideários pós-modernos e neopositivistas que têm dominado esse circuito intelectual.

A alternativa A, portanto, está correta, pois a asserção II explica a asserção I. O Serviço Social só conseguiu apreender novas mediações ao trabalho profissional, superando a imediatividade da intervenção, restrita à dimensão estritamente técnica, ao se subsidiar numa perspectiva ideopolítica-crítica. Além disso, esse movimento só pode ser explicado a partir de uma perspectiva sócio-histórica que cada vez mais exigia do conjunto profissional respostas mais elaboradas, tendo em vista a complexidade das demandas a ser atendidas. A associação do Serviço Social às correntes críticas presentes nas ciências sociais se explica, por exemplo, pela expansão dos cursos e das faculdades nas universidades

pelo país, iniciada na década de 1970, assim como com a abertura de programas de pós-graduação, o que possibilitou o diálogo e a interlocução com as discussões teóricas e ideológicas que permeavam o espaço universitário. Portanto, foi por esse processo que a profissão conseguiu superar, mesmo que resguardando elementos do conservadorismo, o apelo à dimensão interventiva em detrimento dos demais elementos que compõem o trabalho profissional, privilegiando a unidade entre a teoria e a prática.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Denise B. B. de; SILVA, Maria Ozanira da S. (org.). *Serviço Social, Pós-Graduação e produção do conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.